

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE

Manuela Matté

A construção da identidade feminina em *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich

Caxias do Sul
2014

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE

Manuela Matté

A construção da identidade feminina em *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, da Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Salete Rosa Pezzi dos Santos

Caxias do Sul
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

M435c Matté, Manuela

A construção da identidade feminina em Duas iguais, de Cíntia
Moscovich / Manuela Matté. - 2014.

124 f. ; 30 cm

Apresenta bibliografia.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, 2014.

Orientador: Profa. Dra. Salete Rosa Pezzi dos Santos.

1.Mulheres - Identidade. 2.Subjetividade. 3.Formação da identidade
pessoal. I.Moscovich, Cíntia. II.Título.

CDU 2.ed.:159.923.2-055.2

Índice para o catálogo sistemático:

1. Mulheres – Identidade	159.923.2-055.2
2. Subjetividade	159.9.072.52
3. Formação da identidade pessoal	159.923

Catálogo na fonte elaborada pela bibliotecária
Carolina Machado Quadros – CRB 10/2236.

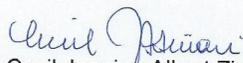
**A construção da identidade feminina em
Duas Iguais, de Cíntia Moscovich**

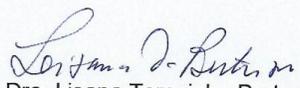
Manuela Matté

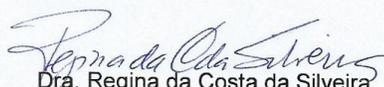
Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, Área de Concentração: Estudos de Identidade, Cultura e Regionalidade. Linha de Pesquisa: Literatura, Cultura e Regionalidade.

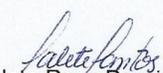
Caxias do Sul, 14 de agosto de 2014.

Banca Examinadora:


Dra. Cecil Jeanine Albert Zinani
Universidade de Caxias do Sul


Dra. Lisana Teresinha Bertussi
Universidade de Caxias do Sul


Dra. Regina da Costa da Silveira
Centro Universitário Ritter dos Reis


Dra. Salete Rosa Pezzi dos Santos
Universidade de Caxias do Sul

Dedico às *duas iguais* a mim: minha mãe, Luciana,
e minha avó, Irena, exemplos de mulher.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por incitarem-me, desde cedo, o gosto pela leitura e pelo estudo e por contribuírem para que essa conquista se concretizasse;

Ao meu noivo, Diego, pela companhia, pelo carinho e por compreender as minhas ausências;

A minha orientadora, professora Doutora Salete Rosa Pezzi dos Santos, pela amizade, pela gentileza das suas palavras, pela contribuição com valiosas sugestões e pelo apoio em todos os momentos desta trajetória;

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, da Universidade de Caxias do Sul, pelos ricos ensinamentos durante as disciplinas do mestrado;

Aos colegas da turma 11, por compartilharem anseios, dificuldades e, principalmente, boas risadas, ao longo desses dois anos;

Aos amigos e aos colegas de trabalho, pelos ouvidos sempre disponíveis;

A minha "Vó Vena", *in memoriam*, por ser um exemplo de educadora e pelo incentivo a minha carreira docente;

A todos que acreditaram na realização desse trabalho, pelo estímulo e apoio constantes.

Quando um tema é altamente controvertido – e assim é qualquer questão sobre o sexo [leia-se a mulher] – não se pode pretender dizer a verdade. Pode-se apenas mostrar como se chegou a uma opinião que de fato se tenha. Pode-se apenas dar à plateia a oportunidade de tirar suas próprias conclusões [...].

Virginia Woolf.

RESUMO

O tema da presente dissertação consiste na análise da construção da identidade e da subjetividade femininas da personagem Clara, narradora-protagonista da obra *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich. Nesse sentido, observa-se como ocorre o processo de afirmação identitária do sujeito feminino representado na obra, considerando-se o contexto sócio-histórico-cultural em que está inserido: uma comunidade regional judaica, à época da ditadura militar brasileira (1964-1985). Para tanto, são discutidos aspectos como memória, região cultural, judaísmo, patriarcalismo, homossexualidade, preconceito, amor, subjetividade e identidade. Servem como aporte teórico a este trabalho os estudos culturais de gênero e a crítica literária feminista, bem como estudos acerca de cultura, identidade e regionalidade.

Palavras-chave: *Duas iguais*; Gênero; Identidade feminina; Subjetividade.

ABSTRACT

The subject of this dissertation consists of analyzing the female identity and subjectivity construction of the character Clara, protagonist-narrator of the novel *Duas iguais*, by Cíntia Moscovich. Therefore, it is observed how the process of identity affirmation of the female subject represented in the novel occurs, considering the social, historical and cultural context in which this subject is inserted: a Jewish regional community, during Brazilian military dictatorship years (1964-1985). Aspects regarding memory, cultural region, Judaism, patriarchy, homosexuality, prejudice, love, subjectivity and identity are discussed. Gender studies and feminist critics, studies about culture, identity and regionality are used as theoretical support for this work.

Key words: *Duas iguais*; Gender; Female identity; Subjectivity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ESTUDOS CULTURAIS DE GÊNERO	17
1.1 Crítica literária feminista.....	17
1.2 Cíntia Moscovich no contexto da produção feminina gaúcha.....	28
1.3 <i>Dois iguais</i> ou duas diferentes?.....	37
2 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL	47
2.1 Ditadura militar brasileira: memória e história.....	47
2.2 Comunidade judaica e região cultural.....	57
2.3 Figura paterna e ideologia patriarcal.....	69
3 REPRESENTAÇÕES DO SUJEITO FEMININO	80
3.1 Homossexualidade e preconceito.....	80
3.2 Amor e expressão.....	89
3.3 Subjetividade e identidade: em busca da afirmação do "eu".....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

A palavra pode chegar a inexplorados recantos e promover mudanças significativas.

Márcia Hoppe Navarro.

Os estudos acerca da literatura escrita por mulheres, desde o seu início, contribuíram para que o discurso feminino merecesse um novo espaço e um novo olhar, com menos essencialismos e naturalizações, aberto a descobertas de novas representações de identidade e subjetividade femininas. A partir do momento em que às mulheres foi concedida a palavra, novos horizontes de percepção cultural, histórica e social estabeleceram-se. Foi na literatura, especialmente, que elas encontraram formas de reescrever sua História, inserindo-se na História da humanidade, outrora vislumbrada somente pelo ponto de vista masculino. A partir de temáticas alternativas, apresentação de personagens complexas e representativas, inserção de questões culturais, sociais e históricas, as mulheres têm contribuído, com suas narrativas, para ampliar a literatura de autoria feminina, buscando uma identidade própria.

É nesse contexto de busca por uma identidade literária própria e por novas representações de sujeitos femininos que Cíntia Moscovich e sua obra *Duas iguais* (2004) se inserem. Este estudo propõe analisar como ocorre a construção da identidade da personagem feminina, mediada pela subjetividade, verificando em que medida esse processo de afirmação é influenciado pelo contexto sócio-histórico-cultural. Procura-se discutir as oposições binárias geradoras de naturalizações e preconceitos presentes na narrativa, suscitando questionamentos acerca de aspectos relativos aos estudos culturais de gênero e à crítica feminista, bem como acerca dos elos entre literatura e história, memória e região.

Cíntia Moscovich, escritora contemporânea, tem se destacado na literatura brasileira, fato atestado pelos inúmeros prêmios recebidos, importantes para a literatura sul-rio-grandense. Dentre eles, destaca-se o primeiro lugar conquistado no Concurso de Contos Guimarães Rosa, instituído pelo Departamento de Línguas Ibéricas da Radio France Internationale. Sua obra *Duas iguais*, cuja primeira edição data de 1998, foi vencedora do prêmio Açorianos de Literatura. Em 2013, recebeu o Prêmio Portugal Telecom de Literatura em Língua Portuguesa, na categoria contos, com a obra *Essa coisa brilhante que é a chuva* (2012).

Embora tenha conquistado prêmios notáveis, e seus contos tenham sido publicados fora do Brasil, bem como tenha participado de diversas antologias, a maioria dos estudos acadêmicos encontrados sobre a autora versam sobre questões que envolvem a cultura judaica

e a alimentação, principalmente, em seus contos e em sua obra *Por que sou gorda, mamãe?* (2007). Observam-se alguns estudos acadêmicos recentes sobre a obra *Duas iguais*, encontrando-se publicadas duas teses de doutorado, *As escritoras contemporâneas e o campo literário brasileiro: uma relação de gênero* (LEAL, 2008) e *As representações do corpo feminino na literatura e nas artes visuais judaicas da América Latina* (DIAS, 2012); uma dissertação de mestrado, *Memória e palavra em Cíntia Moscovich* (SANTOS, W. O., 2010); um ensaio, intitulado "Em nome da igualdade" (SCHWANTES, 2008); e dois artigos, "A personagem feminina e a sexualidade" (WAGNER, 2010) e "*Duas iguais*, de Cíntia Moscovich: um feminino particular" (ZINANI e SILVA, 2012). O primeiro propõe a análise das questões relevantes de gênero na autoria feminina em cinco autoras, dentre as quais está Cíntia Moscovich e suas obras *Duas iguais* e *Por que sou gorda, mamãe?*; o segundo analisa as representações corporais presentes nas obras de Ana Vásquez e Cíntia Moscovich; o terceiro explora a transformação do discurso memorialístico da escritora em ficção; o quarto interpreta *Duas iguais*, enfatizando as semelhanças e diferenças entre as personagens principais; o quinto aborda aspectos psicológicos sobre a sexualidade da personagem feminina; o sexto discute como a (não) tomada de decisões afeta a personagem, ocasionando perdas, principalmente, afetivas, em sua vida.

Dessa forma, a partir da busca de estudos sobre sua produção, observou-se uma lacuna no que diz respeito ao estudo da representação da identidade e subjetividade da personagem feminina, na obra *Duas iguais*. O presente estudo pretende, assim, analisar *Duas iguais*, cujas temáticas, entre outras, perpassam a sexualidade feminina e o preconceito, a fim de contribuir para a emancipação da voz feminina, principalmente, na subversão do patriarcalismo, que, segundo Weber (2009), baseia-se na autoridade e dominação burocrática do chefe de família, a quem a mulher, a criança e o filho adulto devem submeter-se.

A protagonista do romance, Clara, vivencia situações em que a dominação patriarcal fica evidente, pois dela se espera que tenha uma série de atitudes pré-determinadas pelo contexto social em que vive. Trata-se de uma personagem cujos traços – mulher, judia e homossexual – são representações culturais minoritárias de sujeitos "com experiência de privação, preconceito, opressão, crueldade ou vacuidade" (BORDINI, 2006, p. 141). O estudo da personagem, nesse sentido, tende a contribuir para as discussões sobre estudos culturais, cujos objetivos, entre outros, remetem à desconstrução das oposições binárias que geram preconceitos e opressões (BORDINI, 2006). Na obra em estudo, percebe-se a oposição homem/mulher, seguida de outras, associadas à primeira: judeu/não-judeu, heterossexualidade/homossexualidade, preconceito/aceitação, conservadorismo/liberalidade

que influenciam a afirmação e o reconhecimento da identidade da personagem no contexto em que está inserida.

O estudo da personagem abarca, sobretudo, um eixo de investigação relevante para os estudos culturais de gênero, que, a partir de análises literárias, têm contribuído para, de forma interdisciplinar, dialogar com outras áreas do saber, tais como a psicologia, a sociologia, a história, a filosofia e a antropologia. Conforme Lauretis (1994, p. 212), "a construção cultural do sexo em gênero e a assimetria que caracteriza todos os sistemas de gênero através das diferentes culturas (embora cada qual ao seu modo) são entendidas como sendo sistematicamente ligadas à organização da desigualdade social." Logo, o estudo da representação de gênero em literatura é profícuo não só aos estudos literários, mas também às discussões contemporâneas que extrapolam a literatura e evidenciam problemas de desenvolvimento mundial consequentes das questões de gênero. Trata-se de realizar um estudo de literatura que contribui para limitar a reprodução da desigualdade de gênero ocorrida em diferentes épocas e sociedades.

Na literatura, por muito tempo, a presença masculina, considerada legítima e universal em detrimento da voz feminina, esteve em patamar de superioridade.¹ Conforme Navarro (1995, p. 11), "se pudermos examinar cuidadosamente a história do mundo, veremos que sempre foi difícil deixar a mulher falar com autonomia, com uma voz própria." Em uma sociedade em que a mulher foi impedida de falar em sua própria casa, por fazer parte de um sistema patriarcal, na literatura, seu silêncio era ainda maior. Navarro enfatiza:

uma das razões desse silêncio é que a literatura produzida por mulheres foi sempre considerada "feminina", isto é, inferior, preocupada somente com problemas domésticos ou íntimos e, por isso, não merecendo ser colocada na mesma posição da literatura produzida por homens cujo envolvimento com questões "importantes", isto é, com a política, história e economia, foi sempre assumida sem discussão. (1995, p. 13).

A partir dos anos de 1970 e 1980, porém, em função dos movimentos feministas, esse panorama muda, e o silêncio, gradativamente, se desfaz, propiciando à mulher um maior acesso à representação, ampliando seu espaço como escritora, leitora e sendo representada, de diferentes e novas formas, também como personagem na literatura. Uma mulher não mais representada como na tradição literária, com papéis relacionados à amorfia, à passividade, à instabilidade, ao histerismo, à submissão, à irracionalidade ou, por outro lado, representada como musa, fonte de inspiração, objeto de conquista (BEAUVOIR, 1980), mas uma mulher que, assim como o homem, assume diferentes papéis sociais e é respeitada por isso.

¹ Sobre cânone literário e autoria feminina, vide Duarte (1997).

O presente estudo, portanto, poderá contribuir para diminuir o silêncio de outrora, trazendo à luz a produção feminina, a personagem e a subjetividade femininas dantes vistas ou como anormais ou como idealizadas e, a partir dessas discussões, colaborar para a subversão dos ainda contemporâneos contextos em que dominadores e dominados, opressores e oprimidos mantêm-se, permanentemente, no centro e à margem das sociedades. Segundo Zilberman (1985), desenvolver a temática feminina propicia mudanças significativas em vários níveis. Para Navarro (1995, p. 15), trata-se de preservar o resgate da força da mulher e a "habilidade de fazer sua própria história". Nesse trajeto, ainda, trabalhar a autora contemporânea sul-rio-grandense Cíntia Moscovich significa não só ampliar a fortuna crítica dessa escritora que se projeta nas letras do país, como também ampliar as discussões no campo dos estudos culturais de gênero na literatura.

A fim de investigar como ocorre a representação do sujeito feminino na obra *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich, questiona-se: o sistema patriarcal, representado no contexto sócio-histórico-cultural da obra *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich, influencia a construção de identidade e subjetividade da personagem feminina?

Para responder a esse questionamento e com vistas ao objetivo proposto para esta investigação, esse estudo analisa a personagem feminina e as oposições presentes na obra *Duas iguais* (2004), de Cíntia Moscovich, a partir dos pressupostos da crítica literária feminista e dos estudos culturais de gênero, relacionando-os ao contexto sócio-histórico-cultural representado no texto.

A crítica literária feminista, segundo Gilbert (1980, p. 19, tradução nossa), tem o intuito de "decodificar e desmistificar todas as perguntas e respostas disfarçadas que sempre sombrearam as conexões entre a textualidade e a sexualidade, gênero literário e gênero, identidade psicosssexual e autoridade cultural". De acordo com Showalter (1994), há duas vertentes da crítica literária feminista. A primeira analisa a mulher enquanto leitora e propicia uma leitura feminista, procurando libertar e colocar ao texto literário novos questionamentos. A segunda vertente analisa a mulher enquanto escritora, "e seus tópicos são a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos de mulheres; a psicodinâmica da criatividade feminina; a trajetória da carreira feminina individual ou coletiva; e a evolução e as leis de uma tradição literária de mulheres" (SHOWALTER, 1994, p. 29). Essa vertente designa-se, de acordo com Showalter (1994), *ginocrítica*. A estudiosa ramifica essa segunda vertente em outros quatro modelos que propõem uma justificativa para a diferença da escrita feminina: o primeiro, *biológico*, enfatiza que a diferença está inscrita no corpo da mulher; o segundo, *linguístico*, defende uma linguagem específica das mulheres; o terceiro,

psicanalítico, relaciona gênero à psique do autor e ao processo de criação; o quarto, *cultural*, interpreta o corpo, a linguagem e a psique da mulher em relação aos contextos sociais e culturais nos quais essas ideias ocorrem.

Dentro das proposições da crítica feminista sugeridas por Showalter (1994), o presente estudo encontra-se situado na segunda vertente, a ginocrítica, visto que analisa a obra de uma escritora mulher. Esta análise pode, ainda, ser incluída no quarto modelo proposto por Showalter (1994), o modelo cultural, uma vez que procura relacionar o contexto sócio-histórico-cultural à representação de um sujeito feminino, em uma obra escrita por uma mulher. Nossa contribuição consiste em, conforme sugere Showalter (1994), colocar os escritos das mulheres como centro do estudo literário feminista. Conforme Schmidt (1994, p. 31),

o que a crítica literária propõe [...] é uma epistemologia reumanizada [...] uma nova tradição de pesquisa [...] porque seus pressupostos e sua prática possibilitam uma intersecção de estratégias – política, pessoal, teórica, textual e filosófica – que fazem convergir, no ato e na cena de enunciação, vozes que não têm presença no discurso científico tradicional.

Cabe destacar, ainda, que este estudo não pretende encontrar todas as respostas, principalmente por estar inserido nos estudos culturais, estudos nos quais problematizar, questionar e discutir é mais importante do que encontrar definições ou soluções. De acordo com Matos (1997, p. 108),

os estudos de gênero, porém, não representam opção para o pesquisador preocupado com um método que pressuponha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade. Tal temática é extremamente abrangente e impõe dificuldades para definições precisas. São muitos os obstáculos para os pesquisadores que se atrevem a enveredar pelos estudos de gênero – campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambiguidades, caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e muito definidos.

Em meio a este amplo e plural campo de estudos, no intento de contribuir para os estudos de crítica feminista, esta dissertação estrutura-se em três capítulos. O Capítulo 1, *Estudos culturais de gênero*, traz um panorama geral dos estudos culturais de gênero e da crítica literária feminista, relacionados à análise da personagem feminina de *Duas iguais*, a partir do exame das oposições associadas a ela (homem/mulher, judeu/não-judeu, heterossexualidade/homossexualidade, preconceito/aceitação, conservadorismo/liberalidade) e sua relação com a construção da identidade do sujeito feminino.

O Capítulo 2, *Contexto sócio-histórico-cultural*, caracteriza o contexto sócio-histórico-cultural de inserção da personagem, a fim de averiguar se há influência daquele sobre esta e de que forma isso ocorre. São discutidas, nesse capítulo, questões como memória, história,

religião, patriarcalismo e regionalidade(s), além da oposição nacionalidade/regionalidade no contexto da cultura judaica.

No Capítulo 3, *Representações do sujeito feminino*, propõe-se uma análise da relação entre a subjetividade feminina da personagem Clara (evidenciada a partir de sua relação amorosa homossexual) e a afirmação de sua identidade como sujeito feminino.

Por último, as considerações finais pretendem responder se há influência do contexto no processo de construção e afirmação do sujeito feminino presente na obra *Dois iguais*, sempre tomando por base os pressupostos da crítica literária feminista, em diálogo com as representações de sujeitos femininos na literatura.

1 ESTUDOS CULTURAIS DE GÊNERO

O presente capítulo tem por objetivo traçar um panorama geral acerca dos estudos culturais e dos estudos culturais de gênero, das origens à atualidade. Apresenta-se, aqui, a crítica feminista como uma vertente teórica desses estudos e como uma importante contribuição para a análise de obras literárias de escritoras mulheres e de personagens femininas. Nesse sentido, destaca-se o interesse por obras produzidas por mulheres escritoras, dentre as quais se encontra Cíntia Moscovich e sua obra *Duas iguais* (2004), objeto da presente análise. Neste capítulo, far-se-á a inserção da escritora e de sua obra no cenário da produção feminina sul-rio-grandense. Discutir-se-ão, ainda, as características dos sujeitos femininos representados nas personagens principais de *Duas iguais*, Clara, protagonista, e Ana.

1.1 Crítica literária feminista

Quando o centro começa a dar lugar às margens, quando a universalização totalizante começa a desconstruir a si mesma, a complexidade das contradições que existem dentro das convenções – como, por exemplo, o gênero – começa a ficar visível.
Linda Hutcheon.

Os estudos culturais – "um dos principais frutos da pós-modernidade nas ciências humanas e sociais" (SILVA; SILVA, 2010, p. 202) – nascem em meados do século XX, mais especificamente, na década de sessenta, na Grã-Bretanha, com o intuito de mudar a abordagem teórica e o trabalho de interpretação das manifestações culturais (CEVASCO, 2009; SARLO, 1997). Eles surgem com o objetivo de

criticar o estabelecimento de hierarquias culturais, nas quais algumas culturas são consideradas superiores a outras. Esses estudos têm grande interesse em discutir conceitos como raça e nação do ponto de vista da produção cultural, trabalhando com temas como indústria cultural, cultura popular, colonialismo e pós-colonialismo. Temas para os quais a compreensão da construção das identidades é fundamental (SILVA; SILVA, 2010, p. 204).

O método dos estudos culturais partiu, inicialmente, da análise literária para a posterior análise cultural e, segundo Cevasco (2003, p. 138) "pode-se, ainda, pensar os estudos de cultura como extensão do campo dos estudos literários", até porque, segundo a autora, não se pode analisar cultura e literatura separadamente, uma vez que são interconexas (CEVASCO, 2003). Trata-se de estudos que não visam analisar a literatura apenas em seus

aspectos formais ou "imbuídos de um espírito científico" (SCHMIDT, 1994, p. 27), mas que buscam discutir sua função cultural, em certas sociedades, num determinado período histórico, contribuindo para que se pensem as minorias historicamente deixadas à margem das questões culturais. Nos estudos culturais,

o próprio conceito do que é literatura é repensado, e o cânone, a lista das obras consideradas grandes, é ampliado para incluir a produção silenciada de, por exemplo, mulheres, negros e homossexuais. [...] A produção simbólica é estudada em relação à formação sócio-histórica. Essa produção é vista como mimesis dos sentidos disponíveis na sociedade e construção de novos sentidos que dão forma à mudança social. (CEVASCO, 2003, p. 73).

A fim de que os objetivos dos estudos culturais sejam alargados, necessita-se da contribuição de outras ciências humanas, além da literatura, para que, de forma interdisciplinar, seja possível alcançar os três níveis básicos contemplados pelos estudos culturais:

o da experiência concreta do vivido, com sua ênfase nos mapas de sentido que informam as práticas culturais de determinados grupos ou sociedades; o das formalizações dessas práticas em produtos simbólicos, os "textos" dessa cultura, texto tomado aí em sua acepção mais abrangente; e o das estruturas sociais mais amplas que determinam esses produtos, momento que exige lidar com a história específica dessas estruturas. (CEVASCO, 2003, p. 73).

Dentre as ramificações dos estudos culturais, encontram-se os estudos culturais de gênero, que, preocupados em questionar as práticas, produtos simbólicos e estruturas das culturas, procuram promover a desnaturalização e a desconstrução dos papéis sociais atribuídos aos sexos, questionando, principalmente, o fato de que às mulheres, geralmente, restou uma posição inferior nas diferentes esferas sociais, fato decorrente de serem consideradas "o outro". Esses estudos foram estruturados em torno da compreensão da categoria *gênero*, que, se antes dos estudos culturais significava, apenas, gênero *literário* (dramático, narrativo, etc.) ou gênero *gramatical* (gênero feminino e masculino), hoje, é compreendida de outra forma:

enquanto que o termo sexo se refere ao dado biológico, o termo gênero constitui um sistema social, cultural, psicológico e literário construído a partir de ideias, comportamentos, valores e atitudes associados aos sexos, através do qual se inscreve o homem na categoria do masculino e a mulher na do feminino. Essas categorias desempenham papéis na sociedade, no contexto do poder patriarcal, moldando realidades e processos de significação, pois está na base da ordenação simbólico-conceitual do mundo de acordo com o princípio da Lei do Pai (SCHMIDT, 1994, p. 32).

Embora seja, comumente, usado no singular, o termo *gênero* não deve ser entendido como uma categoria única, fixa, imutável ou absoluta. Ao discorrer sobre qual seria o gênero da modernidade, Felsky (1995) afirma que é inadequado propor que certos períodos históricos, como a modernidade, sejam reduzidos totalmente à dominação masculina, até

porque tal posição desconsidera a existência histórica das mulheres. Propor ou reivindicar a existência de um sujeito feminino único e essencial, logo, é tão errôneo quanto afirmar a existência de um único patriarcado opressor em todas as culturas e em todas as épocas da humanidade. Há que se considerar a categoria do gênero dentro das demais esferas sociais, culturais e históricas em que estão inseridos homens e mulheres:

na realidade, existem muitos gêneros, muitos "femininos" e "masculinos", e temos que reconhecer a diferença dentro da diferença. Desse modo, mulher e homem não constituem simples aglomerados; elementos como cultura, classe, etnia, geração e ocupação devem ser ponderados e inter cruzados numa tentativa de desvendamento mais frutífera, por meio de pesquisas específicas que evitem tendências a generalizações e premissas preestabelecidas. Sobrevém a preocupação de desfazer noções abstratas de "mulher" e "homem", como identidades únicas, a-históricas e essencialistas, para pensar a mulher e o homem como diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações. (MATOS, 1997, p. 107).

Considerando-se a existência de sujeitos plurais, os estudos de gênero não pretendem vitimizar a mulher, tampouco torná-la heroína, invertendo os papéis no que tange às posições de dominante e dominado. Para Matos (1997, p. 95),

torna-se cada vez mais necessário, sem esquecer a opressão histórica sobre as mulheres, superar a dicotomia ainda fortemente presente entre a "vitimização" da mulher – uma análise que apresenta um processo linear e progressista de suas lutas e vitórias – e a visão de uma "onipotência" feminina, que algumas vezes estabelece uma "heroicização" das mulheres. [...] Certos corpos documentais cujo discurso vincula-se à procura de disciplinarização precisam ser utilizados com cautela, nos estudos da mulher. Para a recuperação dos sujeitos históricos, tem-se que atentar para a não-fragmentação da resistência-subordinação, não transformando os sujeitos da resistência em objetos da subordinação. Por outro lado, deve-se ter atenção para não atribuir uma força consciente invejável às lutas e resistências femininas, dando-lhes quase uma onipotência, reconstruindo heróis e invertendo mitos.

A partir do momento em que se procura evidenciar a mulher como a única vítima da opressão masculina ou inverter os papéis e torná-la uma opressora dos homens, corre-se o risco de, ao invés de desconstruir os binarismos relacionados ao sexo/gênero, fortificá-los, fixá-los e naturalizá-los ainda mais. É necessário, pelo contrário, compreender que a diferença de gênero foi socialmente construída e revela relações de dominação tanto objetivas quanto subjetivas (BOURDIEU, 2007). É preciso compreender, ainda, por que e como essa diferença contribuiu para que a maioria das mulheres ficasse excluída, por muito tempo, das esferas sociais, culturais e, dentro delas, do campo literário.

A crítica literária feminista é uma das principais responsáveis – se não a principal – pela desconstrução da legitimação do masculino sobre o feminino, na literatura. Procurando discutir a imagem da mulher na tradição literária, a crítica feminista desenvolveu-se, principalmente, a partir dos anos 1970, nos Estados Unidos, tendo como marco inicial a publicação de *Sexual Politics*, da norte-americana Kate Millet. Trata-se de uma vertente da

crítica literária que, tendo sua origem nos movimentos feministas dos anos 1960, questiona a prática acadêmica patriarcal e o cânone literário. Ao problematizar a imagem feminina na literatura, estudam-se tanto as mulheres escritoras e leitoras, quanto as personagens femininas, que são resgatadas sob uma visão diferente daquela falocêntrica. De acordo com Macedo e Amaral (2005, p. 26),

a crítica feminista tem visado, prioritariamente, estabelecer o *gênero* ou o *espaço do feminino* como uma categoria fundamental nos estudos literários. A sua estratégia tem sido múltipla: quer centrando-se essencialmente nas representações literárias da diferença sexual, quer no modo como os gêneros literários têm sido moldados de acordo com os valores masculinos ou femininos, quer ainda com a exclusão da voz feminina do terreno do literário, da crítica ou da teoria.

Essa vertente da crítica literária conta, desde seu início, com debates liderados, em sua maioria, por mulheres, de diversos países, que tentam romper com os discursos que, tradicionalmente, colocam a mulher em um lugar secundário – marcado pela marginalidade e pela submissão – em relação ao lugar ocupado pelo homem. A partir dos estudos dessas mulheres, embora com diferentes enfoques, a crítica literária feminista tem se constituído como importante campo de estudos acadêmicos.

Na América Latina, segundo Sarlo (1997), a crítica literária foi especialmente significativa à medida que proporcionou discussões não apenas sobre as mulheres, mas também acerca das questões de identidades nacionais, de políticas estatais sobre imigração e minorias étnicas e ainda, de projetos educativos. Isso porque, nos países latino-americanos, colonizados por países europeus, o patriarcado deixou marcas visíveis, entre as quais está a ausência da mulher na literatura e no registro da história (GOTLIB, 2003). Para Sarlo (1997), há uma interdependência entre a crítica literária e os estudos culturais, já que esses últimos são, hoje, contrários a uma única versão canônica da literatura. Uma vez que as relações entre os sexos são relações de poder, a crítica literária feminista também é política no intuito de interferir na ordem social, estando, dessa forma, em profundo diálogo com os estudos culturais. Assim, os estudos acerca da mulher transformam-se em estudos de gênero, "ao reforçar a interferência cultural na construção dos papéis sociais que se desenvolvem no âmbito das relações humanas entre homens e mulheres". (GOTLIB, 2003, p. 63)

À medida que questionam o cânone, procurando incluir nele obras escritas por mulheres, negros, homossexuais e outras minorias historicamente esquecidas ou silenciadas, os estudos culturais estabelecem pontos de intersecção com os estudos feministas, com os pós-coloniais e com os de literatura negra (CEVASCO, 2009). A partir do estudo de obras escritas por mulheres, a crítica literária feminista possibilita novas (des)construções acerca

dos papéis atribuídos às mulheres, permitindo, entre outros objetivos, o de reavaliar o cânone literário e o espaço da mulher escritora e personagem na literatura:

analizando o processo de estabelecimento do cânon literário, a crítica feminista ataca o sistemático desprezo pela contribuição da mulher, desprezo este que assume a forma da exclusão de determinadas escritoras e da distorção ou da incompreensão relativamente às poucas dentre elas incluídas nele (CAMPOS, 1992, p. 116).

Segundo Schmidt (1994, p. 24), a crítica literária feminista é um campo "voltado à investigação da literatura em termos da categoria *mulher* ou, se preferirmos, da categoria *gênero*, termo que introduz a noção relacional de definições normativas do feminino/masculino." Ainda de acordo com a autora (1994, p. 28), para a crítica literária feminista, "toda conquista de conhecimento se dá por mediações de uma série de fatores relacionados à posição específica do sujeito do processo de pesquisa numa determinada formação sociopolítica e num determinado momento da história". Dessa forma, a partir do momento em que "as obras ficcionais incluem a mulher como sujeito e não como mero objeto do foco narrativo, elas não apenas desafiam ou tentam subverter a cultura patriarcal dominante, mas também fornecem à mulher a voz adequada para falar por si mesma" (NAVARRO, 1995, p. 14). É nesse sentido que os estudos culturais de gênero têm, principalmente, após os anos de 1980, posto em evidência obras de escrita feminina e personagens femininas, colocando-as como sujeito do próprio discurso. Escritoras vêm sendo referenciadas e reconhecidas pelo valor artístico de suas produções, o que tem contribuído para o alargamento de sua fortuna crítica e o questionamento da universalidade do cânone.

A evolução da crítica literária feminista – hoje reconhecido campo de estudos acadêmicos – deve-se muito aos avanços alcançados pelo feminismo. A história do feminismo, segundo Constância Lima Duarte (2003), apesar de pouco contada, não pode permanecer desconhecida. Macedo e Amaral (2005) dividem os avanços feministas em duas principais etapas. A primeira data do final do século XIX e é marcada pelos movimentos sufragistas, pela luta pelos direitos civis das mulheres, como o direito à educação. A segunda fase tem início nos anos 1960 e, mesmo sem abandonar o cunho político, passa a se preocupar mais com questões acerca da identidade/alteridade, da diferença sexual e da opressão cultural das mulheres. É nessa segunda fase que se estabelece a distinção entre a crítica literária feminista anglo-americana e francesa.

Discussões acerca de gênero, identidade, classe e raça, das práticas culturais da mulher em relação à literatura, do cânone literário/crítico e problematização do projeto crítico feminista são algumas das principais ações da crítica anglo-americana (QUEIROZ, 1995). Dentre outros importantes nomes, a crítica literária feminista norte-americana conta com a

presença da inglesa Virgínia Woolf e das norte-americanas Kate Millet, Elaine Showalter e Teresa de Lauretis.

Em seu ensaio *A room of one's own (Um teto todo seu)*, de 1929, Virgínia Woolf analisa o trabalho da mulher escritora e, de acordo com Eduardo de Assis Duarte (2003, p. 442), "apesar de, em alguns momentos, ceder à tentação de simplesmente reverter a hierarquia, seu discurso caminha para a desconstrução do binarismo que aprisiona os sexos em polos opostos regidos por relações de poder". Segundo Woolf (1985), a mulher que deseja escrever com qualidade necessita, pelo menos, de um quarto apenas seu – em que possa trabalhar sozinha e em paz – e de uma renda que a livre da dependência de seu marido ou de seus pais. Para Woolf (1985), antes (e até mesmo durante) do século XIX, as mulheres escritoras estavam fadadas ao insucesso diante da falta de recursos e da sujeição intelectual; suas produções, conseqüentemente, eram de cunho rancoroso em função da autoridade masculina dominante. Graças a outros ensaios publicados pela autora, que também versam sobre a questão feminina, Virgínia Woolf é considerada uma fundamental precursora da crítica feminista.

Além de seu teor propriamente político, em *Sexual politics* (2000), Kate Millet discute a posição de inferioridade ocupada pelas mulheres na literatura, tanto enquanto personagens de autores masculinos, quanto como escritoras ou críticas literárias. Essa posição secundária deve-se à perpetuação da subordinação dos papéis femininos – na vida real e na literatura – em relação aos masculinos, o que Millet (2000) denomina *política sexual*.

Também merece destaque a norte-americana Elaine Showalter (1994), responsável por estabelecer os princípios da *ginocrítica*. Segundo a autora (1994, p. 29), a ginocrítica, através de amplo campo teórico de estudos, permite que se responda à questão essencial da crítica feminista: "qual é a diferença nos escritos das mulheres?". A partir da análise das respostas a essa pergunta, "os escritos das mulheres afirmaram-se como projeto central do estudo literário feminista" (SHOWALTER, 1994, p. 30).

Teresa de Lauretis (1994), por sua vez, propõe o conceito de *tecnologia do gênero*. De acordo com a autora (1994, p. 228), "a construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero (p. ex., o cinema) e discursos institucionais (p. ex., a teoria) com o poder de controlar o campo do significado social e, assim, produzir, promover e 'implantar' representações de gênero". A tecnologia do gênero faz com que se reproduzam os estereótipos associados aos gêneros masculino e feminino, fazendo com que crianças, homens e mulheres sejam prisioneiros dos sistemas sexo-gênero:

o sistema de sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social, etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que traduzem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais. Assim, a proposição de que a representação de gênero é a sua construção, sendo cada termo a um tempo o produto e o processo do outro, pode ser expressa com mais exatidão: "a construção de gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação." (LAURETIS, 1994, p. 212).

Embora as duas vertentes possuam pontos em comum, a crítica francesa – cujos destaques apontam para Simone de Beauvoir, Hélène Cixous e Julia Kristeva –, diferentemente da crítica literária anglo-saxônica, estuda, além do campo literário, os campos da linguística, da semiótica e da psicanálise, no sentido de identificar uma linguagem e uma *écriture féminine*. Essa vertente acredita, ainda, na possibilidade de desconstruir a oposição homem/mulher na produção de obras literárias escritas por mulheres.

Simone de Beauvoir é um nome francês de importância histórica para os estudos sobre a mulher. Embora seu feminismo, considerado existencialista, difira dos propósitos da atual crítica feminista francesa, suas contribuições foram pioneiras e fundamentais não só para a vertente francesa, como para as demais vertentes da crítica existentes na atualidade. Em *O segundo sexo*, publicado em 1949, Beauvoir estuda a opressão das mulheres e propõe formas de emancipá-las dessa opressão. Sendo a maternidade e a sexualidade feminina os principais aspectos que fazem da mulher um ser oprimido, Beauvoir (1980) sugere que, para livrar-se da opressão, entre outras atitudes, as mulheres conquistem uma profissão para tornarem-se sujeito e não objeto.

Integrante da nova geração da crítica francesa, Hélène Cixous (1976) argumenta que todos os binarismos ocidentais, mesmo que, aparentemente, não possuam nenhuma relação direta, estão vinculados ao par binário masculino/feminino, sendo que o segundo termo é tido como inferior. Em *O sorriso da medusa* (1976, p. 875), Cixous afirma que, longe do patriarcalismo, o corpo feminino e a escrita feminina são capazes de libertar a mulher da inferioridade e de desconstruir o falocentrismo²:

devo falar da escrita das mulheres: sobre o que ela fará. A mulher deve escrever-se: deve escrever sobre mulheres e trazer as mulheres para a escrita, de onde elas têm sido afastadas tão violentamente quanto o foram de seus corpos, pelas mesmas razões, sob a mesma lei, com o mesmo objetivo fatal. A mulher deve colocar-se no texto, no mundo e na história por seu próprio movimento.

² Segundo Dicionário da crítica feminista, o termo é uma junção de falocentrismo e logocentrismo e "define uma combinação entre os modelos de autoridade patriarcal e os modelos de autolegitimação dessa mesma autoridade pela sociedade" (MACEDO; AMARAL, 2005, p. 64).

Julia Kristeva, por sua vez, também estuda questões relacionadas à identidade, à sexualidade e à escrita feminina. O ponto central de seus estudos, baseados em Lacan, é a linguagem. O sujeito, para Kristeva (1974), é um sujeito em processo e constitui-se através da linguagem, pela interação do semiótico – que diz respeito às fases pré-linguísticas da infância – e do simbólico – fase de aquisição da linguagem e de surgimento do inconsciente, em que a criança, rompendo com a imagem materna, adquire posição enquanto sujeito sexual. O semiótico, assim, está associado à feminilidade, enquanto que o simbólico está associado à masculinidade, ao patriarcado, constituindo-se na Lei do Pai³. Kristeva (1974) defende a possibilidade de uma autoria feminina que manifeste o que foi reprimido no semiótico, que negue o falocentrismo e que não enxergue a mulher como "o outro".

No cenário mundial atual, novas perspectivas acerca dos estudos de gênero têm surgido. Judith Butler (2008), em *Problemas de gênero*, desconstrói a noção de gênero e questiona a relação entre sexo e gênero, comumente associada ao binarismo natureza/cultura. Para Butler (2008), não só o gênero é construído culturalmente, mas também o sexo, e o processo de construção do gênero ocorre com a contribuição tanto do biológico quanto do cultural. Butler (2008, p. 20) questiona ainda a existência de uma categoria "mulheres", já que, segundo a autora, não é possível falar em "uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas", assim como não existe um patriarcado universal responsável pela opressão das mulheres.

Expoente dos estudos feministas associados à perspectiva pós-colonial, a indiana Spivak (1985), radicada nos Estados Unidos, volta o seu olhar para as mulheres das sociedades periféricas. Assim como Butler, Spivak nega a existência de uma essência feminina. A autora critica o fato de que, em algumas críticas feministas, a dimensão histórica tem sido negligenciada. Na verdade, novos sentidos acerca de gênero serão construídos somente se considerarmos a pluralidade histórica das mulheres.

Entendendo o gênero como uma categoria em contínuo processo (FELSKY, 1995), todas essas estudiosas, assim como muitas outras, independentemente de sua filiação teórica, compartilham

um reconhecimento consciente das interseções complexas entre mulher e modernidade, das imbricações mútuas, bem como pontos de contradição entre estas duas categorias. Ao invés de desposar uma narrativa de progresso que pressupõe que a modernização trouxe consigo uma melhoria inequívoca na vida das mulheres, ou então um contra-mito da nostalgia de um passado edênico, não-alienado, dourado,

³ De acordo com Schmidt (2003, p. 183), "a Lei do Pai configura uma lei textual, embutida e disseminada nas diversas narrativas tradicionais da cultura – a filosófica, a religiosa, a científica e a literária – cujo conjunto constitui um aparato ideológico, produtor de mecanismos de identificações e divisões que trabalham nos níveis mais elementares da identidade psíquica, das fantasias e do desejo".

seus escritos oferecem um compromisso contínuo com as complexidades de mudança do moderno em relação à política de gênero (FELSKY, 1995, p. 18)⁴.

No Brasil – país que conta, atualmente, com um considerável número de núcleos de estudos de gênero, disseminados por diversas universidades –, a história do feminismo também é repleta de importantes nomes e é comumente dividida em fases, mas, ao invés de duas, Constância Lima Duarte (2003) divide os avanços em quatro fases ou ondas. A primeira bandeira foi levantada em torno de 1830, e reivindicava, no campo educacional, o direito básico de aprender a ler e a escrever. As primeiras escolas públicas femininas, no Brasil, datam de 1827, sendo acessíveis a poucas mulheres e constituindo-se apenas de estudos elementares (GOTLIB, 2003). Em São Paulo, escolas de preparação ao magistério recebiam homens desde 1840, mas, somente em 1876 as mulheres tiveram acesso a essa modalidade educacional (GOTLIB, 2003). Nessa primeira fase feminista, o nome que se destaca é o de Nísia Floresta, escritora que, em 1832, fez uma tradução livre de *Vindications of the Rights of the Woman*⁵, de Mary Wollstonecraft, com o título em português "Direitos das mulheres e injustiças dos homens". Nísia inova à medida que coloca as diferenças de gênero como uma construção sociocultural, além de proporcionar a intersecção das ideias brasileiras e estrangeiras, trazendo novidades da Europa ao Brasil. Outros nomes importantes da primeira fase, citados por Constância Lima Duarte (2003), são os de Beatriz Francesca de Assis Brandão, Clarinda da Costa Siqueira, Delfina Benigna da Cunha⁶, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, Joana Paula Manso de Noronha e Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar.

De acordo com Constância Lima Duarte (2003), a segunda onda, em torno dos anos 1870, foi uma fase mais jornalística do que literária. O jornal *O Sexo Feminino*, editado no Rio de Janeiro e dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, reiterava que o grande inimigo das mulheres era a ignorância de seus direitos. Também circulando no Rio de Janeiro, *A Mensageira*, dirigida por Presciliana Duarte de Almeida, defendia a educação superior das mulheres. Entre outras jornalistas do eixo Rio-São Paulo, destacam-se Amélia Carolina da Silva Couto e Josefina Álvares de Azevedo. No Rio Grande do Sul, as irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro mobilizam as mulheres através do jornal *O*

⁴ Do original: "a self-conscious recognition of the complex intersections between woman and modernity, of the mutual imbrications as well as points of contradiction between these two categories. Rather than espousing either a progress narrative which assumes that modernization brought with it an unambiguous improvement in women's lives or else a counter-myth of nostalgia for an edenic, nonalienated, golden past, their writings offer a sustained engagement with the shifting complexities of the modern in relation to gender politics."

⁵ Nesse documento, de 1792, Mary Wollstonecraft reivindica, além de formação adequada, a participação das mulheres no Parlamento. Critica, ainda, a redução do papel feminino às noções de objeto sexual, dona de casa e mãe. Esposa de William Godwin, Mary Wollstonecraft é mãe de Mary Shelley, autora de *Frankenstein* (SCHWANITZ, 2009).

⁶ Delfina Benigna da Cunha foi a primeira mulher brasileira a publicar um livro de poesias (SANTOS, 2010).

Corimbo. Já o jornal *Esgrínio*, fundado em 1898, por Andradina de Oliveira, defendia a capacidade intelectual e trabalhadora da mulher.

Dentre as principais reivindicações da terceira onda, que ocorreu a partir dos anos de 1920, está o direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho. Bertha Luz e Maria Lacerda de Moura fundam a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. Nessa época, as reivindicações de gênero e de classe estavam, muitas vezes, associadas. O primeiro projeto de lei em favor do sufrágio foi decorrente dos esforços da líder da Liga, Leolinda Daltro, sendo alcançado em 1932, no governo Vargas. Durante a Semana de Arte Moderna, Ercília Nogueira Cobra discutia, em seu livro *Virgindade inútil: novela de uma revoltada* (1922), a exploração sexual e trabalhista da mulher. Reivindicando o voto feminino, Diva Nolf Nazário também se destacou. Bertha Luz, Jerônima Mesquita e Maria Eugênia Celso lançaram o Manifesto Feminista⁷. Entre as mulheres de letras, destacaram-se Rosalina Coelho Lisboa, Gilka Machado, Mariana Coelho, Rachel de Queiroz e Adalzira Bittencourt (DUARTE, C. L., 2003).

Na quarta onda feminista, que tem marco inicial na década de 1970, encontros e eventos em torno da mulher passam a ser bastante frequentes. O oito de março é declarado pela ONU, em 1977, como o Dia Internacional da Mulher, em memória ao episódio ocorrido em 1857, quando uma fábrica têxtil, em Nova Iorque, foi incendiada para que as mulheres que lá reivindicavam, por meio de greve, melhores condições trabalhistas, fossem queimadas. Trata-se de uma data marcante para as mulheres, posto que comemora as conquistas alcançadas ao longo da história. Também na quarta onda, parte do movimento feminista alia-se aos movimentos contrários à ditadura. As discussões sobre a sexualidade feminina tornam-se mais presentes. Destaca-se Rose Marie Muraro, por ter fundado, em 1975, o Centro da Mulher Brasileira. As mulheres também começam a ocupar maior espaço na política. No campo literário, destacam-se Nélida Piñon, Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Sônia Coutinho, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha, Marina Colasanti, Lya Luft, entre outras. Segundo Constância Lima Duarte (2003), núcleos de estudos feministas também foram criados, impulsionando a realização de eventos e a publicação de trabalhos em torno do tema, além dos "vários cursos de Pós-Graduação sobre o assunto e Núcleos de Estudos da Mulher implementados em várias Universidades brasileiras, a partir sobretudo dos anos 80, que geraram uma produção científica de qualidade, divulgada ora em volumes de autoria

⁷ Também chamado de *Declaração dos direitos da mulher*, o *Manifesto feminista*, de acordo com Constância Lima Duarte (2003), exigia o direito ao voto em todas as províncias brasileiras, uma vez que, no Rio Grande do Norte, o governador já havia aprovado uma lei que garantia esse direito. Entre outros argumentos, o manifesto defendia que o voto é o único meio legítimo de exigir direitos.

individual, ora de autoria coletiva" (GOTLIB, 2003, p. 61). Enfatiza-se, ainda, que os estudos de gênero no Brasil têm se mostrado bastante interdisciplinares, à medida que dialogam com outras áreas além da literatura:

o estágio atual dos estudos até o momento desenvolvidos, sobretudo no que se refere ao questionamento de fundamentos básicos de metodologia de trabalho e à divulgação de textos literários esquecidos e de fontes primárias de pesquisa, mostra que a literatura feminina no Brasil se viabiliza como um campo fértil de investigação, que vem contribuindo para, mediante o diálogo interdisciplinar, estender os resultados de tal investigação ao âmbito mais geral das ciências humanas, aperfeiçoando a discussão de questões que envolvem o *ser* no campo mais geral da cultura brasileira. O *ser* e os *nomes* do ser (GOTLIB, 2003, p. 63).

Não só no Brasil, mas em diversas universidades e núcleos de estudos do mundo todo, a crítica feminista tem se constituído como importante campo de estudos. Para Showalter (1994), trata-se de uma forma de interpretar o texto literário, entre tantas outras possíveis. Sobre isso também, Schmidt (2003, p. 179-180) afirma que:

se, por um lado, a ficção de autoria feminina absorve, reinterpreta e recria o discurso cultural no qual é engendrada, por outro, realiza, em seu potencial reflexivo, um deslocamento dos significados cristalizados histórica e culturalmente, tornando visíveis outros sentidos apagados e silenciados. Isso significa dizer, em última análise, que ela inaugura um corte diferencial no sistema de representações e significações da cultura, particularmente nas figurações vigentes do feminino nesse sistema, uma vez que sua lógica se instituiu dentro de um imaginário circunscrito a um modelo singular de subjetividade, a do sujeito masculino, em relação ao qual a subjetividade feminina foi construída como uma variante agravada pela sinalização do menos. Nesse sentido, o processo de subversão narrativa desencadeado por escritoras contemporâneas não se limita ao campo da estética, mas atravessa o social, o ideológico para alcançar o epistemológico. A reconfiguração da política de representação do desejo em relação ao sujeito feminino narrativizado em muitas dessas narrativas implica em desfazer [sic], histórica e discursivamente, a trama imaginária que definiu e naturalizou o feminino das mulheres como uma identidade essencializada e situada num sistema fechado e monolítico de oposições binárias. Não se trata aqui, evidentemente, de afirmar uma estratégia de substituição de um modelo por outro, mas de suspender a pretensão de verdade unívoca do modelo existente de subjetividade normativa em relação ao qual a diferença é interpretada, avaliada e construída como justificativa para relações que envolvem poder, autoridade, dominação e hierarquia.

Resgatando escritoras do ostracismo literário, a crítica tem contribuído para, além de desnaturalizar as diferenças entre os sexos, trazer à luz obras que permaneceram desvalorizadas, simplesmente, pelo fato de terem sido escritas por mulheres:

a crítica feminista deu condições para que se compreendesse de uma nova forma a conexão entre duas das formas de rebaixamento a que a mulher esteve sujeita, o social e o literário. [...] À desnaturalização e desideologização da opressão sofrida pela mulher, a crítica feminista vai acrescentar a desuniversalização do ponto de vista masculino em literatura através da compreensão de que escritoras produzem uma literatura toda sua, obscurecida – em sua coerência histórica e temática e, sobretudo, em sua importância artística – pelo predomínio dos valores patriarcais na cultura (CAMPOS, 1992, p. 116).

Impulsionada pelos estudos culturais e pelas lutas feministas, a crítica feminista tem contribuído, dessa forma, para interpretar as relações de gênero na literatura e, conseqüentemente, na sociedade:

as contribuições das interpretações das relações de gênero, tendo como foco do desvendamento homens, mulheres, homossexuais, lésbicas ou travestis, contribuíram para ampliar a compreensão de relações cotidianas, profundamente complexas, vez que são ambíguas e contraditórias, mas fazem parte da realidade dos gêneros (PEREIRA, 2004, p. 194-195).

A igualdade nas relações de gênero nas sociedades, respeitadas as suas particularidades, no entanto, ainda não foi completamente atingida. De acordo com Paz (1994, p. 20-21), "o problema do acesso das mulheres aos diversos níveis de conhecimento (leitura, escrita, técnicas etc.), da criação e do poder suscitou – e ainda suscita – inúmeros trabalhos". Uma série de estudos acadêmicos e teóricos da atualidade preocupa-se em contribuir para a diminuição da opressão social ainda existente em torno das mulheres. Opressão que, mesmo de forma velada, ainda faz com que muitas mulheres sejam colocadas à margem, não só da literatura, mas de diversas esferas sociais, culturais e econômicas.

A crítica feminista e o estudo da obra de arte de autoria feminina, bem como da personagem feminina, é "um universo próprio à investigação de forças sociais e culturais que medram a sociedade contemporânea" (CAMPELLO, 1995, p. 101). Nesse universo é que se insere o presente estudo. A partir da análise da personagem feminina da obra *Dois iguais* (2004), é que se analisam essas forças sociais, históricas e culturais e sua relação com a identidade e subjetividade da personagem.

1.2 Cíntia Moscovich no contexto da produção feminina gaúcha

A vantagem da literatura sobre as outras formas de expressão reside no fato de que ela pode encampar várias artes sob sua égide. A literatura pode tudo. [...] Na literatura é possível ser um arquiteto, na medida em que nós criamos e descrevemos diversos cenários. [...] Portanto, a literatura nos faculta a fantasia de podermos ser o que quisermos.

Cíntia Moscovich.

Foi a partir do século XIX, período em que a visão sobre a mulher era ora calcada na idealização, ora na desvalorização, que muitas mulheres – apesar das dificuldades, entre as quais a principal era a falta de acesso à instrução para a maioria delas – tornaram-se escritoras (TELLES, 2008). Foi esse século que marcou o início da fase em que as mulheres começaram a falar de si, por si mesmas, na literatura. De acordo com Muzart (1997, p. 86),

quando se fala das escritoras do século XIX, observa-se um desconhecimento muito grande. [...] Pois, são numerosas as escritoras brasileiras no século XIX; escreveram muito e abordaram todos os gêneros: das cartas e diários, dos álbuns e cadernões, aos romances, poemas, crônicas e contos, dramas e comédias, teatro de revista, operetas, ensaios e crítica literária. Perto da produção masculina, podemos dizer que as mulheres pouco publicaram. Contudo, não pouco escreveram.

No Rio Grande do Sul, a representação feminina tem sido destaque nas obras produzidas por escritoras gaúchas contemporâneas. A autoria feminina sul-rio-grandense, no entanto, não é privilégio da contemporaneidade, visto que foi marcada por determinadas condições históricas. Assim como outras escritoras brasileiras, desde o século XIX, autoras sul-rio-grandenses já contribuía para o alargamento da produção feminina no estado. De acordo com Santos (2010, p. 35),

apesar das restrições impostas, dos preconceitos sofridos, é incontestável a relevância das mulheres no cenário das letras nacionais e sul-rio-grandenses. Sabe-se hoje que muitas escritoras do século XIX e XX marcaram época por sua personalidade inquieta e posicionamento transgressor e, muito antes que movimentos feministas se fizessem ouvir de forma veemente, essas autoras falavam do mundo da mulher e buscavam ser ouvidas.

Muitos são os nomes que se destacaram na literatura e também na tomada de uma posição política e feminista, no estado do Rio Grande do Sul. Todos contribuíram, em maior ou menor escala, para a consolidação de uma literatura produzida por mulheres no sul do país. Escritoras contemporâneas que encontram, hoje, um espaço bastante amplo para a produção feminina, devem muito, sem dúvida, às conquistas das precursoras que produziram suas obras e, aos poucos, foram inserindo-se no sistema literário sul-rio-grandense.

Delfina Benigna da Cunha, nascida em São José do Norte, em 1791, compositora desde os 12 anos, autora de *Poesias oferecidas às senhoras rio-grandenses*, de 1834 (SCHMIDT, 2000), mesmo tendo sido reconhecida como a primeira mulher brasileira a publicar um livro de poesias, não recebeu o devido reconhecimento da crítica literária⁸, à época (SANTOS, 2010). Apesar das adversidades, marcadas, sobretudo, pelo fato de ser cega, e de viver em uma época em que o patriarcado imperava, Delfina consegue, já no início do século XIX, ir além das atribuições previstas às mulheres, que incluíam dependência sentimental e econômica em relação aos homens. A escritora produziu, com recursos financeiros provenientes de seu próprio trabalho, poesia de cunho político, com críticas negativas à Revolução Farroupilha, ao mesmo tempo em que produziu versos elogiando a corte no Rio de Janeiro. Porém, seus "versos mais marcantes são os que tematizam o amor: o

⁸ Veja-se, por exemplo, o comentário feito por Schüller a respeito de sua produção de cunho crítico à Revolução: "Delfina não entendeu, porém, nada da complexidade do conflito [...] Este soneto guerreiro não mostra mais do que os sentimentos de uma mulher enfurecida" (SCHÜLER, 1987, p. 60-61).

amor impossível, ditame da natureza que combate toda a razão" (SCHMIDT, 2000, p. 124). Soares (1980) considera que Delfina merece lugar de honra na literatura brasileira.

Nascida na capital gaúcha, em 1806, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas também publicou poesia de cunho político contrário à Revolução Farroupilha (MUZART, 2000). Sua obra, que contém, além de poesia, prosa, apesar de não muito extensa, contempla temas como "a liberdade da mulher, o direito ao voto, o direito à palavra e mais ainda, o direito de pensar!" (MUZART, 2000, p. 163). Em "Diálogos", de 1836, Ana Eurídice empresta voz a uma mulher, ao pai e ao primo, que conversam entre si, ficando clara a defesa do direito à participação da mulher na vida pública, bem como o direito à expressão de suas ideias e opiniões. Evidencia-se, dessa forma, o engajamento da escritora à agenda feminista de primeira fase, fato já referido anteriormente: "defender de alguma forma a participação política da mulher de forma radical, sem adjetivos, a igualdade entre os sexos, aproveitando ainda para denunciar a opressão masculina como causadora dos 'defeitos' da mulher, era estar em dia com o feminismo mundial" (SOARES, 1980, p. 131). De acordo com Soares (1980), o que a gaúcha Ana Eurídice defende está no mesmo patamar das defesas feitas por inglesas proletárias, entre as quais, Mary Wollstonecraft. Segundo Santos (2010, p. 42),

cumprir reconhecer que a atuação tanto de Delfina da Cunha quanto de Ana de Barandas foi relevante para o desabrochar da literatura sul-rio-grandense. Num momento sociopolítico conturbado, justamente quando dedicar-se ao ofício das letras era um ato quase impensável às mulheres, essas autoras foram movidas por um espírito não conformista que inspirou novos caminhos para outras manifestações femininas.

Amália dos Passos Figueiroa, nascida em Porto Alegre, no ano de 1845, dedicou-se à poesia desde muito cedo e teve papel participativo na Sociedade Partenon Literário. Embora vivesse em um cenário de efervescência política, ao contrário de Delfina Benigna da Cunha e de Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, não tematizou a Revolução Farroupilha em suas produções. Sua obra é tomada de lirismo, pessimismo e melancolia e, em função de sua antecipada morte, teve seus trabalhos publicados postumamente. Sua presença foi tão importante para as letras sul-rio-grandenses, que foi eleita patrona da cadeira de número seis da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul⁹.

Também destacou-se, no Partenon Literário, Luciana de Abreu, "a primeira mulher a ocupar a tribuna dessa Sociedade para defender os interesses do seu sexo" (SANTOS, 2010, p. 52). Nascida em 1847, Luciana "desafiou a comunidade porto-alegrense e seus padrões de domesticidade feminina, para questionar, num discurso forte engajado, os mecanismos de

⁹ Dados obtidos do site da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.alf-rs.org.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

uma sociedade referendada na ideologia patriarcal" (SCHMIDT, 2000, p. 444). Essa postura fez que com que, muitas vezes, fosse vista com desconfiança pela sociedade da época, calcada no patriarcalismo. Sem intimidar-se, no entanto, buscou a emancipação feminina através de seus textos e discursos (SCHMIDT, 2000).

Nascida na capital gaúcha, em 1835, Maria Benedita Bormann, além de escrever vários romances, publicava em jornais do Rio de Janeiro. Assinava suas publicações sob o pseudônimo "Délia", o que, segundo Telles (2008), deve-se à necessidade, à época, de expressar poder através do nome. De acordo com Telles (2008, p. 434), "foi das primeiras escritoras, entre nós, a falar a favor da afirmação da sexualidade feminina e a fazer campanhas para a educação sexual das jovens". Délia lutou, ainda, contra a escravidão (TELLES, 2008).

Andradina de Oliveira, nascida em 1878, "assumirá o título de feminista sem hesitações" (SOARES, 1980, p. 142), defendendo que a "mulher poderia trabalhar ao lado do homem, em qualquer atividade, auxiliando-o nas 'lutas pela vida', sem que isso a fizesse descurar de seus 'deveres domésticos'." (SANTOS, 2010, p. 50). No jornal *Esgrínio*, fundado pela autora, em 1898, enfatiza a emancipação da mulher pelo trabalho. Em seu romance *Divórcio?*, coloca "em xeque os costumes matrimoniais de sua época" (SOARES, 1980, p. 144), sugerindo que o feminismo será o responsável por abrir os olhos das mulheres em relação aos infortúnios do casamento (SOARES, 1980).

Os nomes brevemente apresentados têm sido recuperados pela crítica feminista, principalmente, a partir dos anos 1980. Se, anteriormente, essas vozes literárias femininas eram silenciadas pelos discursos dominantes, a crítica literária feminista propicia a desestabilização da legitimidade da representação tradicional da mulher na literatura canônica. Além de resgatar do ostracismo essas escritoras que permaneceram, por muito tempo, silenciadas, ou que não tiveram seus trabalhos devidamente reconhecidos, a crítica evita que escritoras contemporâneas corram esse mesmo risco de caírem num futuro ostracismo. Dessa forma, realizar a fortuna crítica e analisar as obras produzidas atualmente faz parte do trabalho da crítica literária feminista, na busca de garantir o merecido lugar de escritoras da contemporaneidade na literatura.

No cenário sul-rio-grandense, há muitos nomes de destaque, porém, visto não ser esse o propósito da presente dissertação, nomearemos apenas alguns no intuito de inserir a obra de Cíntia Moscovich no contexto de produção feminina gaúcha contemporânea. Os nomes a seguir constituem-se de escritoras que têm trazido a temática do sujeito feminino para a literatura. Em relação aos sujeitos femininos representados nas obras dessas escritoras, nota-se que não há proposições essencialistas em relação ao modo de pensar o sujeito feminino. Pelo

contrário, as representações procuram descentralizar a hegemonia do discurso patriarcal que outrora marcava as relações de gênero. Mesmo que nas obras contemporâneas ainda apareçam personagens representando mulheres-objeto, na maioria delas, as mulheres representadas são mulheres-sujeito, que decidem, por si próprias, o que fazer de suas vidas.

Destacam-se, no cenário atual feminino sul-rio-grandense, autoras como Lya Luft, Lygia Bojunga Nunes, Paula Mastroberti, Cláudia Tajés, Letícia Wierzchowski, Martha Medeiros e Cíntia Moscovich, para citar algumas entre tantas outras, responsáveis por fazer da literatura gaúcha um espaço aberto a diferentes estilos, a diferentes públicos, a diferentes gostos.

Lya Luft, nascida em 1938, em Santa Cruz do Sul, iniciou sua carreira como tradutora, nos anos de 1960. *As parceiras*, de 1980, inaugura sua produção de ficção e constitui-se como sua principal obra. Nela, através de um viés memorialístico em busca do passado, a personagem feminina e suas parceiras, mulheres da sua família, "acabam se refugiando em algum lugar. Elas fogem da realidade circundante, das amarras sociais, do lugar comum, deslocam-se para fugir dos problemas" (OLIVEIRA, 2011, p. 185). Dessa forma, através de suas personagens, Lya Luft discute e questiona comportamentos impostos às mulheres e naturalizados culturalmente, deslocando o sujeito feminino, propondo a existência de outras identidades possíveis. Não só em *As parceiras*, mas também em suas demais obras,

Lya Luft usa as palavras para dar voz ao outro, geralmente uma mulher, o qual se constrói subjetivamente ao mesmo tempo em que compreende o outro. A sua obra é arquitetada pelo viés da alteridade e da diferença. E com tais opções estéticas, a autora prioriza uma perspectiva ideológica pós-moderna para a representação da mulher e do outro. (OLIVEIRA, 2011, p. 183-184).

Além de dar voz ao sujeito feminino através de suas personagens, "o texto luftiano verbaliza o indizível, vasculhando as contradições insanáveis entre o que permanece e o que aconteceu, especificamente, na construção do eu feminino" (BRANDOLT, 2005, p. 9). Nota-se, assim, que a escritora contribui para a construção de representações possíveis de sujeitos femininos pós-modernos¹⁰.

A trajetória literária da atriz e escritora pelotense Lygia Bojunga Nunes, nascida em 1932, iniciou-se em 1972, com a publicação de *Os colegas*, uma releitura de "Os músicos de Brehmen". Dez anos depois, recebia o importante destaque internacional da literatura infantojuvenil, o Prêmio Hans Christian Andersen (PATRICK, 2009). Sua produção, no entanto, vai além do que se possa adjetivar "infantojuvenil" (SILVA, 2002). Nas obras da

¹⁰ De acordo com Hall (2005), os sujeitos pós-modernos caracterizam-se, sobretudo, pela fragmentação e pela não fixidez de suas identidades.

autora, cujos principais títulos incluem *A bolsa amarela* (1976), *Corda bamba* (1979), *O sofá estampado* (1980), *Seis vezes Lucas* (1995), o leitor – criança ou adulto – possui um papel ativo e fundamental na construção do texto, dialogando com a obra, questionando o que está posto (MARCHI, 2000). De acordo com Patrick (2009, p. 632), a autora possui "o espírito independente e a linguagem direta, mas sofisticada":

a literatura de Lygia Bojunga constrói uma ponte entre o mundo da infância e o adulto. Os limites entre a realidade e a imaginação também se anulam. Desde os primeiros livros, mescla os temas nobres da literatura infantojuvenil, como amizade, fidelidade e bons sentimentos, com assuntos mais dolorosos, como tristeza e suicídio. (PATRICK, 2009, p. 632).

Também inserida no universo infantojuvenil da literatura sul-rio-grandense está a escritora Paula Mastroberti. Natural de Porto Alegre, nascida em 1962, a gaúcha é, além de autora de oito livros, artista plástica e ilustradora. É famosa por suas releituras de clássicos literários e contos de fadas. Recebeu vários prêmios, entre os quais se destaca o Troféu Açorianos Melhor Livro Infanto-juvenil, em 1997, pela obra *Cinderela: uma biografia autorizada*. Nela, Paula Mastroberti recria o conto de forma intertextual, a partir da personagem Cin, que possui algumas semelhanças com a protagonista original. O ambiente também é renovado e atualizado, já que se trata de um cenário urbano. Mastroberti recebeu ainda, em 2006, o Troféu Jabuti, 2º lugar na categoria juvenil, com a obra *Heroísmo de Quixote*, também uma releitura.

Claudia Tajés nasceu em 1963, em Porto Alegre. Estreou na literatura com *Dez (quase) amores*, em 2000. Desde então, tem vários livros publicados, entre os quais estão *Louca por homem*, *Dores, amores e assemelhados* e *As pernas de Úrsula*. Além de escritora, já produziu alguns roteiros para televisão e escreve para o jornal *Zero Hora*. Considerada uma observadora do comportamento humano, sobretudo, o feminino, grande parte da sua produção é tomada de humor e, para Cíntia Moscovich, Claudia demonstra "uma habilidade espantosa para desencavar a graça do seio da desgraça"¹¹.

Letícia Wierzchowski nasceu em Porto Alegre, em 1972. Atualmente, também publica obras para o público infantojuvenil; entretanto, seu destaque deve-se, principalmente, ao fato de seu quinto romance, *A casa das sete mulheres*, ter sido adaptado para uma série televisiva da Rede Globo. Nessa obra, Wierzchowski retoma a história da Revolução Farroupilha sob um viés feminino, já que a narradora-protagonista do romance é Manuela, uma mulher que, através de seus diários, relata suas experiências, bem como as de outras mulheres, durante a

¹¹ Informações obtidas da orelha do livro de Claudia Tajés, *Louca por homem: histórias de uma doente de amor*, de 2007, publicado pela editora Agir.

guerra civil. Em relação à obra, para Tabajara Ruas¹², "Letícia transpõe todas as fronteiras [...] edificando um livro sem igual no panorama da Literatura Brasileira".

Martha Medeiros nasceu em Porto Alegre, em 1961. Inicialmente, sua carreira estava voltada para a publicidade e propaganda, mas, a partir de 1985, a autora iniciou a publicação de poesia. Entre outras obras de poesia, encontram-se *Strip tease* (1985), *Poesia reunida* (1999), *Cartas extraviadas e outros poemas* (2001). Desde 1993, é cronista do jornal Zero Hora, publicando crônicas em uma coluna semanal. Com o livro de crônicas *Topless*, de 1997, ganhou o Açorianos de Literatura. Sobre a escritora, Carlan (2012, p. 48) afirma:

nas crônicas de Martha Medeiros há espaço para todas as normalidades e todas as “esquisitices” que caracterizam o Homo sapiens modernus: o sentimento de frustração, o tic-tac do relógio biológico feminino, a necessidade de dinheiro versus a necessidade de sossego, mulheres que decidem não ter filhos, o progressivo apagamento das fronteiras entre um e outro sexo, máquinas de provocar choros, filmes, livros e músicas, a delícia e a tragédia de amar duas pessoas ao mesmo tempo, a delícia e a tragédia de não amar ninguém e tantas outras coisas da vida.

Em meio a esse universo literário repleto de nomes que têm agregado valor à literatura sul-rio-grandense, encontra-se a autora da obra *Duas iguais*, objeto de pesquisa desta dissertação. Cíntia Moscovich Faccioli¹³, escritora, jornalista e Mestre em Teoria Literária, nasceu em Porto Alegre, em 15 de março de 1958. De origem judaica, estudou no Colégio Israelita Brasileiro, até 1977, cursando o primário e o secundário. Desde pequena, contando com biblioteca em sua própria casa, recebeu bastante estímulo à leitura. Além de ler Monteiro Lobato, Jorge Amado, Machado de Assis e José de Alencar (KOHEN; GAYER, 2002), era levada para a praça da Alfândega, na capital gaúcha, pelos pais, "dona Geni e seu Elias", para ver Mario Quintana, Erico Verissimo e Moacyr Scliar de perto, na Feira do Livro¹⁴. A influência recebida na infância foi fundamental para sua criatividade literária: "cresceu ouvindo o pai e a avó contarem histórias. Histórias que lhe estimulavam a imaginação. E logo descobriu que elas estavam todinhas nos livros. Leu todos. Até que se tornou escritora – ou uma especialista em inventar realidades" (KOHEN; GAYER, 2002, p. 112).

Em 1981, graduou-se em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, porém, pouco trabalhou nessa área, alegando ser uma profissão de muitas formalidades e normas jornalísticas (KOHEN; GAYER, 2002). Iniciou o curso de Letras pela

¹² Texto oriundo da orelha da edição de 2002, pela Record. Disponível em: <<http://www.leticiawierzchowski.com.br/>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

¹³ Dados obtidos a partir do site da autora, disponível em: <www.cintiamoscovich.com>, acesso em: 15 set. 2012, do site Enciclopédia Itaú Cultural (online), disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_lit/index.cfm?fuseaction=biografias_texto&cd_verbete=5801&cd_item=35&cd_idioma=28555>, acesso em: 9 set. 2012, e da orelha dos livros *Duas Iguais* (2004) e *Por que sou gorda, mamãe?* (2006), ambos lançados pela Editora Record.

¹⁴ TAJES, Claudia. Caríssimas patronáveis. *Zero Hora*, Porto Alegre, 1 set. 2013. Donna, p. 8.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sem concluí-lo. Em 1983, casou-se com o escritor Luiz Paulo Faccioli, com quem foi morar, por três anos, em função de uma transferência de emprego do marido, na cidade gaúcha de Dois Irmãos, onde lecionou Português e Literatura, durante um ano, em uma escola de ensino médio. Em entrevista ao jornal *O Campestre*, Cíntia afirma ter sofrido preconceito por parte de alguns alunos, pelo fato de ser judia. Ensinando e sugerindo leituras, procurou desfazer o pré-conceito ali existente (KOHEN; GAYER, 2002).

Em 1994, oito anos após sua volta para a capital gaúcha, participou de uma oficina de criação literária na PUC/RS, coordenada pelo amigo e escritor Luiz Antonio de Assis Brasil, que, ao escrever a orelha do primeiro livro de Cíntia, *O reino das cebolas*, referiu-se a ela como "uma das mais importantes revelações do conto brasileiro" (KOHEN; GAYER, 2002, p. 112). No ano seguinte, recebeu seu primeiro prêmio: primeiro lugar, entre 1059 concorrentes do mundo todo, no Concurso de Contos Guimarães Rosa, do Departamento de Línguas Ibéricas da Rádio France Internationale, de Paris, com o conto *Duas iguais*. Três anos depois, a partir da sugestão e cobrança de Assis Brasil, o conto foi transformado no primeiro capítulo de um romance, *Duas iguais: manual de amores e equívocos assemelhados*, que recebeu o prêmio Açorianos de Literatura, em 1999. Em 2009, *Duas iguais* foi selecionado entre mais de novecentos inscritos, para tornar-se um longa-metragem, a ser produzido pela Panda Filmes¹⁵.

Seu primeiro livro de contos, *O reino das cebolas*, foi lançado na Feira do Livro de 1996, em Porto Alegre, seguido de *Anotações durante o incêndio* (2000), ambos vencedores do Prêmio Açorianos de Literatura. Nos anos de 2001 e 2002, foi diretora do Instituto Estadual do Livro do Rio Grande do Sul. Trabalhou como editora de livros do jornal *Zero Hora* até o ano de 2005. Em 2004, publicou a coletânea de contos *Arquitetura do arco-íris*. Em 2006, publicou *Por que sou gorda, mamãe?*, traduzido posteriormente para o espanhol. Em 2007, lançou seu primeiro livro infanto-juvenil, *Mais ou menos normal*. Sua última obra, lançada em 2012, que demorou sete anos para ser concluída, foi a coletânea de contos *Essa coisa brilhante que é a chuva*, vencedora do primeiro lugar, em 2013, no concurso Prêmio Literário Portugal Telecom, na categoria de contos e crônicas. A obra, cujos contos são considerados "clariceanos" pela crítica, rendeu-lhe também o Prêmio Clarice Lispector, concedido pela Fundação Biblioteca Nacional. De acordo com Jaffe (2012), é o trabalho com a linguagem, entre frases fragmentadas e o fluxo de consciência nos contos de *Essa coisa*

¹⁵ Até o momento, o filme ainda não foi produzido.

brilhante que é a chuva, que lembram Clarice em vários momentos. Segundo Jaffe (2012), porém, o mergulho na interioridade das personagens feito por Clarice seria mais profundo do que o feito por Cíntia. A respeito da comparação da Cíntia contista à Clarice Lispector, Fischer já afirmava, em 2004¹⁶:

as mulheres protagonistas de Cíntia parecem usar as palavras com as mesmas, escolhidas e refinadas cautelas com que usam movimentar-se nos enredos, tudo sempre muito delicado, à meia voz, sem rompantes de ordem alguma, numa contenção e num abafamento característicos da prosa – eu ia dizer feminina, mas talvez seja feminista, ou antimachista, ou antiépica, e não necessariamente escrita por mulher. A santa protetora dessa abordagem artística, no Brasil, se chama Clarice Lispector, figura que atravessa a lembrança do leitor de Cíntia com toda a força, sempre, até em certas manhas de pontuação.

Cíntia Moscovich participou, ainda, de diversas antologias, entre elas: *Geração 90*: manuscritos de computador (2001, São Paulo: Boitempo Editorial, organização de Nelson de Oliveira), *13 dos melhores contos de amor da literatura brasileira* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, organização de Rosa Amanda Sztraus), *25 mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira* (Rio de Janeiro: Record, 2004, organização de Luiz Ruffato), *Ficções fraternas* (Rio de Janeiro: Record, 2004, organização de Lívia Garcia-Roza), *Contos para ler em viagem* (Rio de Janeiro: Record, 2005, organização de Miguel Sanches Neto), *O viajante transcultural: leituras da obra de Moacyr Scliar* (Porto Alegre: Edipucrs, 2004, organização de Regina Zilberman e Zilá Bernd), *Contos do novo milênio* (Porto Alegre: IEL, 2005, organização de Charles Kiefer), *Os cem menores contos do século* (São Paulo: Ateliê Editorial, 2005, organização de Marcelino Freire), entre outros. Em Portugal, participou da coletânea *Putas: novo conto português brasileiro*, e, na Itália, integra a antologia *Sex'n'bossa*, lançada em 2005. Nos Estados Unidos, fez parte da antologia *Jewish Writing in the Contemporary World: Brazil* (University of Nebraska Press, organização de Nelson H. Vieira). Na Argentina, participou de *Terribilmente felices: nueva narrativa brasileña* (Buenos Aires: Emecé, 2007, organização de Cristian de Nápoli). Na Espanha, integrou a coletânea *O conto brasileiro contemporâneo* (Santiago de Compostela: Laidvento, 2011, organização de Carmen Villarino Pardo e Luiz Ruffato). Na Alemanha, em 2006, foi representante do Brasil na Copa da Cultura. Em 2011, integrou a delegação brasileira no Projeto Rumos, do Itaú Cultural, em Santiago de Compostela, na Espanha.

Entre os prêmios recebidos mais expressivos estão três prêmios Açorianos de Literatura, Prêmio Jabuti, Concurso de Contos Guimarães Rosa, além do Prêmio Portugal Telecom de Literatura Brasileira e do Prêmio Bravo! Prime de Cultura. Todos esses prêmios

¹⁶ FISHER, Luís Augusto. Com as cores da memória. *Zero Hora*, 30 set. 2004. Disponível em: <<http://www.cintiamoscovich.com/site/artigo.php?id=7>>. Acesso em 19 abr. 2014.

justificam o comentário encontrado na biografia da escritora no *site*¹⁷ da Record, editora que tem publicado os livros mais recentes de Cíntia: "uma das mais importantes escritoras brasileiras em atividade".

Cíntia Moscovich, assim como as demais escritoras brevemente citadas nessa seção, tem trazido para a literatura protagonistas mulheres, principalmente, que vivenciam experiências distintas em suas vidas e em seus cotidianos, representando a atual pluralidade de sujeitos femininos e de identidades femininas, desfazendo essencialismos que, sobretudo no passado, pressupunham – na realidade e na literatura – mulheres objeto, que viviam à sorte das decisões masculinas.

Trata-se de uma literatura que não só contribui para diminuir as hierarquias e hegemonias de gênero – "voltadas [...] não apenas para a imposição de verdades tidas como essências absolutas, mas, sobretudo, para o estabelecimento de procedimentos de controle social, cultural e político" (DUARTE, E. A, 2003, p. 427) –, mas também para trazer à tona outras manifestações sociais, culturais, históricas que não se restrinjam ao que, por muito tempo, se valorizou na literatura: sujeitos homens, brancos, de classe média. A literatura de autoria feminina brasileira, assim, tem contribuído para evidenciar novas configurações sócio-culturais da pós-modernidade. Estudar e discutir os textos literários produzidos por mulheres mostra-se, logo, de fundamental importância para um melhor e mais amplo conhecimento das representações femininas – e também masculinas – existentes e possíveis na literatura.

1.3 *Duas iguais* ou duas diferentes?

*Existiu, me pergunto, algum momento em que fomos
perfeitamente iguais?
Duas iguais, Cíntia Moscovich.*

Cíntia Moscovich, em *Duas iguais*, propõe a representação de imagens femininas que, de certa forma, condizem com o tempo em que se passa a narrativa – um momento histórico do Brasil que, se de um lado foi de repressão, de outro foi marcado pela anarquia, pela mudança de paradigmas, configurando-se um misto entre conservadorismo e liberalidade –, a Ditadura Militar. Clara e Ana não configuram tradicionais e convencionais tipos de mulher, não seguem padrões consagrados de comportamento ditados pela moral patriarcal que atribui hierarquia ao binarismo homem/mulher, são, pelo contrário, representações de sujeitos

¹⁷ Disponível em: <http://www.record.com.br/autor_sobre.asp?id_autor=4165>. Acesso em: 19 abr. 2014.

femininos que fogem ao que comumente se considera "o sexo frágil". As protagonistas de *Duas iguais* – assim como os movimentos resistentes à ditadura – são mulheres que não aceitam serem meras seguidoras de comportamentos preestabelecidos, ainda que sofrendo dilemas.

Em *Duas iguais*, a protagonista narra sua história, tentando resgatá-la, ao mesmo tempo em que ocorre uma busca de autoconhecimento e de expressão de identidade e subjetividade. De acordo com Leal (2008, p. 8),

as personagens de Cíntia Moscovich narram exatamente essa própria busca de expressão, tentando romper as normas da família patriarcal (ressaltada pelas relações étnicas, em sua origem judaica, sempre referenciada), no tocante à sexualidade e à dimensão corporal. Sua obra crê na palavra como a possibilidade de questionamento às normas de gênero, mesmo que para além dos limites dos próprios romances.

O romance é narrado em primeira pessoa pela personagem Clara, uma mulher que, no momento da narrativa, possui, aproximadamente, quarenta anos e que, por meio da memória, narra suas vivências na adolescência. Clara fora uma adolescente de classe média pertencente a uma comunidade judaica de Porto Alegre, no bairro Bom Fim, nos anos finais da ditadura militar brasileira. A narração inicia-se a partir do final da história vivida: o início do romance ocorre a partir da presença de Clara narrando a história de amor que viveu, ou que, como ela diz, queria viver, mas não viveu: "as palavras e as sentenças, desta forma, no máximo podem flutuar acima do que quero – ou do que *pretendia* – dizer. Eu *queria* contar uma história de amor" (MOSCOVICH, 2004, p. 11, grifos nossos).

Clara e seus dois irmãos mais novos são fruto de uma família tradicional, regida pelos princípios do judaísmo, em que o pai constituía a figura predominante do lar. Durante a adolescência, por volta dos dezesseis anos de idade, Clara conhece, na escola, uma menina não judia – Ana –, com a qual vivencia uma amizade muito forte. Em poucos dias, após se conhecerem, passam a visitar-se em suas casas, a contragosto do pai de Clara, que não via na aproximação das duas algo positivo, mesmo porque a família de Ana tinha costumes e posições políticas diferentes: eram adeptos de partidos de esquerda à ditadura. Lado a lado, as amigas compõem a edição do jornal da escola, o que contribui para que passem boa parte do dia juntas. Em pouco tempo, da amizade recíproca, surge, também, um amor recíproco. Clara e Ana percebem que eram duas meninas apaixonadas:

- E agora, o que é que a gente vai fazer?
Como é que eu ia saber? Ainda mais que ela me olhava com a dureza de quem espera uma resposta. Não uma resposta qualquer, mas uma resposta positiva, afirmativa, definitiva, taxativa. [...] E agora, lá estava Aninha, me enchando de verde e de pavor, esperando que eu solucionasse o dilema, como se dilemas se solucionassem com palavras e como se o fato de ela ter perguntado primeiro me tornasse a dona de todas as respostas. (MOSCOVICH, 2004, p. 15).

Descobrimo-se apaixonadas, Clara e Ana decidem encontrar-se às escondidas, pois sabiam que, publicamente, teriam de enfrentar muitas dificuldades em função dessa relação homossexual. Os colegas da escola, que logo perceberam o amor das duas, começam a rir e a fazer comentários preconceituosos. O ápice desse preconceito vem à tona a partir da pergunta feita às meninas por Beatriz, colega da escola. Beatriz pergunta qual das duas é o homem da relação, fato que desestabiliza as duas e contribui para a tomada de decisão de não demonstrarem afeto em público: "mesmo que quiséssemos, era impossível não nos doermos com a maldade dos colegas" (MOSCOVICH, 2004, p. 46).

Ana e Clara vivenciam encontros de amor, que ocorriam, geralmente, às tardes, na casa de Ana – cujos pais pareciam perceber, mas não se mostravam contrários ao relacionamento das meninas. Percebendo, porém, "que o amor não pode viver escondido, que o amor demanda reverência coletiva" (MOSCOVICH, 2004, p. 48), as amigas decidem afastar-se pelo menos até começarem a faculdade, pois sentiam que as dificuldades que teriam de enfrentar para assumir esse amor estavam apenas começando.

Entretanto, a promessa de unirem-se, novamente, ao começarem a faculdade, não é mantida. Depois de finalizado o ensino médio, durante o qual não houve contato algum entre as duas, Ana decide mudar-se para França para cursar o ensino superior. Clara fica sabendo da decisão da amiga, e, no Brasil, decide cursar a faculdade de jornalismo, muito embora seu pai preferisse que ela tomasse conta de seus negócios, já que, na cultura judaica, geralmente, o primogênito ou a primogênita herda os negócios da família.

Para Clara, o pai sempre fora uma referência fundamental, tanto que, quando acometido por uma doença, a família parece desestruturar-se. Mesmo com tratamentos específicos, o pai não resiste e morre. O enterro é muito doloroso para Clara, que, desde então, passa a sentir dores de cabeça muito fortes, principalmente, devido à falta da figura paterna: "faziam-se falta, naquela hora de espera, os grandes silêncios a que se entregava meu pai, lacunas do pensamento que sempre me competia preencher" (MOSCOVICH, 2004, p. 237).

Ao formar-se jornalista, Clara recebe um convite de seu professor para trabalhar na edição de um jornal da cidade. Inicialmente, insegura quanto à decisão a tomar, aceita o convite e passa a trabalhar na redação de um jornal local. Durante o período em que trabalha no jornal, ainda sem ter esquecido, completamente, a história de amor vivida ao lado de Ana, Clara conhece Natália, colega de edição. A jornalista recém-formada interessa-se pela colega, mas não é correspondida, uma vez que Natália saía com outra moça. As duas, no entanto, passam a ser grandes colegas e amigas, e Natália pergunta a Clara se ela está apaixonada por

Vítor, rapaz que trabalha na construtora da família de Clara, agora comandada por seu tio, Samuel. Clara conhecera-o durante uma das inaugurações de prédios da empresa e, mesmo tendo saído algumas vezes com ele, que demonstra estar muito interessado por ela, responde à Natália que não passava de uma amizade.

A amizade entre Clara e Vítor, no entanto, é percebida pelos que convivem com a jovem jornalista como um possível relacionamento amoroso. No âmbito familiar, sua mãe fica contente com a possibilidade de ela namorar um judeu, neto de rabino. O tio Samuel, que agora fazia as refeições junto à família – fato que piorava as enxaquecas de Clara –, elogiava muito o rapaz, contribuindo para que a família o enxergasse como um bom partido, um bom casamento para a jovem, ainda solteira. Clara e Vítor continuam encontrando-se, eventualmente, e, sem pensar muito em si e cedendo às vontades alheias, Clara aceita o repentino pedido de casamento de Vítor. A narradora não explica como ocorreu a tomada dessa decisão e, ao narrar o momento do casamento, parece não estar falando de si: narra-o em terceira pessoa, falando de Clara como se essa fosse outra pessoa, não ela mesma. Esse afastamento de si comprova que aceitou casar-se não por vontade própria, mas, por ceder ao desejo alheio:

finalmente, os acordes da marcha nupcial trovejaram pela sinagoga. Clara ergueu o queixo, arrumou o buquê entre as mãos. Deu um passo, o primeiro. Os convidados levantaram-se, provocando um pequeno tumulto. Vítor a esperava junto ao pátio coberto de flores; esperava com a satisfação de quem espera aquela que será sua esposa. (MOSCOVICH, 2004, p. 124).

Depois de algum tempo casada, Clara recebe um telefonema de Ana, que está passando um tempo no Brasil. As duas decidem encontrar-se, e, por um momento, revivem, com a mesma intensidade, a paixão que haviam interrompido, anos antes. O encontro é marcante para ambas, tanto amorosa, quanto eroticamente. No entanto, poucos dias depois, Ana retorna à Paris, e Clara retoma sua vida matrimonial, mesmo tendo traído o marido, e, talvez por isso mesmo, agora ficava cada vez mais distante dele. Devido a isso, suas dores de cabeça estavam cada vez mais profundas e foram agravadas ainda mais quando sua mãe casou-se com o tio Samuel, em função do levirato judaico¹⁸. O casamento desperta um ódio profundo em Clara, nutrido tanto contra a mãe, quanto contra o tio.

Anos depois, Clara recebe um telefonema angustiado de Ana, que está no Brasil, prestes a ser operada devido a uma má formação cerebral. A contragosto de Vítor – que, se antes desconfiava do amor de Clara pela amiga, agora recebia a confirmação da própria esposa –, Clara decide acompanhar a cirurgia e ficar ao lado de Ana. Nos momentos finais da

¹⁸ O levirato judaico é uma das leis do judaísmo sobre casamento que impõe à viúva casar-se com o irmão ou herdeiro do nome de seu falecido marido, a fim de dar continuidade à família e aos negócios.

narrativa, as duas revivem, novamente, o amor da adolescência. Ana não resiste e morre durante o delicado processo cirúrgico.

As últimas páginas do romance narram a volta de Clara à sua casa, cujos armários já não guardam as roupas de Vítor. Trata-se de um final em aberto, mas que enfatiza uma certeza: a narradora lembrará, para sempre, do amor vivido ao lado da amiga:

e, depois, o que eu poderia fazer? Nada, a não ser voltar à casa. Ali, as paredes explodiam; as janelas eram telescópios que aproximavam o mundo de fora. Os astros rodopiavam pelo teto, o sol pendurado sobre a mesa de jantar, eu tonta de tantas luzes. [...] Nunca mais, nos muitos anos que se seguiram, deixei de contar a mim mesma o ocorrido, narrativas reflexivas cheias de imprecisões e fantasias impacientes. (MOSCOVICH, 2004, p. 251).

Mesmo que a morte tenha posto fim à possibilidade iminente da realização amorosa, a trajetória pela qual Clara e Ana passam durante os anos em que convivem, por si só, é indício de que as duas personagens não são estereótipos de mulheres-objeto, que se deixam levar por tudo que lhes é imposto. Ainda que Clara tenha cedido, muitas vezes, às pressões familiares e sociais, sua postura configura-se a partir de constantes deslocamentos de valores de gênero, em vários âmbitos. No âmbito amoroso, mesmo casando-se, percebe-se que repudia o matrimônio como instituição altamente valorizada no mundo patriarcal, capitalista e burguês: "casamento era minha última intenção sobre a face da Terra." (MOSCOVICH, 2004, p. 107). No âmbito profissional, em plena ditadura militar, época marcada por forte censura à imprensa, torna-se jornalista, profissão imbuída do direito de narrar, de forma crítica, os acontecimentos. No âmbito familiar, consegue introduzir pontos de vista diferentes no que concerne às convenções sociais, incluindo os papéis femininos: não assume o comportamento da mulher judia na família, comumente responsável por cuidar dos filhos, das refeições e das orações familiares.

Ainda no âmbito familiar, a identificação de Clara com a figura paterna (a protagonista estabelece um diálogo permanente com o pai, mesmo após a sua morte) remete-nos, por um lado, à cultura patriarcal em que está inserida, por outro, à necessidade que a personagem tem de seguir um modelo possuidor de voz, de posição ativa. No binarismo homem/mulher ou, ainda, pai/mãe, Clara percebe, desde criança, que o poder está nas mãos da figura masculina: "o pai tinha primazia no jornal. De resto, em tudo na nossa vida" (MOSCOVICH, 2004, p. 20). Esse é o modelo que a jovem judia pretende seguir: o exemplo da figura paterna, portadora de voz e decisões, e não o modelo materno, marcado pela não tomada de atitudes. De acordo com Wagner (2010, p. 257), Clara

tem uma percepção de si mesma, como figura feminina, mas não se identifica com o lugar que sua mãe ocupa, no âmbito familiar, percebendo-se mais próxima da identificação do lugar fálico, do lugar de seu pai. Trata-se de um lugar demarcado

pelo poder, desde sua posição ao sentarem-se na mesa, até o fato de que as notícias do jornal eram transmitidas, a partir de seu ponto de vista, no café-da-manhã, sem que alguém questionasse ou fizesse alguma divergência. Clara se sente identificada com esse lugar, a ponto de se permitir realizar escolhas no âmbito profissional, fazendo com que esse pai a respeite, sendo, pois, merecedora de confiança e crédito nessas escolhas. Ela concorda com o pedido do pai, quando ele deseja que seja a melhor, porque se identifica com esse ideal de ego, que são expectativas idealizadas, projetadas em alguém, muito comum de ocorrer por parte dos pais em relação aos filhos. Clara consegue perceber que esse ideal projetado lhe acrescentará, em termos de forças, motivando-a para que atinja uma posição que ela mesma deseja, enquanto está representando um lugar de poder, diferentemente do lugar ocupado por sua mãe, ou talvez até do lugar que essa mãe representa historicamente.

Em vários momentos da narrativa, Clara mostra-se irritada com a atitude passiva da mãe dentro da família, principalmente, após a morte de seu pai: "por que, então minha mãe purgara em silêncio? Alguma expressão, uma lágrima, uma reação que a integrasse ao mundo dos vivos, qualquer coisa teria sido preferível àquele rosto imbecilizado e monótono. [...] ainda assim, minha mãe se manteve alheia de si e do mundo" (MOSCOVICH, 2004, p. 77). O repúdio que a passividade materna lhe causa – "a passividade da mãe me incomodava" (MOSCOVICH, 2004, p. 75) –, no entanto, é justamente uma aversão a sua própria passividade. Com exceção do momento em que Ana morre e Clara percebe que o amor precisa de reverência pública, durante grande parte de sua trajetória, a protagonista age passivamente, assim como a mãe agia. Clara não gosta, em sua mãe, justamente do que ambas têm de pior: a falta de determinação para agir conforme seus anseios. Se, por um lado, Clara parece transgredir paradigmas, apaixonando-se por uma moça, por outro, aceita, passivamente, abrir mão desse amor. Se, por um lado, torna-se jornalista – profissão que, mesmo nos anos 1970, ainda fugia à regra de seguir os negócios de uma típica família na comunidade judaica –, por outro, aceita, passivamente, a cobrança do pai, que exige que ela seja uma jornalista de destaque. Se, por um lado, repudia o casamento heterossexual, por outro, acaba casando-se com um homem judeu.

Dessa forma, Clara é uma personagem que está em constante conflito: ora toma atitudes de forma ativa e decisiva, ora deixa-se levar pelas decisões alheias; ora parece intervir na sociedade em que vive, ora teme ser excluída do círculo social em que está inserida. Esse conflito faz parte do seu processo de amadurecimento, no qual ocorrem diferentes e momentâneas identificações: em alguns momentos, no par binário homem/mulher, identifica-se com a figura masculina, em outros, segue o modelo feminino adotado por sua mãe. Em relação aos pares binários judaísmo/não-judaísmo e conservadorismo/liberalidade, ora identifica-se com a comunidade em que está inserida, seguindo os costumes e tradições (conservadores), ora age em desacordo com essa comunidade, como, por exemplo, quando

opta por uma carreira profissional jornalística (indício de liberalidade), ao invés de seguir os negócios familiares. Em relação aos binarismos heterossexualidade/homossexualidade e preconceito/aceitação, esses parecem ser os maiores geradores de conflito de identidade e subjetividade que a personagem enfrenta: Clara sabe-se homossexual, mas, em função do preconceito e da não aceitação de si mesma, esconde essa identidade e assume outra, heterossexual, casando-se com Vítor.

O ápice do processo de autoconhecimento e de autoaceitação ocorre quando, diante da morte da amiga, Clara assume seu amor por ela. O auge de sua maturidade acontece quando aprende que o amor demanda expressão e quando percebe que "o tempo sem ela fora um tempo errado" (MOSCOVICH, 2004, p. 212). Mesmo que a futura expressão de seu amor tenha sido interrompida e impedida pela perda física da amiga, Clara compreende e aceita, a partir de então, sua subjetividade e sua identidade. Clara amadurece e, provavelmente, após a perda de Ana, não mais abrirá mão de seus anseios e desejos futuros, já que compreendeu que se paga um preço alto por isso. Wagner (2010, p. 258) resume o processo vivenciado por Clara:

é possível pensar que ela tenta reprimir seus verdadeiros sentimentos e desejos, quando precisa assumir publicamente sua opção sexual. Entende-se que ela tenta, também, diminuir, senão desprezar, o que sente por Ana, buscando um relacionamento saudável com seu marido. Porém, com a iminência da morte ou da perda do objeto amado, ela consegue se dar conta do que negou, fugiu e reprimiu durante toda a sua vida. Portanto, em toda a obra, essa personagem revela-se na impossibilidade de assumir que seus desejos e sua satisfação sexual, efetivamente, se apresentavam mais envoltos por uma escolha homossexual do que heterossexual.

Embora o título do romance sugira igualdade entre as duas amigas, há várias características que distinguem a protagonista de sua amada. A similitude parece, em muitos momentos, ficar restrita às características físicas, enfatizadas nos momentos em que ocorre relação sexual entre as duas mulheres:

como um consolo, arma de toda a tua vida, te acode o rosto amado, os olhos de sempre, a boca do prazer te diz mudamente calma, calma, Aninha, sou eu, Clara, nada vai acontecer, e ela te beija e beijas o ar que ela respira; sorris, tola, para essa alucinação, sorris porque os lábios te ataçam as pulsões, porque lhe sentes os braços a envolverem teu corpo, calma, calma, ela volta a repetir, a voz te embala e te nina, ela te alça o tronco, tuas pernas estão livres, teus braços estão livres, ela te libertou, ela vai te amar, o corpo roça o teu com leveza, *a textura da pele fundindo-se com a tua, ela maravilhosa de beleza, da beleza que sempre lhe atribuíste, ela tão igual a ti, a outra, aquela que te faz feliz.* (MOSCOVICH, 2004, p. 244-245, grifos nossos).

Nas demais situações, percebe-se que Clara adota um posicionamento mais conservador, à medida que Ana possui atitudes mais liberais: "o tempo passava e Aninha inventava modas: tricotava, fazia crochê, bordava. Vaidosa, ela assaltava o guarda-roupa e trazia vestidos, colares, uma profusão de cores que, para mim, ao menos até então, era proibida" (MOSCOVICH, 2004, p. 31). Mesmo que ambas sentissem afeto uma pela outra,

Ana é quem toma as iniciativas no relacionamento, uma vez que, desde o início, sabe o que está acontecendo com elas, enquanto Clara demora mais – ou quer demorar mais – para perceber o que se passa entre elas. Várias são as situações que comprovam que era Ana quem agia ativamente. Os encontros são, geralmente, na casa de Ana, e por ela marcados. O primeiro beijo e a primeira relação sexual também são iniciados por Aninha. A decisão, diante da impossibilidade de continuarem juntas, de estudar na França, é feita por Ana, e Clara permanece vinculada ao seio familiar, cumprindo o desejo do pai. Quando recebe o convite para trabalhar no jornal, Clara demora a decidir-se, sente-se insegura quanto a se deve ou não aceitá-lo. As ligações telefônicas, enquanto estão vivendo em países diferentes, são sempre feitas por Ana e recebidas por Clara. A narradora, ainda, tem dificuldade, ao longo do relacionamento, de dizer o amor que sente, não consegue dizer "eu te amo" – "as três palavras, que, como o nome de Deus, ninguém deve pronunciar" (MOSCOVICH, 2004, p. 155). Somente no final do romance, Clara é capaz de repeti-las, pois é nesse momento que percebe a necessidade de expressar o amor.

A sugestão de igualdade presente no título da obra também pode ser questionada sob outro aspecto. Considerando-se suas sexualidades, são iguais entre si, mas, por esse mesmo motivo, diferentes das outras pessoas. Apesar de viverem em uma época em que alguns preconceitos, em relação à sexualidade, já estavam sendo amenizados, a opção sexual das amigas ainda era uma opção não convencional, o que as leva a serem vistas como uma exceção: "por que, pai? Por que éramos a exceção? Por que eu era duplamente a exceção? Não era isso a desgraça, meu pai? Lésbica." (MOSCOVICH, 2004, p. 47). Clara, mais do que Ana, sentia-se excluída, visto pertencer a categorias historicamente vítimas de perseguições: os judeus, os homossexuais, as mulheres.

A obra é, ainda, repleta de metáforas. Muitas delas referem-se ao corpo, à anatomia humana e à sexualidade. A sinestesia relacionada ao paladar, por exemplo, está presente em vários momentos, como quando Clara descreve a amiga, comparando-a a uma fruta: "ela parecia uma fruta, uma fruta de se comer com as mãos, dessas que a gente se lambuzava e chafurda os dedos na meleca." (MOSCOVICH, 2004, p. 18). Comparar a pessoa amada a uma fruta a ser devorada remete-nos não apenas à relação sexual e ao erotismo, mas também à posse do ser amado. Nos momentos de amor, Aninha é comparada, mais de uma vez, a uma fruta a ser comida e saboreada; no momento em que está doente, seu cérebro é comparado a uma fruta madura: "teu cérebro estourando como um figo maduro" (MOSCOVICH, 2004, p. 195). Alimentar-se de uma fruta pode fazer referência, ainda, à necessidade de alimentar-se de amor e paixão. Oportuno mencionar, a comida é um traço bastante presente nas obras de

Cíntia Moscovich, principalmente, por ser um elemento muito valorizado nas culturas judaicas.

Outra relação metafórica possível de ser estabelecida diz respeito, novamente, à incapacidade de Clara de aceitar sua subjetividade e identidade, quando a narradora menciona a dificuldade que sempre tivera de usar a crase: "eu, ainda hoje inquieta, sem saber se Deus existe e como se usa, afinal, o raio da crase" (MOSCOVICH, 2004, p. 16). Cabe perguntar se a dificuldade de usar a crase – fusão de duas vogais idênticas, na forma, mas distintas, na semântica – pode ser análoga aos dilemas que Clara enfrenta para assumir, para si mesma e para os outros, a igualdade – respeitando-se as particularidades de cada uma – existente entre ela e Ana. Embora perceba essa igualdade, Clara não consegue lidar com essa semelhança e acaba abrindo mão do amor homossexual. Pode-se, do mesmo modo, relacionar a dificuldade que Clara possui em utilizar a crase à dificuldade que também possui em expressar seus sentimentos, diferentemente de Ana, que é mais espontânea, liberal e decidida.

Metaforicamente, ainda, a trajetória de Clara e Ana pode ser comparada ao período histórico em que se passa o enredo: a ditadura militar. O tempo em que as duas amigas estão separadas pode ser enxergado como um exílio, principalmente nos capítulos em que Ana está em Paris. O exílio é a escuridão, e nenhuma das duas consegue ser feliz durante o afastamento. O final da narrativa, que coincide com os anos finais da ditadura, pode ser comparado à abertura política do país: há a retomada da luz, o fim do exílio e da escuridão. Clara assume para o marido que sempre fora apaixonada por Ana, e, após a morte da amada, aprende que o amor demanda expressão. Enquanto Clara passa a expressar a sua subjetividade, o país, com a abertura política, passa, também, à expressão, antes censurada. O romance termina em aberto, o que remete à abertura política e às mudanças pelas quais o país começava a passar: mudanças que, assim como na vida de Clara, são positivas.

A personagem de Cíntia Moscovich deseja e alcança a expressão, questionando os papéis sociais destinados pela família e por outras instituições, mas, na maioria das vezes, acaba cedendo ao que é imposto por essas instituições. A expressão de si mesma é alcançada apenas no fim do romance e colocada em prática após o final da narrativa. De acordo com Leal (2008, p. 219), "Cíntia Moscovich busca a palavra e a expressão para as experiências-limite de suas personagens, marcadas por um corporalidade e uma sexualidade não-hegemônica. A expressão aparece como principal objetivo, mesmo que se dê apenas para além das páginas de seus romances".

Mesmo que o alcance do autoconhecimento e do amadurecimento, que contribuem para a expressão da subjetividade e, conseqüentemente, da identidade, ocorram além dos

limites da narrativa, a protagonista de *Duas iguais* representa um sujeito feminino distinto daquele tradicionalmente veiculado nas obras literárias. Representa um sujeito feminino que, como qualquer ser humano, deixa de tomar atitudes, erra, arrepende-se, enfim, um sujeito único – e, ao mesmo tempo, plural – que não é igual a outro, e que é, por isso mesmo, humano.

2 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL

O presente capítulo apresenta o contexto de inserção da personagem feminina analisada na obra *Duas iguais*. Discute-se, aqui, como os aspectos históricos, culturais, regionais e familiares (apresentados a partir das memórias da personagem) – a Ditadura Militar brasileira de 1964 a 1985, a comunidade judaica sul-rio-grandense em que a personagem vive e a figura marcante e decisiva do pai em sua vida – influenciam na construção da identidade da personagem Clara.

2.1 Ditadura militar brasileira: memória e história

A história é feita por homens e mulheres que a inventam a cada instante, no cotidiano de suas vivências, ou no palco político por eles montado. Muitas dessas vivências ou atuações políticas perdem-se para sempre, acumulando-se aos silêncios historicamente constituídos, já que a história oficial tem sido parcial, silenciando ou escondendo sujeitos.

Ana Maria Colling.

Analisar o contexto em que se inserem as personagens de uma determinada obra literária torna-se relevante na busca de identificar como os diversos processos de interação nas relações de gênero ocorrem, não só na obra em análise, mas na sociedade representada nessa obra de ficção. Sem a pretensão de ser o espelho da sociedade ou apresentar personagens heroicos (BORDINI, 2006), a narrativa atual apresenta espaços em que se dá voz a personagens que vivem em uma determinada sociedade e que se relacionam nesses espaços sociais, em diferentes grupos, com diferentes pessoas. A personagem da narrativa atual não é heroica, não é una, "não acolhe mais qualquer definição de fixidez, de unidade social ou moral ou de coerência psíquica ou axiológica." (BORDINI, 2006, p. 141). Na verdade, estudos atuais da personagem procuram analisar a representação de sujeitos plurais, em contextos plurais.

Segundo Candido (2008, p. 14), sabe-se que "o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno." O histórico e o social são critérios indispensáveis para a análise íntegra da obra (CANDIDO, 2008). Cevasco (2009, p. 322) explica que "os elementos que se costuma, em crítica cultural, considerar externos –

como, por exemplo, modo de produção econômica, relações sociais, tempo histórico – são de fato internos, na medida em que são eles que estruturam a forma dos produtos culturais." Fazer uma análise predominantemente crítica implica apreender os aspectos contextuais e o funcionamento de uma determinada sociedade real ou representada. O estudo da personagem, por sua vez, precisa estar concomitantemente vinculado ao estudo do contexto, afinal, a personagem se insere em contextos marcados pela multiplicidade: "contextos nacionais, culturais, econômicos, de gênero, de classe social, de raça, de etnia, de idade, de posição política e religiosa." (BORDINI, 2006, p. 140).

Se considerarmos que a identidade não se constrói exclusivamente a partir das experiências subjetivas, o contexto em que se insere um indivíduo passa a ser peça fundamental na construção de sua identidade. No contexto das relações de gênero, o entorno cultural¹⁹ tem fundamental influência, visto que "a divisão sexual dos papéis e das tarefas nas sociedades resulta fundamentalmente da cultura e por isso varia de uma sociedade para outra" (CUCHE, 2002, p. 11). Além disso, não só as classificações de gênero como todas as demais classificações sociais ocorrem de diferentes formas de acordo com as diferentes culturas. De acordo com Woodward (2000, p. 41),

cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por cultura.

Dessa forma, o contexto sócio-histórico-cultural em que se insere a personagem merece ser cuidadosamente compreendido para que se perceba em que medida influencia as ações e escolhas do indivíduo. Tendo em vista o objetivo da presente análise – relacionar o contexto sócio-histórico-cultural à construção da identidade feminina da personagem na obra *Duas iguais* –, faz-se necessário compreender se e como os elementos do entorno da personagem influenciam essa construção. Conforme Hollanda (1994, p. 14),

as noções de "linguagem feminina" ou mesmo de "identidade feminina", enquanto construções sociais, exigem a avaliação das condições particulares e dos *contextos sociais e históricos* em que foram estruturadas. Os sistemas de interpretação feministas teriam, por conseguinte, como tarefa fundamental a reflexão sobre a noção de identidade e de sujeito, levando necessariamente em consideração a multiplicidade de posições cabíveis que a noção de sujeito sugere e assumindo um claro compromisso com a perspectiva historicizante em suas análises. (grifo nosso).

¹⁹ Entenda-se cultura como um "um grupo social integrado, amparado em padrões de conhecimento, valores ou crenças comuns; em estruturas sociais; relações materiais e modos de comportamento, comunicação e pensamento" (LAUERHASS JR., 2007, p. 15), variável, portanto, de sociedade para sociedade.

O contexto de uma obra literária fica visível através da narrativa, sendo fundamental o papel do narrador ao desvelar outros aspectos além das ações das personagens. Outro elemento importante na contribuição da apreensão do contexto da narrativa é a memória das personagens, seres humanos "testemunha", que recuperam, de forma viva, através das suas narrativas sobre experiências passadas, as mais variadas épocas históricas. Clara, narradora de *Duas iguais*, pode ser considerada narradora-protagonista e, ao mesmo tempo, narradora-testemunha: encaixa-se nessas duas categorias propostas por Friedman (1967), à medida que narra os seus sentimentos e experiências individuais e, ao mesmo tempo, narra acontecimentos da história do Brasil. Segundo Lowenthal (1998, p. 82), "satisfeitos de que nossas lembranças nos pertencem, buscamos também ligar nosso passado pessoal à memória coletiva e à história pública". Clara, à medida que narra seus relatos pessoais, traz à tona o contexto histórico público determinante de muitos acontecimentos que vivencia:

é no mesmo movimento dialético que a memória vem confortar ou enfraquecer as representações identitárias, e estas vêm reforçar ou enfraquecer a memória. Em todos os casos, esse trabalho de memória é coletivo desde sua origem, pois se manifesta "no tecido das imagens e da linguagem" que devemos à sociedade e que nos vai permitir dar uma ordem ao mundo. (CANDAU, 2011, p. 78).

Na obra em estudo, as vivências de Clara são revividas a cada página, a partir de seus relatos. Conforme Anderson (2008), a identidade é impossível de ser totalmente rememorada, por isso, a narrativa da identidade, ou, a autoapresentação através de narrativas, é fundamental na percepção identitária do sujeito. Em relação à identidade, afirma Candau (2011), a memória pode tanto consolidá-la, quanto destruí-la. Uma memória coletiva que preze pelo domínio patriarcal acaba reproduzindo e reforçando o cerceamento das manifestações da identidade pessoal.

Clara inicia a narrativa, deixando claro, "preto no branco", que está contanto a história de sua vida:

tem sido assim desde o princípio: a história dos meus dias, a história da minha vida, cada história que posso contar guarda em si outra história, inenarrável. Um tormento, porque tenho a esperança de que façam sentido as palavras e sentenças que vou justapondo – preto no branco, a trama visível [...] (MOSCOVICH, 2004, p. 11).

Ao mesmo tempo em que narra sua história de amor e paixão pela colega de escola, Ana, a personagem coloca o leitor a par dos acontecimentos sociais e históricos de seu tempo, no contexto em que vive, predominantemente marcado pela figura paterna, carregado de traços distintivos que legitimam o masculino. Protagonista e narradora de sua própria história, Clara pertence a uma família judaica tradicional, inserida numa comunidade regional judaica

de Porto Alegre, durante a época da ditadura militar brasileira (1964-1985). Conforme Halbwachs (2006, p. 39),

não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

A ditadura tem sido tema literário na América Latina não só de grandes nomes como Vargas Llosa²⁰ e Gabriel García Márquez²¹, mas também de escritoras²², a partir dos anos 1980, que procuram evidenciar as questões de dominação consequentes dos regimes militares latino-americanos (ZINANI, 2010). De acordo com Weinhardt (2008), a literatura sobre esse tema produzida após os anos 80 possui um caráter de reflexão bastante abrangente. Zinani (2010, p. 46) acrescenta que "na abordagem feminina da ditadura, constata-se a apresentação de um caráter testemunhal dos eventos narrados, o qual aproveita a memória individual e coletiva, a fim de construir, a partir de pequenos relatos, a história não oficial dos acontecimentos agora transfigurados em ficção." As literaturas que tematizam a ditadura, portanto, constituem-se como narrativas de cunho testemunhal, contribuindo para uma melhor compreensão da história, visto que "as pérolas mais translúcidas da narrativa histórica são, com frequência, encontradas na ficção que é, há muito tempo, componente importante para a compreensão histórica" (LOWENTHAL, 1998, p. 126).

Cíntia Moscovich, ao dar voz à Clara, permite vir à tona questões da ditadura militar brasileira. A partir das memórias da narradora de *Duas iguais*, toda a trama se desenvolve, evidenciando o contexto em que a personagem esteve inserida. A ditadura militar brasileira foi marcada por uma série de conflitos que atingiram, direta ou indiretamente, a população brasileira. Período de forte autoritarismo e censura a quaisquer tipos de expressão, a ditadura configurou-se pela tomada de poder das Forças Armadas (na maioria dos países latino-americanos), e consequente política de repressão, com o intuito de manter a segurança nacional:

as organizações repressivas elaboraram complexos sistemas que incluíam operações de sequestro de pessoas suspeitas, uso sistemático de métodos de tortura para obtenção de confissões, centros clandestinos de interrogatórios e de detenção de presos políticos, cemitérios clandestinos, etc. Uma característica comum nos países latino-americanos era a extrema dificuldade em localizar as vítimas da repressão

²⁰ Vide *A festa do bode* (2000).

²¹ Vide *O outono do patriarca* (1975).

²² Para citar alguns nomes, "Isabel Allende (1984), Marcela Serrano (1994), Gioconda Belli (1988), Julia Alvarez (1994), Elsa Osorio (1999), Luisa Valenzuela (1990), Néida Piñon (1987) e Ana Maria Machado (1988)." (ZINANI, 2010, p. 46).

bem como tomar quaisquer medidas legais para reverter seus processos, já que oficialmente eles eram desconhecidos das autoridades judiciais. Houve muitos casos de pessoas encarceradas, torturadas e até executadas sem que tivessem sido submetidas a qualquer tipo de julgamento, diversas vezes sem nenhuma comprovação de atitudes "subversivas" (GUAZELLI, 2004, p. 33).

Segundo Colling (1997, p. 22), no Brasil, "o discurso da ditadura militar, que se apresenta como discurso oficial, tenta 'moralizar' o país através de suas regras, não somente econômicas e políticas, mas também as de comportamento de cada cidadão brasileiro." O período foi um misto de ascendência de dominadores sobre dominados, cerceamento dos direitos humanos e domínio patriarcal. Uma mácula na história brasileira, a ditadura carrega uma faceta escura, silenciada no discurso histórico oficial:

é difícil acreditar, mas muitos milhões de brasileiros continuam sendo iludidos por uma história mítica, semeada de períodos trágicos que não são percebidos como tragédia, onde opressão, tortura e morte se sucederam "apenas" como episódios isolados de uma trama sem nexos. E, por ser mítica, essa história não conduz a nada, apenas sacramenta ideologicamente o eterno mando dos donos do poder, encastelados no Estado e detentores da vontade coletiva. Sem memória, pensamos viver uma "normalidade democrática" [...] (BARROS, 1998, p. 11-12).

Os relatos de Clara contribuem, durante toda a narrativa, para que o leitor acompanhe fatos de que o país foi vítima nos anos ditatoriais. A memória da personagem pode ser analisada como memória social, à medida que traz à tona aspectos nem sempre explicitados na história oficial brasileira. Mesmo com aspectos particulares, a memória da protagonista tem sustentação na esfera pública: "esse trabalho da memória nunca é puramente individual. A forma do relato, que especifica o ato de rememoração, 'se ajusta imediatamente às condições coletivas de sua expressão', o sentimento do passado se modifica em função da sociedade." (CANDAUI, 2011, p. 77). Além disso, para Bordini (2006), o contexto configurado a partir da memória individual da personagem funciona como um lugar de identificação não só para a personagem, mas também para o leitor de ficção. Os relatos de Clara, assim, podem ser analisados como relatos de mulher, fundamentais na afirmação de sua identidade:

relembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória, recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* interiores, por mais diferentes que nos tenhamos tornado. "Como apenas a memória permite conhecer a [...] sequência de percepções", argumenta Hume, "deve ser considerada [...] como a fonte de identidade pessoal." (LOWENTHAL, 1998, p. 83).

Além de ser fonte de identidade pessoal, a memória de Clara, enquanto mulher, contribui para a reconstrução das relações de gênero durante o período histórico da ditadura militar brasileira. Zinani (2010) afirma que a ditadura sempre foi vista como uma questão de homens, não de mulheres. Mesmo nas organizações de opositores aos regimes militares,

estudos apontam que cerca de 80% dos componentes eram homens (RIDENTI, 1990). Entretanto, se pensarmos que os estudos de gênero no Brasil desenvolvem-se com maior força a partir dos anos de 1970 e 1980, época da ditadura, concluímos que as mulheres, ainda que em número menor, tiveram um papel fundamental na constituição de sua história e na história de seu país: "das maneiras mais diferenciadas, ainda que distantes de uma perspectiva propriamente feminista, as mulheres marcaram a cena política da sociedade brasileira" (RIDENTI, 1990, p. 5). Nascimento et al. (2007, p. 360), com o intuito de desvelar o silêncio da história oficial, realizaram entrevistas com mulheres ex-militantes, findo o período da ditadura no Brasil, acreditando que, "através do conteúdo de suas narrativas, com suas lembranças e consequente reconstrução de suas histórias de vida, haverá possibilidade de se tentar resgatar parte do repertório sociocultural daquele período no Brasil, contribuindo para a construção de uma história pouco contada." Da mesma forma, a partir das memórias presentes na narrativa de Clara, representante de identidades plurais, o mesmo resgate pode ser feito. Trata-se de um ser ficcional, mas tão testemunha quanto as mulheres partícipes da ditadura.

A partir das conversas com o pai e das notícias que ele lê no jornal, toda manhã, para a família, Clara reconstitui um espaço de memória social ainda hoje desconhecido de muitos brasileiros:

[...] o professor de História falava em golpe de Estado que nós não presenciamos porque éramos muito pequenos, todos falavam no regime de exceção em que vivíamos. Na televisão, alguém anunciava que nunca havíamos sido tão felizes. Parecia ser verdade, ao menos até onde eu percebia. Havia coisas erradas com o país, dizia meu pai, completando que, por outro lado, éramos testemunhas do maior milagre econômico já presenciado na história brasileira. Eu sabia que meu pai não apreciava muito os militares mas, por outro lado, eu também sabia que, para ele, as fardas eram um mal necessário. (MOSCOVICH, 2004, p. 26).

Em um período histórico extremamente conturbado da sociedade brasileira, Clara anseia, ainda na adolescência, tornar-se jornalista. Durante os anos finais do ensino médio, começa a perceber, com um olhar mais crítico, outras facetas da ditadura militar: "aprendíamos que os militares eram, na verdade, um mal não tão necessário assim e que havia um clima de guerra velado" (MOSCOVICH, 2004, p. 27); "passei a conhecer gente e mais gente com marcas de tortura recentes" (MOSCOVICH, 2004, p. 27)²³. Entre outros relatos, Clara narra um fato marcante ocorrido em sua comunidade, que chocou os moradores: um jornalista judeu havia sido encontrado morto na prisão. Suspeitando, a princípio, de suicídio, Clara fica a par da verdade a partir de uma revelação de Ana: "preso político não se matava, preso político era *morrido*." (MOSCOVICH, 2004, p. 27).

²³ A respeito dos episódios de tortura da ditadura militar, vide Gaspari (2002).

As memórias – ainda que relatadas a partir de um ponto de vista individual e do tempo presente, o que implica na impossibilidade de relatá-las sem que seja o futuro do passado incorporado à narrativa (CANDAU, 2011) – são histórias vivenciadas, que constituem, ao serem revividas, um panorama vivo e natural, muitas vezes, impossível de ser apreendido pela história escrita (HALBWACHS, 2006). O que é narrado por Clara coincide com relatos e fatos históricos da história escrita sobre o regime militar, corroborando a ideia de que a memória coletiva²⁴ é apreendida também a partir das memórias individuais.

Preocupado com as notícias de pessoas torturadas e desaparecidas, com a opção profissional da filha e com a sua participação, em pleno regime militar, como editora do jornalzinho da escola, o pai de Clara reiterava sua antipatia pela carreira de jornalista:

meu pai se desesperava com minhas idas e vindas. Me ameaçava dizendo que eu sequer ousasse sonhar em querer seguir a carreira de jornalista; se eu quisesse escrever por brincadeira, estava muito bem, mas que nunca, em hipótese alguma, eu mencionasse aquele assunto de gente torturada e desaparecida. Coisa de comunista, alertava. (MOSCOVICH, 2004, p. 29).

É visível a vontade do pai de que Clara casasse, tivesse filhos, cuidasse, ao lado do marido, dos negócios da família e abandonasse a ideia de ser jornalista: "bem sabia que ele ainda esperava que mudasse de ideia. E esperava mais: que eu esquecesse meus afetos passados, que eu arranjasse um marido, que meu marido trabalhasse na construtora, que tivéssemos filhos, que os filhos herdassem o negócio, e assim por diante, séculos afora." (MOSCOVICH, 2004, p. 107). De acordo com Bassanezi (2006, p. 608), do início até a metade do século XX, conforme matérias veiculadas em revistas e jornais da época, a imagem da mulher ainda era aliada às ideias de maternidade, casamento e dedicação ao lar. Porém, "isso não quer dizer que todas as mulheres pensavam e agiam de acordo com o esperado, e sim que as expectativas sociais faziam parte de sua realidade, influenciando suas atitudes e pesando em suas escolhas." Além disso, a partir dos anos 1960, a mulher começa a se desvincular dos papéis domésticos e a ganhar mais espaço em outros âmbitos:

a expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso num país que se modernizava, gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Este processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, de novos comportamentos afetivos e sexuais

²⁴ De acordo com Silva e Silva (2010, p. 276), a memória coletiva é composta "pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, mas que não lhe pertencem somente, e são entendidas como propriedade de uma comunidade, um grupo". Ela "fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade" (SILVA; SILVA, 2010, p. 276). Segundo Pollak (1992), algumas vezes, os fatos narrados não são necessariamente vivenciados pelo indivíduo, mas ele os narra como se os tivesse vivenciado pessoalmente, assumindo para si a memória coletiva: "podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação." (POLLAK, 1992, p. 2).

relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e ao recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. Nessas circunstâncias, o Ano Internacional da Mulher, 1975, oficialmente declarado pela ONU, propicia o cenário para início do movimento feminista no Brasil, ainda fortemente marcado pela luta política contra o regime militar. (SARTI, 2001, p. 36).

Assim, a respeito dos anos de chumbo, Fico (2004, p. 36) afirma que "de fato, a história do Brasil entre 1964 e 1985 não se restringe à história da ditadura militar". A história dos avanços conseguidos pelas mulheres prova que novas concepções nas relações de gênero estavam se concretizando. Muitas famílias enxergavam a educação das filhas como algo benéfico e positivo. Outras, porém, como a família de Clara, ainda aliavam o papel da mulher ao reduto doméstico.

Além de sua não aprovação à escolha profissional da filha, o pai de Clara também não gostava da amizade dela com Ana, colega da escola. Desde o início da amizade das duas, o pai de Clara mostrou-se antipático em relação à Ana, pelo fato de ela não ser judia e por ser filha de adeptos de movimentos de resistência à ditadura: "meu pai tinha certa reserva com relação àquela nascente amizade. Além do fato de não serem dos nossos, corria o boato de que os pais de Aninha estariam ligados a grupos políticos clandestinos." (MOSCOVICH, 2004, p. 25). Conforme Nascimento et al. (2007, p. 360), "a clandestinidade deixou de ser opcional para muitos e tornou-se obrigatória, à medida que as ideias inspiradoras do movimento de reconstrução sócio-política do país, em conjunção com a transformação de valores e costumes, tiveram que encontrar novas formas de existência." A família de Ana, assim, consistia em uma ameaça ao regime militar e à família de Clara, na visão conservadora do pai, que sempre mostrou um certo temor em relação à ditadura e suas práticas. Para ele, o melhor a fazer era aceitar o regime e evitar quaisquer atitudes que pudessem despertar a atenção de quem estava no comando.

Clara, no entanto, não obedece ao pai, continua sua amizade com Ana e opta decididamente pelo jornalismo, afinal, como ela mesma afirma, "nunca tivera coragem de declarar que casamento era minha última intenção sobre a face da Terra." (MOSCOVICH, 2004, p. 107). Em um período extremamente conservador e marcado pela repressão, Clara transgrediu o que era esperado dela como mulher. Cursa a faculdade de jornalismo, trabalha em um jornal local e apaixonou-se por sua melhor amiga.

Embora tenha se configurado como um momento de extrema repressão, a ditadura militar sofreu resistência por parte de muitos, principalmente, dos trabalhadores e estudantes, pois "os governos militares que se sucedem a partir do golpe de 1964 enfraquecem os canais

de integração social dos trabalhadores e reduzem drasticamente o acesso à cidadania social, impondo o que pode ser chamado de 'cidadania em recesso'." (GIULANI, 2000, p. 642). Dentre os trabalhadores e estudantes estavam mulheres como Clara, não apenas aliando-se a partidos políticos ou à luta armada, mas também enfraquecendo o regime através da mudança de costumes, valores e pressupostos nas relações sociais. De certa forma, ao ingressar no ensino superior, em uma faculdade de jornalismo, a contragosto do pai que preferia que ela, ao lado do marido, continuasse tomando conta dos irmãos e de seus negócios, Clara resiste à repressão existente na época, propondo também uma forma alternativa de viver sua condição como mulher. A forma de resistência das mulheres, assim, podia assumir diversas facetas, dentre elas, a participação política ou a subversão de determinados princípios nas relações de gênero – algumas delas ingressaram no ensino superior e vislumbraram um futuro sem a necessidade do casamento e da maternidade para constituírem-se como sujeito. Essas eram maneiras de colocar-se contra os pressupostos políticos da época e romper com as condições previstas *a priori* para a mulher. Não repetindo o modelo vigente de obediência, o sujeito feminino rompia com “o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino.” (RIDENTI, 1990, p. 2).

Embora tenham concedido alguma assistência às camadas populares, a partir de programas de alfabetização, saúde e moradia, os governos militares que se sucederam no período de 1964 a 1985 mostraram-se totalmente repressivos em relação à tomada de voz por parte das mulheres:

tais programas reafirmam a assimetria das relações entre homens e mulheres. Antes de tudo, considera-se como público-alvo dessas políticas a família institucionalmente constituída em torno do *chefe de família* – única autoridade reconhecida e incontestada, único representante das necessidades e das exigências de todos os familiares. (GIULANI, 2000, p. 642).

Percebe-se o paradoxo existente à época, quando mulheres procuravam romper com a hegemonia masculina, mas, ao mesmo tempo, reproduziam e legitimavam, mesmo sem querer, a dominação masculina. Segundo Bourdieu (2007, p. 22), "quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação [...] que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão." Clara, de certa forma, transgride o que a sociedade em que vive espera dela: transgride os padrões ideológicos que insistiam em prever tarefas distintas aos sexos, compatíveis com sua "natureza". Aos homens, as atribuições políticas, o trabalho, a reprodução social. Às mulheres, o recanto doméstico, as atribuições maternais, a submissão

social. Clara, inicialmente, tenta subverter esses padrões, matriculando-se em uma faculdade de jornalismo e evitando o casamento: "talvez porque eu quisesse decidir algo por mim mesma uma vez na vida, talvez, talvez, talvez, eu me resolvi pela faculdade de jornalismo." (MOSCOVICH, 2004, p. 105). No entanto, sofre repressão dentro de sua própria família, além do preconceito por parte da sociedade. Diante disso, finalmente, acaba abrindo mão de seus anseios e acaba reproduzindo os valores patriarcais da sociedade em que vive: casa-se com um judeu, como havia desejado seu pai.

Ainda assim, as pequenas rupturas iniciais por parte de muitas mulheres, como Clara, mesmo sem aliar-se a partidos políticos, procuravam, no reduto doméstico, questionar obrigatoriedades como virgindade, casamento e maternidade. De acordo com Colling (2004, p. 169),

trabalhar com a história das mulheres, pressupõe o domínio de categorias analíticas para o entendimento das relações de gênero, perpassadas por relações de poder. Ao analisar a história das mulheres, sua participação nos grupos de oposição às ditaduras militares, estas categorias multiplicam-se em importância.

Embora marcado por ditaduras em diversos países do mundo, o século XX foi peça fundamental na história da luta das mulheres, como Clara, por uma posição mais igualitária entre os sexos:

ao ouvirmos, hoje em dia – privilégio da história contemporânea – vidas de mulheres que atravessaram este século, ficamos impressionados com o trágico e o grandioso das suas existências. Devoradas pela guerra, pela revolução ou pela ditadura, mas igualmente espectadoras e atrizes de uma formidável modificação das relações entre os sexos. (THÉBAUD, 1993, p. 7).

A história das mulheres, entretanto, não pode, conforme Bourdieu (2007), se contentar em apenas registrar a exclusão das mulheres. Deve, antes, mostrar o que contribuiu para a exclusão das mulheres e o que as fez reproduzir sua própria exclusão durante a ditadura militar, legitimando a dominação masculina. Soihet (2012, p. 232) afirma que, na década de 1970, mesmo com o surgimento da concessão de alguns direitos políticos às mulheres, não houve "uma reformulação no âmbito das obrigações familiares distintas para mulheres e homens; às mulheres ainda cabia a responsabilidade total pelas atividades domésticas e pela socialização dos filhos na primeira infância." Dessa forma, durante a ditadura brasileira, as mulheres continuaram excluídas das questões políticas importantes, até porque sentiam-se culpadas se valorizassem demais o trabalho e deixassem de lado suas obrigações domésticas e sua família (SOIHET, 2012). Tomada por sentimentos que vão do medo à rejeição, Clara acaba cedendo às obrigações destinadas às mulheres, ao casar-se e abrir mão de seu amor homossexual: "quis dar a volta e desistir, mais uma vez o medo, o medo que paralisa, que não se controla, que faz a gente perder o melhor" (MOSCOVICH, 2004, p. 149).

As memórias da personagem de *Duas iguais*, assim, favorecem a ressignificação e reinterpretção dessa mácula presente na história brasileira, cuja face verdadeira nem sempre é contada nos discursos oficiais: "a história. Havia – há – sempre uma outra história [...]" (MOSCOVICH, 2004, p. 252). Conforme Santos (2009, p. 24), "incorporar relatos dissidentes traz problemas quando se trata da construção de uma representação ideológica, mas traz sem dúvida uma interpretação compreensiva mais completa dos processos culturais". Os relatos de Clara contribuem para que se tenha essa percepção mais completa do que acontecia, nos anos ditatoriais, no Brasil. Tamanha repressão vivenciada durante esse período desencadeou o início de uma ruptura com o molde patriarcal e permitiu a tomada dos primeiros passos na construção de uma nova história das mulheres. Para tal percepção, não somente as memórias das mulheres reais, mas também das mulheres ficcionais são fundamentais.

2.2 Comunidade judaica e região cultural

Os lugares, regiões e setores geográficos [...] são feitos pelo homem.
Edward Said.

O espaço cultural de inserção de um indivíduo, lugar de interação com outros indivíduos e a sociedade como um todo, traz importantes contribuições à construção da identidade. Desde tenra idade, o indivíduo constrói-se e é construído a partir das experiências que vive, as quais estão em constante diálogo com o seu entorno e as pessoas que o compõem. A personalidade é resultado, em grande parte, dessas experiências vivenciadas culturalmente:

a personalidade individual não se explica por seus caracteres biológicos (por exemplo, como aqui, o sexo), mas pelo "modelo" cultural particular a uma dada sociedade que determina a educação da criança. Desde os primeiros instantes da vida, o indivíduo é impregnado desse modelo, por todo um sistema de estímulos e de proibições formulados explicitamente ou não. Isto o leva, quando adulto, a se conformar de maneira inconsciente com os princípios fundamentais da cultura. (CUCHE, 2002, p. 81).

O entorno cultural, segundo Geertz (1989), necessita ser compreendido e interpretado enquanto contexto constituído de elementos simbólicos. De acordo com o autor,

como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 1989, p. 24).

Enquanto ser que se relaciona com esse contexto e nele interage, na comunidade regional em que está inserido, o sujeito desenvolve sua identidade, afirmando-a e expressando-a, ou não. Comunidade regional pode ser tomada como sinônimo de região

cultural, um espaço composto por especificidades que o distinguem de outros espaços: “uma região cultural é composta por especificidades (assim, no plural) materiais e imateriais – regionalidades que armam um tecido complexo e flexível, o qual se mostra sempre outro a cada novo olhar.” (ARENDDT, 2012, p. 89). As regionalidades, por sua vez, “não constituem conjuntos de objetos passíveis de serem pensados fora de seus contextos particulares de significação” (SANTOS, 2009, p. 16). Conforme Santos (2009, p. 3), “o regional coloca-se como um elemento significativo da representação da identidade”.

Para abordar a ideia de regional, ou de região, porém, faz-se necessário, primeiro, analisar a noção de espaço. Embora essa noção tenha sido, ao longo das décadas, desprivilegiada em relação à noção de tempo/história (MASSEY, 2008), faz-se fundamental observar o espaço de inserção cultural da personagem para que se percebam as relações nele estabelecidas. Conforme Massey (2008, p. 56), “a vida é tanto espacial quanto temporal”, não há como estabelecer hegemonia de uma dimensão sobre outra, até porque ambas estão em permanente devir (MASSEY, 2008). Dessa forma, acredita-se que a noção de espaço, entendido não apenas como uma categoria geográfica *a priori*, mas como uma realidade que resulta das interações e das experiências humanas, seja tão importante quanto a noção de tempo (história) na análise do contexto da obra literária. Conforme propõe Massey (2008, p. 29), “primeiro, reconhecemos o espaço como produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, [...]. Segundo, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, [...]. Terceiro, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção”. Uma vez que o espaço geográfico, sobretudo, cultural, em que a personagem de *Duas iguais* está inserida, é uma comunidade judaica da capital gaúcha, o bairro Bom Fim²⁵, acredita-se que a melhor maneira de analisá-lo seja tomando-o a partir da perspectiva de região ou de comunidade regional.

²⁵ De acordo com Mentlik (2005, p. 68), “quanto ao século XX, a primeira leva numericamente significativa foi aquela de judeus provenientes da Bessarábia (Rússia), que, entre 1904 e 1912, fundaram as colônias agrícolas de Philippon e Quatro Irmãos, localidades próximas à cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Era o primeiro projeto de colonização judaica planejado para o Brasil, empreendimento que se deu por iniciativa de um grupo filantrópico judaico baseado em Londres, o *Jewish Colonization Association*, que buscava recolocar grupos de judeus russos vitimados por *pogroms*.” Segundo Santos e Soares (2012), os judeus, inicialmente estabelecidos no interior do estado do Rio Grande do Sul, começaram a estabelecer-se em Porto Alegre, lugar visto como favorável para a formação de uma comunidade judaica. De acordo com Gutfreind (2004, p. 83), “um grande número de egressos da colônia rumou para a capital do estado, Porto Alegre, buscando a aproximação com familiares ali residentes ou alternativas para mudanças em suas vidas.”. O bairro Bom Fim, atualmente, permanece como representante da cultura judaica em Porto Alegre, porém, de acordo com Gutfreind (2004, p. 102), “a maioria dos judeus não reside mais no bairro Bom Fim.” Ainda assim, segundo Dias (2012), Porto Alegre abriga a segunda maior comunidade judaica do Brasil, com uma população aproximada de 10.000 judeus. Já a comunidade judaica brasileira como um todo, atualmente, corresponde a menos de 0,1% da população brasileira (MENTLIK, 2005).

Historicamente, os judeus foram vistos como "os outros", o que, conseqüentemente, contribuiu para que, em um processo contínuo de diáspora, formassem grupos isolados, em diferentes partes do mundo. Conforme Oliveira (2006), a terra ou território é o primeiro operador simbólico na definição da identidade. Os possuidores da terra constituem o "nós", enquanto que os destituídos de terra constituem "os outros". Em função das diásporas, os judeus têm sido considerados os outros, principalmente, por estabelecerem-se em terras que não são suas.

Conforme Sennet (2008), o processo de isolamento dos judeus iniciou-se a partir do Renascimento e ganhou força na modernidade, resultando na formação de guetos. No Brasil, país que conta atualmente com uma população de, aproximadamente, 95.300 judeus²⁶, a recepção à imigração judaica nos séculos XIX e XX foi, por um lado, vista com bons olhos pelo governo, por se tratar de mão de obra imigrante, profícua, portanto, ao desenvolvimento previsto para o país. Por outro lado, a imigração judaica no século XX foi, em grande parte, tomada de preconceitos antisemitas, inclusive por parte do governo brasileiro (CARNEIRO, 2007). A política nacionalista, com a proibição do uso de línguas estrangeiras na Era Vargas, é um exemplo das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes judeus que chegavam ao país, à época (GUTFREIND, 2004; MENTLIK, 2005). De acordo com Freyre (2001), quando da chegada dos imigrantes ao Brasil, frades iam aos portos não para verificar a nacionalidade dos que chegavam, mas sua religião: "se fosse judeu, teria que se disfarçar em cristão-novo embora secretamente continuasse judeu" (FREYRE, 2001, p. 68-69). No Rio Grande do Sul, a história da imigração judaica sempre ficou em segundo plano, pois o empenho dos intelectuais sul-rio-grandenses estava voltado à afirmação do discurso de brasilidade do gaúcho (GUTFREIND, 2004).

Ao se estabelecerem nesses novos espaços geográficos, num processo de migração e reterritorialização²⁷, os judeus passaram a viver com suas famílias, em grupos, os *shtetlech*, ou pequenas aldeias (SELTZER, 1990). Partindo de seus diferentes países de origem e chegando a lugares completamente novos, onde tiveram de moldar-se à nova cultura, desenvolveram uma nova identidade cultural, a partir de regionalidades (ou particularidades), e atribuíram essa identidade a esses novos espaços, ou regiões culturais, que não eram mais idênticos aos

²⁶ Fonte: "The jewish population in the world". Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Judaism/jewpop.html>>. Acesso em: 8 jun. 2013. Na época em que se passa o enredo de *Duas iguais*, durante a década de 1970, havia cerca de 160.000 judeus no Brasil (SELTZER, 1990).

²⁷ Conforme Santos e Soares (2012, p. 107), em relação à reterritorialização judaica, "pode-se afirmar que o aspecto econômico é destacado como o principal fator que propicia o movimento da (des-re)territorialização de pessoas ou grupos. Contudo, não é o único, principalmente quando se estuda a temática judaica, pois, as discriminações e as perseguições aos judeus foram fatores que contribuíram veementemente para a ocorrência das diásporas judaicas."

seus lugares de partida (sua nação), mas que possuíam muito da sua marca de 'judeidade', principalmente, através da conservação da língua do país de origem, da gastronomia e da religião (DIAS, 2012). Esses elementos judaicos não permaneceram, no entanto, intactos e idênticos aos costumes outrora praticados em seus países de origem. De acordo com Seltzer (1990, p. 622), no século XIX e XX, "atribuições e ocupações tipicamente judaicas e instituições comunitárias se desintegraram e outras novas apareceram". Os judeus procuraram manter e preservar o judaísmo, mas as mudanças da modernidade "não deixaram intocado nenhum aspecto da existência humana" (SELTZER, 1990, p. 622), acarretando mudanças em todas as culturas, dentre elas, a judaica.

Sendo o judaísmo "um caso único no tocante à preservação de formas culturais em contextos de dispersão territorial" (MENTLIK, 2005, p. 66), os elementos da cultura judaica foram constituindo-se e ressignificando-se em novas particularidades, entendidas, neste trabalho, como regionalidades:

regionalidades também podem ser tomadas como índices das fronteiras culturais que se movem no tempo e no espaço. Enquanto especificidades, elas levam os indivíduos a aceitar ou a rejeitar os valores vigentes em uma escala regional. Em outros termos, ao habitar uma região, é possível identificar-se positivamente com algumas regionalidades e, ao mesmo tempo, entrar em conflito com outras. Regionalidades implicam atitudes de resistência ou de participação, de hostilidade ou de aliança, de rejeição ou de aceitação, atuando ora como obstáculos e limites, ora como continuidades e elos de ligação. (ARENDRT, 2012, p. 96).

Compartilhando das mesmas regionalidades, os judeus imigrantes e seus descendentes formaram, em diversos lugares do mundo, novas regiões culturais judaicas. Nesses novos países, como no Brasil, constituíram culturas híbridas – resultantes de múltiplos contatos que adicionaram novos elementos à nova cultura ou apenas reforçaram os antigos elementos da cultura de origem (BURKE, 2003). Agora, pertenciam a esse novo país, mas não deixaram de ressignificar seu país de origem no novo local: "estas identidades constituídas foram redefinidas como identidades regionais." (THIESSE, 2001/2002, p. 18). A religião teve – e tem – papel fundamental nesse sentido, tanto na formação das nações, quanto na garantia da perpetuidade da tradição nacional: assim como uma nação reivindica soberania, também as religiões são imaginadas "principalmente pelo uso de uma língua e uma escrita sagradas" (ANDERSON, 2008, p. 40). No caso específico judaico, alia-se a noção de religião à ideia de um Estado judeu²⁸, ambas reivindicadas nos novos territórios. O discurso nacionalista da exclusividade e soberania está, em grande parte, fundamentado no discurso religioso

²⁸ De acordo com Gutfreind (2004, p. 136), em relação aos imigrantes do século XX, "um número cada vez maior de judeus que já se autodenominam brasileiros vai se tornar, além dessa identificação, judeus sionistas, engajando-se como ativistas ou simpatizantes, desenvolvendo atividades voltadas para a concretude e o êxito de um Estado nacional judeu."

competitivo de ser o melhor (ANDERSON, 2008). A região, por sua vez, assume o mesmo objetivo: "de criar um espaço – simbólico, bem entendido – com base no critério da exclusão, ou pelo menos da exclusividade" (POZENATO, 2003, p. 155).

Percebe-se, dessa forma, que a cultura e a religião judaicas ressignificaram suas nacionalidades²⁹ em regionalidades, procurando manter as tradições nacionais nesses novos espaços, através da culinária, dos costumes, da preservação do passado comum a todos os membros dessa comunidade. A representação da região, assim como da nação, "tem também por particularidade o fato de estar baseada em uma denegação da transformação, exaltando o arcaísmo e o imobilismo de uma comunidade a-temporal que existe desde tempos imemoriais." (THIESSE, 2001/2002, p. 19). É por esse motivo que as comunidades regionais judaicas, mesmo em um novo contexto de inserção, distantes, geograficamente, dos contextos originais, mantêm muitas particularidades semelhantes às encontráveis nas nações de origem, além de outras, totalmente novas e ressignificadas por esses contextos. De acordo com Gutfreind (2004), a imigração judaica é especial porque os imigrantes originam-se de diversos países e não apenas de um, como no caso da imigração italiana ou alemã. Em função disso, se vistos de fora, são vistos como uma comunidade imigrante homogênea; entretanto, se vistos de dentro, as heterogeneidades permanecem até mesmo na definição do que é ser judeu. As instituições criadas, como escolas e sinagogas, tinham como meta o agrupamento e maior homogeneização dos imigrantes judeus.

A memória religiosa judaica³⁰, que pode ser vista como traço de regionalidade, contribui para essa manutenção de características nesses novos contextos, que se formaram a partir das diásporas judaicas:

a modalidade da memória da catástrofe tem uma longa tradição no judaísmo – uma cultura marcada pelo pacto de memória entre Deus e seu povo: um não deverá esquecer-se do outro. A religião judaica é antes de mais nada estruturada no culto da memória. Suas principais festas são rituais de rememoração da história (no Pessach, a leitura da Haggadah traz a história do êxodo com o intuito de *transportar* as gerações posteriores àquele evento; no Purim, recorda-se a salvação dos judeus da perseguição de Haman; no casamento judaico, em um ato de luto, um copo é quebrado para recordar, em meio à comemoração, a destruição do Templo e a impossibilidade de reparo – o *tikkun* na tradição da mística judaica – dessa perda). (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 53-54).

²⁹ Os principais elementos que constituem uma nação, de acordo com Thiesse (2001-2002, p. 8-9), são: "ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore, tudo isso sem contar algumas identificações pitorescas: modo de vestir, gastronomia".

³⁰ A memória tem papel tão importante no judaísmo que, tradicionalmente, "atormentados com as mudanças incorretas da Torá, os legisladores judeus insistiam que até mesmo os copistas, lendários por seus feitos mnemônicos, não deveriam transcrever nem uma única letra sem o texto diante dos olhos." (GERHARDSSON, 1998, p. 46).

O Holocausto, na Segunda Guerra Mundial, teve papel fundamental na memória coletiva dos judeus, ao estabelecerem-se em novos países e formarem novas comunidades judaicas. De acordo com Pollak (1992), a memória coletiva herdada tem uma relação intrínseca com o sentimento de identidade. O Holocausto, ou, em hebraico, *Shoah*³¹, constituiu-se como memória herdada e fundamental para as comunidades judaicas pelo mundo:

a memória do Holocausto tem ocupado também, nos últimos dez anos, um lugar central nas estratégias de comunidades judaicas para buscar mecanismos de identificação para seus membros. [...] Esta identidade judaica via reiteração da memória do Holocausto é dada sempre pelo registro da memória. (CYTRYNOWICZ, 2003, p. 132).

Clara, ao ficar sabendo dos episódios de tortura que estavam acontecendo, em função da ditadura, relembra a tortura pela qual passaram seus antepassados, durante o Holocausto: "tortura era aquilo pelo qual nossas famílias haviam passado. Coisa de guerra" (MOSCOVICH, 2004, p. 27). O sentimento de identidade, baseado na diferença, é expresso por Clara através de uma comparação. A narradora compara o sofrimento vivenciado por seus antepassados a uma cicatriz cuja marca pode ser sentida, ainda hoje, nos descendentes dos judeus que foram perseguidos:

não que fôssemos grande coisa: o que nos fazia diferentes do resto da humanidade era a constante lembrança de quem havíamos sido. Alguns dos nossos pais tinham marcas visíveis do tempo da guerra. Contudo, o que nos movia era uma espécie de imensa cicatriz na alma, marcada nas lembranças, martelando, alertando que viver era perigoso. Para nós, tão tenros de existência, a vida prática era muitíssimo fácil. Por isso, por vivermos tempos de paz e de prosperidade, era difícil entender o que havia acontecido antes de nós. Tudo estava pronto e era bom. Tínhamos famílias, carros, casas, escolas e a promessa de um lindo futuro. Não havia sinal externo de que a vida era perigosa, só o testemunho encharcado de dor e carregado de sotaque dos parentes mais velhos. (MOSCOVICH, 2004, p. 23).

Mesmo com uma memória coletiva em comum, é impossível afirmar que a experiência da judeidade tenha sido a mesma em todas as comunidades judaicas, pois, conforme Green (1995, p. 257), "a vida cotidiana é sempre reinterpretada em cada período e em cada lugar em que os Judeus vivem". No bairro Bom Fim, um espaço urbano³², inserido na metrópole de Porto Alegre, a vida cotidiana judaica³³ assumiu proporções que o tornaram uma região cultural diferenciada dentro da capital gaúcha. Segundo Arendt (2011, p. 219), a região é um "espaço histórica e culturalmente construído por diferentes formas de

³¹ Vide Seligmann-Silva (2003).

³² Entende-se, aqui, o espaço urbano como região: "os espaços urbanos, embora tradicionalmente caracterizados pela diversidade, pelo universalismo e pelo cosmopolitismo, não possuem existência independente das regiões. Não são ilhas autossuficientes, em conexão apenas com outras ilhas urbanas e 'não-regionais'. O seu universo cultural, ao mesmo tempo em que transborda as fronteiras imaginárias e age sobre o entorno rural, também recebe o impacto dos valores que pretende negar ou sobrepujar." (ARENDRT, 2013, p. 10).

³³ Para informações sobre a cultura judaica no RS, vide "Instituto Cultural Judaico Marc Chagall": <<http://www.chagall.org.br/>>.

representação". Berumen (2005, p. 56), afirma que essas formas de representação, legitimadas a partir dos indivíduos presentes no grupo, compõem, juntas, uma região sociocultural, que pode ser reconhecida

a partir do conjunto de valores compartilhados pelos habitantes de um mesmo território; pelas formas de vida cotidiana que identificam uma comunidade e a distinguem das demais; pela existência de um passado histórico comum; e, enfim, por tudo aquilo que dá conta da existência de uma identidade cultural e que se traduz em atitudes, tradições, costumes, símbolos e crenças que são comuns a um grupo humano.

No caso judaico, assim que se estabeleceram em Porto Alegre, os valores compartilhados pela comunidade regional judaica precisavam ser mantidos e transmitidos às gerações seguintes. De acordo com Halbwachs (2006, p. 184),

mais do que qualquer outro, um grupo religioso precisa se apoiar num objeto, em qualquer parte da realidade que perdure, porque em si ele não pretende mudar, enquanto à sua volta todas as instituições e os costumes se transformam e as ideias e as experiências se renovam. Enquanto os outros grupos se atêm a persuadir seus membros de que suas regras e arranjos permanecem iguais por todo um período, mas um período limitado, a sociedade religiosa não pode admitir que não seja hoje como era no início, ou que deverá mudar no futuro. Como qualquer elemento da estabilidade que faz falta no mundo dos pensamentos e dos sentimentos, é na matéria e em uma ou muitas partes do espaço que ela precisa garantir seu equilíbrio.

Além da transmissão pela hereditariedade, a educação tem papel fundamental na cultura e na religião judaica. Com o estabelecimento dos judeus no bairro Bom Fim, foram construídas escolas israelitas, sinagogas, bibliotecas e instituições filantrópicas a fim de fazer perdurar o judaísmo no novo espaço cultural: "uma forma de marcar a identidade judaica se dá através da educação dos seus membros. A criação de escolas israelitas reafirma a identidade judaica." (DIAS, 2012, p. 44).

É na escola israelita que Clara aprende, desde cedo, que faz parte de um grupo diferente dos demais, ensinamento que procura reforçar a identidade judaica e a dicotomia judeu/não-judeu:

os nossos nomes, na hora da chamada, pareciam uma sucessão interminável de consoantes, o que acabava por fazer com que o professor tropeçasse na própria língua, exigindo exasperadas reparações para o bem do repouso eterno de nossos ancestrais. Não, ela não era uma das nossas, o nome não conferia, não estava em nossos arquivos de memória coletiva. Se não era um dos nossos, o que fazia ali? A colega do meu lado, espanto na cara, me veio com esta:

- Será que ela vai assistir às aulas de Cultura Judaica? (MOSCOVICH, 2004, p. 24).

Ressalta-se que os nomes, na narrativa, funcionam como marcadores de diferença entre identidades no binarismo judeu/não-judeu. A partir da leitura da chamada pelo professor, distinguem-se os pertencentes àquela comunidade regional e os não-pertencentes. Candau (2011), sobre a questão identitária, lembra que nomeação e memória estabelecem vínculos fundamentais no processo de afirmação de identidade.

A presença de Ana, dentro da escola israelita, é motivo de desconfiança por parte dos colegas e suas famílias, majoritariamente judeus. Os colegas da escola enxergam-na como alguém que não é "dos nossos" (MOSCOVICH, 2004, p. 25), o que comprova o compartilhamento e a busca por legitimação das mesmas regionalidades por parte dos alunos da escola israelita e o não compartilhamento dessas por parte de Ana, não-judia. Bourdieu (2003, p. 124) enfatiza:

sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a ideia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como 'nós' por oposição a 'eles', aos 'outros' e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade.

Barcia (2004) defende que um dos principais aspectos que constituem uma região cultural é a língua. No caso judaico, o uso do hebraico foi mantido por diversas comunidades judaicas, após as diásporas, como forma de manutenção de nacionalidade. Segundo Hobsbawn (1990, p. 70), "as línguas nacionais são sempre construtos semiartificiais e, às vezes, virtualmente inventados, como o moderno hebreu." Em função de a comunidade judaica babilônica ter se dispersado, os judeus estabeleceram-se, principalmente, na Europa, divididos em dois grupos: os sefaradins e os ashkenazims. Os ashkenazims eram originários dos judeus que se estabeleceram na Alemanha, em Aschkenaz, e falantes de ídiche, uma mistura de hebraico e alemão. (SILVA; SILVA, 2010). No Rio Grande do Sul, algumas das primeiras gerações de imigrantes judeus possuíam o ídiche como idioma do cotidiano, sendo seu uso também forte nas manifestações teatrais em Porto Alegre. Porém, nas escolas israelitas e escolas mistas, a língua portuguesa e o hebraico eram os idiomas ensinados. (GUTDREIND, 2004). De acordo com Hobsbawn (1990), assim como o nacionalismo judeu foi inventado, no final no século XIX, a língua oficial dos judeus, o hebraico moderno falado, também foi inventada. Essa invenção ocorreu em função de uma questão ideológica e de poder nacionalista (não por motivos de comunicação ou de cultura), e foi um caso de nacionalismo linguístico bem sucedido, mesmo sendo uma língua que ainda ninguém falava, com uma pronúncia diferente daquele hebraico antigo e tradicional, usado nas sinagogas. O ídiche, embora falado, à época, por mais de 95% dos judeus ashkenazims e sendo considerada uma língua culta e de rica literatura, não foi definido como língua oficial. Em 1919, as pessoas que realmente falavam o hebraico moderno eram, aproximadamente, 20 mil; porém, mesmo tratando-se de um número relativamente baixo de falantes, a Inglaterra considerou o hebraico uma das línguas oficiais da Palestina (HOBSBAWN, 1990). Dessa forma, falar o hebraico moderno era uma maneira de veicular o nacionalismo judeu.

Clara, durante a narrativa de sua história, usa termos em hebraico, seguidos de suas definições, para explicar os costumes da sua cultura. De acordo com Santos (2009, p. 17-18), a densidade dos relatos de memória "reside, portanto, não apenas na narrativa da lembrança e nos temas que a perpassam, mas também nas formas da linguagem que remetem aos processos interculturais que fazem parte da história de uma região". Ao citar termos em hebraico e passagens da Torá, quando narra os costumes judaicos em relação à morte, Clara ressignifica a memória coletiva judaica através da língua:

acompanhar os trabalhos funerários é também considerada uma obrigação religiosa [...]. Originalmente, as sete pausas da procissão do enterro no caminho da sepultura correspondiam às sete formas gramaticais da palavra *hevel* (morte, transitoriedade), os sete dias da criação e os sete estágios da vida. Durante as pausas, rezas são lidas, a exemplo dos Salmos 16 ou 91.³⁴ (MOSCOVICH, 2004, p. 71-72).

Além do uso do hebraico no reduto doméstico, a família da Clara ressignifica muitas das tradições judaicas. Em função da morte do pai, muitos costumes são praticados durante o funeral. Após o banho ritual do falecido, juntamente com o rabino, permanecem apenas os familiares para a cerimônia do corte das roupas dos enlutados, como a maior expressão de dor diante da perda³⁵. Clara narra a execução do costume:

as mãos do rabino, poderosas, estavam prontas para o ofício do luto, todos sabiam e esperavam. E, num gesto, sem ninguém se dar conta de onde havia surgido, já uma lâmina de barbear, meio fosca de uso, resplandecia entre seus dedos. Os olhares se concentraram, magnetizados pelo metal. O homem deu um passo em direção à minha mãe e, cumprindo o esperado, deu-lhe um longo talho na gola. Ela olhou o rabino, a expressão dura e intransitiva. Depois, seguindo-se o pesadelo, os meninos, cada qual a seu tempo, tiveram as vestes rasgadas, os olhos inundados do pranto legítimo e pontual. Não havendo volta atrás, ofereci a blusa à imolação, a lâmina cega vencendo a resistência do tecido aos trancos, as fibras separando-se, rilhando nos dentes. O terno negro do tio foi também lacerado. Outro, mais um dos pactos ancestrais, se desenrolava ali, à distância de centímetros, a mesma perda que assolou Abraão, o mesmo gesto de esfarrapar a roupa em desespero, a mesma imponência diante do desígnio. (MOSCOVICH, 2004, p. 76-77).

Após a morte de um familiar, conforme o judaísmo, os espelhos da casa devem ser cobertos: "essa era a hora em que deveríamos cobrir os espelhos da casa, ocultando a falta do rosto que ali não mais estaria." (MOSCOVICH, 2004, p. 81). Outro costume mantido pela família, causador das terríveis dores de cabeça que perturbam Clara após a morte do pai, é a

³⁴ Os verbos, em hebraico bíblico, como *hevel* (morte/morrer), possuem sete conjugações: a primeira conjugação é considerada o tronco básico, as demais, são os troncos derivados. (KELLEY, 1998). *Hevel* é, também, em hebraico, a versão para o nome Abel, filho de Adão e Eva. Em virtude do fato de ter sido morto por seu irmão, Caim, a palavra *hevel*, embora geralmente traduzida por vaidade, também significa morte, pois Abel foi o primeiro ser humano a morrer e a oferecer sua vida a Deus, de acordo com o livro do Eclesiastes da Bíblia Judaica. Abel, ou *Hevel*, representa, assim, algo maior que a morte, pois, em função de sua mortalidade, ocorreu seu contato com Deus. O significado da palavra *hevel* assume, a partir desse contato, o sentido de transitoriedade, transcendência. (DOR-SHAV, 2008).

³⁵ Informações obtidas da página <www.chabad.org.br>. Acesso em: 12 dez. 2013.

realização do levirato³⁶. De acordo com esse costume, a viúva deve casar-se com o irmão ou herdeiro do nome de seu falecido marido, a fim de que esse possa dar continuidade à família e aos negócios. A mãe de Clara casa-se com o tio, que passa a assumir o papel de chefe da família, a contragosto da narradora.

Entretanto, alguns dos costumes judaicos não são reproduzidos pela família de Clara, afinal, em função da nova formação cultural, novas regionalidades surgem, e algumas nacionalidades se dispersam, "a história move-se vertiginosamente, traz mudanças, aproxima, separa, cria outras condições de vida" (GUTFREIND, 2004, p. 147). É o caso de algumas tradições, já não mais praticadas nesse novo contexto cultural. Segundo Hall (2003, p. 259-260),

a tradição é um elemento vital da cultura, mas ela tem pouco a ver com a mera persistência das velhas formas. Está muito mais relacionada às formas de associação e articulação dos elementos. Esses arranjos em uma cultura nacional-popular não possuem uma posição fixa ou determinada, e certamente nenhum significado que possa ser arrastado, por assim dizer, no fluxo da tradição histórica, de forma inalterável. Os elementos da "tradição" não só podem ser reorganizados para se articular a diferentes práticas e posições e adquirir um novo significado e relevância. Com frequência, também, a luta cultural surge mais intensamente naquele ponto onde tradições distintas e antagônicas se encontram ou se cruzam. Elas procuram destacar uma forma cultural de sua inserção em uma tradição, conferindo-lhe uma nova ressonância ou valência cultural. As tradições não se fixam para sempre [...].

Em *Duas iguais*, uma das tradições previstas para os funerais judaicos não é realizada: "nas áreas rurais europeias, ainda se mantém a antiga tradição segundo a qual, na saída do enterro, as pessoas devem jogar, sobre os ombros, punhados de grama e terra, como um símbolo de transitoriedade." (MOSCOVICH, 2004, p. 74). A família da protagonista deixa o local do enterro sem realizar esse costume, o que corrobora a afirmação de Hall (2003) de que as tradições, longe de serem fixas ou imutáveis, podem ser reorganizadas e rearticuladas.

As tradições judaicas reorganizadas, rearticuladas ou, ainda, ressignificadas, constituem-se, nos novos espaços ou regiões culturais, em práticas de regionalidade. Essas, por sua vez, não existem independentemente; pelo contrário, são realizadas por sujeitos. Clara pertence a uma região cultural que possui tradições bastante rígidas e acaba agindo de acordo com as regionalidades determinadas por essa região. Conforme Barth (1998, p. 199), "o indivíduo deverá evitar, no conjunto do sistema social, os estatutos e as situações que implicam um comportamento em desacordo com suas orientações valorativas, já que um comportamento desse tipo de sua parte será sancionado de maneira negativa." A protagonista casa-se, segundo o desejo do pai, com um judeu, pois, dessa forma, um homem poderia dar

³⁶ "Por morte do marido, o levirato consiste num direito preferencial, dos seus irmãos solteiros sobre a viúva (ou, expresso por outras palavras, um dever, partilhado pelos irmãos sobreviventes, de tomar conta da viúva e dos seus filhos)" (LÉVI-STRAUSS, 1986, p. 80).

continuidade aos negócios. Casando-se com um descendente de rabino, Clara poderia constituir uma família e garantir a transmissão das tradições judaicas aos seus futuros filhos, como fizeram, anteriormente, o pai e a mãe, os avós e antecessores. As ações de Clara, assim, em muitos momentos, estão de acordo com o que se espera dela enquanto membro do grupo cultural judaico, uma vez que, segundo Douglas (2002, p. 39-40),

a cultura, no sentido dos valores públicos, padronizados, de uma comunidade, serve de intermediação para a experiência dos indivíduos. Ela fornece, antecipadamente, algumas categorias básicas, um padrão positivo, pelo qual as ideias e os valores são cuidadosamente ordenados. E, sobretudo, ela tem autoridade, uma vez que cada um é induzido a concordar por causa da concordância dos outros.

Conforme Green (1995, p. 263), "o Judaísmo atribui um lugar claramente diferenciado a homens e mulheres. Para uns o público, para outras o privado. Para eles serviços religiosos, para elas só preparar a comida do Sabat."³⁷ O preparo das refeições é bastante valorizado na cultura judaica, tido como algo sagrado e atribuído às mulheres³⁸. Clara, nas visitas que faz à família – não-judia – de sua amiga Ana, surpreende-se com o fato de o pai da amiga cozinhar. No entendimento da jovem judia, somente as mulheres cozinham: "Aninha cozinava, a mãe de Aninha cozinava e, mais alarmante, o pai de Aninha cozinava. [...] Para nosso entendimento, era excepcional que todos na casa se dessem bem com as coisas do fogão." (MOSCOVICH, 2004, p. 25).

A gastronomia, segundo Arendt (2012), também se configura como uma prática de regionalidade, pois distingue uma região de outros contextos culturais mais amplos. Para Topel (2003), as leis alimentares judaicas fazem com que os judeus tornem públicas suas filiações religiosas e culturais, procurando distinguir-se de outros grupos culturais:

as comidas étnicas oferecem um rico jogo de metáforas através das quais se expressam as relações dos sujeitos com um grupo particular. Esse processo fica mais evidente em comunidades novas, pequenas, minoritárias, ou nas quais há um significativo número de novos adeptos, a exemplo das comunidades religiosas que perseguem, de uma forma ou de outra, a incorporação de novos membros. (TOPEL, 2003, p. 204)

A culinária praticada pelas famílias da região cultural judaica de Porto Alegre, no bairro Bom Fim, é um dos principais elementos que distinguem essa região das demais áreas da capital gaúcha. Novamente, aqui, tem-se a ressignificação de uma nacionalidade em regionalidade, visto que a gastronomia judaica, em contato com um novo contexto de inserção, sofre algumas alterações, sempre, no entanto, na busca contínua da manutenção da

³⁷ O Sabat, ou Shabat, em hebraico, significa "descanso". É o sétimo dia, em que Deus descansou, após a criação terrestre. Na religião judaica, o Shabat inicia na sexta-feira e termina na noite de sábado.

³⁸ *Por que sou gorda, mamãe?* (2006), de Cíntia Moscovich, traz a temática da importância da comida na cultura judaica.

tradição judaica, baseada nas leis dietéticas judaicas³⁹. Clara menciona o consumo do *gefiltefish* (MOSCOVICH, 2004, p. 121), "carne de peixe (geralmente carpa) moída e misturada com ovos, farinha, cebola, cenouras e temperos diversos" (SCLAR, 2007, p. 42).

O contexto da região cultural de proveniência de Clara espera, assim, que ela siga determinados pressupostos: case-se, tenha filhos, seja a mantenedora da esfera privada. De acordo com Green (1995, p. 273), "muitas imigrantes mantiveram-se apegadas aos traços característicos do velho mundo por mais tempo do que os homens, numa tentativa de manter sob controle a sua esfera privada." Ao mesmo tempo, em função da migração para países americanos, muitas mulheres obtiveram a oportunidade de, no "novo mundo", estudar e trabalhar, ao contrário de suas mães e avós. De acordo com Green (1995, p. 273), algumas imigrantes "combinavam práticas do velho mundo com oportunidades do novo mundo, reclamando em altos brados participação nos assuntos públicos. Especialmente para as mulheres mais jovens, a emigração podia ser uma forma de emancipação pessoal." É o caso de Clara, que, desde a adolescência, não se deixa influenciar por alguns pressupostos judaicos: estuda Jornalismo no ensino superior, forma-se jornalista e trabalha na edição de um jornal.

Nota-se, em função da atribuição da esfera privada às mulheres, que, no judaísmo, as relações de gênero determinam, em grande parte, também, outras relações, entre elas, as simbólico-espaciais. Não só no judaísmo, mas em muitas outras culturas, a mulher ocupa um espaço marginal em relação ao espaço masculino. Se analisarmos a oposição masculino/feminino, veremos que ao segundo elemento do par binário restou, historicamente, a margem, a periferia, enquanto ao masculino sempre pertenceu o centro, hierarquizado em relação à margem, predominante nas relações de poder. Da mesma forma que o espaço feminino é tomado como margem em relação ao espaço masculino, tomado como centro, outras associações semelhantes podem ser feitas. Entre elas, a noção de tempo/espaço:

parece, em geral, que se percebe o espaço como sendo uma dimensão menos importante que o tempo: com menos seriedade e magnificência, sendo material/fenomenal, em vez de abstrato, ser em vez de devir e assim por diante, feminino em lugar de masculino. É a categoria subordinada, a categoria quase residual, o não-A para o A do tempo, definido contrapositionalmente, simplesmente por uma falta de temporalidade e visto amplamente, dentro da modernidade, como tendo sofrido a perda de prioridade em relação ao tempo. (MASSEY, 2008, p. 55).

³⁹ A dieta judaica é conhecida como dieta *kasher*, uma dieta adequada que deve ser seguida. De acordo com Topel (2003), essa dieta deve seguir algumas normas em relação à proibição de certos alimentos e práticas (como o consumo de carne suína) e em relação ao preparo dos alimentos e uso de utensílios (não ingerir carne e leite na mesma refeição, nem usar os mesmos utensílios domésticos para o consumo de ambos). É importante ressaltar que nem todos os judeus adotam uma dieta *kasher*, o que tem funcionado como aspecto distintivo entre as vertentes do judaísmo. Além disso, muitas vezes, adotar ou não essa dieta implica adotar outros costumes, como restringir o grupo de amigos apenas a judeus ou realizar essa dieta apenas em casa.

No binarismo nação/região, ou, ainda, centro/periferia, centro/região, ao primeiro elemento do par, historicamente, atribui-se a soberania. Pozenato (2003) afirma que a ideia de região ainda é dotada de preconceito e vista como oposição a um centro. Como consequência, na literatura, o adjetivo regionalista ou regional tem sido tomado como algo de menor valor artístico. Para Pozenato (2003, p. 156), a divisão centro/periferia comumente atribuída à região "contribui para criar a estigmatização que toda política centralista tem interesse em manter para garantir os seus propósitos de hegemonia." Em função dessa hegemonia centralista, a região, na maioria das vezes, reivindica sua existência. Segundo Bourdieu (2003, p. 126), "se a região não existisse como espaço estigmatizado, como província definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao centro, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar sua existência.". Da mesma forma que a região reivindica sua existência em relação à nação ou ao centro, o espaço reivindica sua existência em relação ao tempo, e o feminino reivindica sua existência em relação ao masculino. Não se trata de reivindicar a hegemonia, por parte do segundo elemento do par binário; pelo contrário, trata-se da busca pelo reconhecimento de sua existência. Do contrário, corre-se o risco de a temporalidade, a nacionalidade/centralidade e a masculinidade estabelecerem-se como a "imposição de um único universal" (MASSEY, 2008, p. 111), em que a multiplicidade e a diversidade não têm espaço.

2.3 Figura paterna e ideologia patriarcal

...em qualquer das formas históricas tomadas pela sociedade patriarcal (feudal, capitalista, socialista, etc.), um sistema de sexo-gênero e um sistema de relações produtivas operam simultaneamente [...] para reproduzir as estruturas socioeconômicas e o domínio masculino da ordem social dominante.⁴⁰

Joan Kelly.

O modelo patriarcal, tão difundido nos séculos XIX e XX, tem sua gênese na instituição familiar. Foi nos moldes como a família se constituiu, ao longo da história da humanidade, que os diferentes papéis atribuídos aos sexos foram se delineando, fortalecendo a supremacia masculina na hierarquia de gênero. Historicamente, segundo Lévi-Strauss (1986), tende-se a considerar apenas os aspectos positivos relativos à família, quando, na

⁴⁰ Do original: "in any of the historical forms that patriarchal society takes (feudal, capitalist, socialist, etc.), a sex/gender system of productive relations operate simultaneously. They operate simultaneously to reproduce the socioeconomic and male-dominant structures of that particular social order." (KELLY, 1979, p. 224).

verdade, os aspectos negativos são tão importantes quanto os outros. Um desses aspectos é que "desde sempre e em toda parte, a existência da família implica proibições". Entretanto, "essas restrições à liberdade de escolha variam consideravelmente de uma sociedade para outra" (LÉVI-STRAUSS, 1986, p. 86). Dessa forma, é impossível caracterizar de forma única e invariável o que vem a ser a instituição familiar, mas, na maioria das vezes, os moldes familiares são bastante comuns e suas características repetem-se, principalmente nas *pater famílias*⁴¹:

na ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer a pai e marido, passando para a autoridade de um para a do outro através do casamento monogâmico e indissolúvel. O domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade do seu chefe, o patriarca, era soberana. (SCOTT, 2012, p. 16).

Antes mesmo da modernidade, segundo Lévi-Strauss (1986), em muitos povos da antiga história da humanidade, embora não houvesse organização política, já havia uma organização familiar, muitas vezes, inclusive, monogâmica: "a tendência geral é mais a de admitir que a vida de família existe no conjunto das sociedades humanas, mesmo naquelas onde os costumes sexuais e educativos parecem os mais afastados dos nossos" (LÉVI-STRAUSS, 1986, p. 71) Porém, é, principalmente, a partir da modernidade, que a família passa a ter sua base no casamento monogâmico. Assim como a monogamia, no entanto, a família não é um produto da natureza, mas das sociedades e das culturas, "basta a existência da poligamia em numerosas sociedades, e sob modalidades diversas, para o confirmar." (LÉVI-STRAUSS, 1986, p. 77). O autor propõe três propriedades invariantes que permitem que uma organização grupal possa ser considerada uma família:

- 1) A família tem sua origem no casamento;
- 2) Ela inclui o marido, a mulher, os filhos nascidos da sua união, formando um núcleo em torno do qual outros parentes se podem, eventualmente, agregar;
- 3) Os membros da família estão unidos entre si por:
 - a) laços jurídicos;
 - b) direitos e obrigações de natureza econômica, religiosa, ou outra;
 - c) uma rede precisa de direitos e proibições sexuais e um conjunto variável e diversificado de sentimentos, como o amor, o afeto, o respeito, o medo, etc. (LÉVI-STRAUSS, 1986, p. 75-76).

Embora se tenha verificado, desde o início da história da humanidade, a existência de sociedades poligâmicas – poligínicas e poliândricas –, o casamento monogâmico foi o que prevaleceu – e ainda prevalece – na maioria das culturas. Nele, as intervenções de ordem sexual pouco influenciaram (LÉVI-STRAUSS, 1986). Foi a ordem econômica que, a partir da

41 De acordo com Scott (2012), as *pater famílias* designavam, originalmente, o conjunto de escravos e servidores (mulheres, filhos, agregados, etc.) sob a autoridade do patriarca.

divisão do trabalho entre os sexos, determinou que as mulheres cuidassem dos filhos, e os homens se encarregassem da caça e da guerra – embora isso nem sempre se observe em todas as culturas (LÉVI-STRAUSS, 1986). Durante a idade moderna, quando, segundo Ariès (1981), gradativamente, o gosto pela multidão é abandonado, surge a necessidade de intimidade familiar: "os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero de vida." (ARIÈS, 1981, p. 278). A vida privada passa a ser, entretanto, organizada de forma assimétrica: o homem, chefe de família, "assegura a coesão indispensável à salvaguarda do patrimônio e da honra familiar" (CASTAN, 2010, p. 414), e a mulher "se vê confinada ao lar [...] excluída dos papéis públicos e das responsabilidades exteriores" (CASTAN, 2010, p. 417). Assim, é o matrimônio que garante e intensifica o patriarcado, pois "este alia efetivamente a certeza da filiação masculina à possibilidade de transmitir as riquezas acumuladas pelo homem à sua descendência. Ignora-se a data dessa revolução, mas ela foi a grande derrota histórica do sexo feminino." (FRAISSE, 1993, p. 86).

No Brasil, Gilberto Freyre, em *Casa-grande e senzala*, cuja primeira edição data de 1933, é um dos principais responsáveis por desvelar a formação do sistema patriarcal familiar brasileiro do final do século XIX e início do século XX, mostrando que a formação patriarcal do Brasil explica-se em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família (FREYRE, 1998). A formação da família brasileira, de acordo com Freyre (1998), baseou-se em relações de poder. Esse poder foi garantido, desde o início da colonização brasileira pela metrópole portuguesa, através da posse de terras. Os grandes proprietários de terra – desde a plantação de cana-de-açúcar até o surgimento posterior de outros ciclos econômicos, como o da mineração e o do café – tornaram-se grandes patriarcas e fortaleceram o patriarcalismo no Brasil, que foi sendo reproduzido ao longo das gerações. Nesse sistema patriarcal de grandes senhores de terra, à mulher foi delegado papel secundário. Comparando a formação da sociedade brasileira com a norte-americana, Freyre (2001, p. 132) afirma que "no sistema brasileiro as mulheres foram provavelmente mais oprimidas pelos homens do que no Velho Sul". O autor frisa que

à menina, a esta negou-se tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos. Tinha-se horror e castigava-se a beliscão a menina respondona ou saliente; adoravam-se as acanhadas, de ar humilde. [...] As meninas criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos. (FREYRE, 1998, p. 421).

Ainda de acordo com Freyre (1998), a dominação patriarcal, no Brasil, tem raízes que remontam à colonização europeia, ao sadismo dos colonizadores europeus sobre as índias, e, posteriormente, sobre as escravas:

resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal, da mulher ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido. (FREYRE, 1998, p. 51).

Ao casar-se e constituir família, a mulher acabou por legitimar o papel patriarcal do marido, agora responsável pelo sustento da prole e pela dominação onipotente de sua família: "os salários dos homens deveriam proporcionar o suporte econômico que mantinha uma família e que possibilitava que os filhos fossem alimentados e se tornassem adultos trabalhadores. Os homens eram, por outras palavras, responsáveis pela reprodução" (SCOTT, 1993, p. 456). Entenda-se reprodução, nesse sentido, não como reprodução biológica, função culturalmente atribuída às mulheres, mas reprodução econômica e social, à medida que o sustento da família pelo homem é que permitia o desenvolvimento familiar. Segundo Bourdieu (2005, p. 131),

de fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir.

Ainda de acordo com Bourdieu, o casamento pode ser visto como determinante nas relações de poder entre do homem sobre a mulher:

é na lógica da economia de trocas simbólicas – e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento, em que se determina às mulheres seu estatuto social de objeto de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens –, que reside a explicação do primado concedido à masculinidade nas taxonomias culturais. (2007, p. 56).

Para Bourdieu (2007), as relações de poder entre homens e mulheres foram legitimadas por quatro principais instituições: a *família*, a *igreja*, a *escola* e o *estado*. A *família*, porque nela "se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem." (BOURDIEU, 2007, p. 103). A *igreja* porque "inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres." (BOURDIEU, 2007, p. 103). A *escola* porque "mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança)" (BOURDIEU, 2007, p. 104). E, finalmente, o *estado* porque "veio ratificar e reforçar as prescrições e as proscricções do patriarcado privado com as de um *patriarcado*

público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica." (BOURDIEU, 2007, p. 105).

A família corroborou a visão de uma mulher pertencente ao homem, subjacente às suas ordens, "naturalmente dependente dos homens para a sua subsistência" (SCOTT, 1993, p. 456). A educação das mulheres, no Brasil, surge como necessidade na segunda metade do século XIX, não com intuito de instruí-las, a fim de igualá-las aos homens, mas com o objetivo de "educá-las para que elas se transformem em boas mães de família" e para colocá-las "no seu devido lugar doméstico" (SOARES, 1980, p. 133-134). Com a consolidação da família burguesa no Brasil, o papel feminino era reforçado pelos

meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam 'educar' a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família – a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. Considerada base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole. (D'INCAO, 2012, p. 231).

A partir do casamento, "cada vez mais é reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família burguesa e higienizada." (D'INCAO, 2012, p. 229). De acordo com Lage e Nader (2012, p. 286), "legitimada pela ideologia patriarcal, institucionalizada e garantida por leis, a dominação masculina fez do espaço do lar um lócus privilegiado para a violência contra a mulher, tida como necessária para a manutenção da família e o bom funcionamento da sociedade." Dessa forma, foi, principalmente, no lar, isto é, no seio da instituição familiar, que se procurou legitimar a inferioridade da mulher e que se promoveu o patriarcalismo.

O modelo patriarcal, amplamente difundido no século XIX, imperou durante o século seguinte e, muitas vezes, mesmo que de forma velada, impera ainda hoje, nas diferentes culturas: "a partir da virada para o século XX, entretanto, tais valores [os patriarcais] começaram a ser colocados em causa, muito embora a subalternidade e a dependência das mulheres em relação ao 'sexo forte' na família se mantivessem ainda por um longo tempo, mesmo que disfarçadas sob um verniz de modernidade" (SCOTT, 2012, p. 16).

O cristianismo, predominante no Brasil desde a colonização portuguesa (FREYRE, 2001), foi um dos principais elementos que contribuiu para perpetuar essa imagem de família e de mulher. De acordo com Perrot (1998, p. 132), "o catolicismo contribuiu para essa sacralização do político, de que as mulheres são indignas por sua própria feminilidade. [...] A diferença dos sexos, que se exprime com tanta força no exercício do poder político, varia de

acordo com os contextos religiosos e culturais que tecem as nações." A Bíblia, em função de suas diferentes visões, baseadas em períodos distintos, em alguns momentos, coloca a mulher em posição igualitária ao homem, em outros, reitera a supremacia masculina (FELDMAN, 2006). Embora em determinados períodos da história, como na Idade Média cristã, a mulher e a sexualidade feminina tenham sido vistas com maior flexibilidade, é frequente encontrar nos textos bíblicos uma cultura que considera as mulheres seres inferiores (GEBARA, 2000):

mulheres, sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor. De fato, o marido é a cabeça da sua esposa, assim como Cristo, salvador do Corpo, é a cabeça da Igreja. E assim como a Igreja está submissa a Cristo, assim também as mulheres sejam submissas em tudo a seus maridos. (EFÉSIOS, 5: 22-24).

Na primeira carta a Timóteo, da bíblia cristã, encontram-se diretrizes acerca do comportamento ideal das mulheres. Ainda que textos como esse tenham sido escritos em um contexto social bastante diverso do atual, não se pode negar que influenciaram – e continuam influenciando, mesmo que de outras formas – muitas gerações de cristãos:

comportamento das mulheres – Quanto às mulheres, que elas tenham roupas decentes e se enfeitem com pudor e modéstia. Não usem tranças, nem objetos de ouro, pérolas ou vestuário suntuoso; pelo contrário, enfeitem-se com boas obras, como convém a mulheres que dizem ser piedosas. Durante a instrução, a mulher deve ficar em silêncio, com toda a submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou domine o homem. Portanto, que ela conserve o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, pecou. Entretanto, ela será salva pela sua maternidade, desde que permaneça com modéstia na fé, no amor e na santidade. (TIMÓTEO, 2: 9-15).

Também no judaísmo a submissão da mulher é reiterada. Na religião judaica, o homem inicia suas orações da manhã agradecendo a Deus por não ser mulher (GREEN, 1995): "Bendito sejas Tu, Eterno, nosso Deus, Rei do Universo, que não me fizeste mulher".⁴² De acordo com Green (1995, p. 258), "o Judaísmo prescreve um papel claramente à parte para as mulheres, tanto na sinagoga como na cultura judaica em geral, um papel baseado no conceito de que Deus obriga os homens a cumprir um certo número de deveres (mitzvot) de que as mulheres estão isentas". Na tradição mística judaica, o casamento, enquanto criação de um mundo novo, é determinado por Deus (LANDMANN, 1999). Acredita-se que o casamento e a conseqüente procriação, ambos santificados por Deus, são maneiras de preservar e transmitir a verdade judaica, assegurando que, apesar de tanta perseguição e diáspora, a linhagem continue, e a população destinada a Israel continue crescendo. (AUSUBEL, 1989). Assim, o papel da mulher como procriadora é fundamental. Espera-se das

⁴² Trecho das bênçãos judaicas da manhã. Do hebraico: *Baruch ata Adonai Elohênu melech haolam, SHELO ASSÁNI ISHÁ*. A mesma oração, ao ser proferida por uma mulher, deve ser alterada de forma a ser dita da seguinte maneira: "Bendito sejas Tu, Eterno, nosso Deus, Rei do Universo, que me fizeste conforme a Tua vontade". (FRIDLIN, 1997, p. 24).

mulheres judias que se casem com homens também judeus e sejam submissas a eles: "a teologia hebraica [...] é falocêntrica. Considera a sexualidade masculina sagrada e a feminina impura, exigindo um controle desta por parte dos homens" (LANDMANN, 1999, p. 364).

Embora a hereditariedade judaica seja definida matrilinearmente, uma vez que, segundo Immanuel (1987), se a mãe biológica é judia, independentemente de o pai ser judeu ou não, todos os seus filhos serão judeus, e, de acordo com Santos e Soares (2012), a mãe judia tenha papel fundamental na transmissão da cultura judaica aos filhos, ao preparar as refeições, preparar as velas e rezar durante o Shabat⁴³, é o pai que detém a supremacia na casa. A mãe é responsável pela reprodução biológica e cultural, pois transmite aos filhos os costumes da religião. O judaísmo, logo, constitui-se, assim como o cristianismo, em uma cultura predominantemente patriarcal: "todo o povo de Israel descendia de uma única família, cujos patriarcas foram Abraão, Isaac e Jacó, de sobrenome Israel. Laços de parentesco eram extremamente importantes, e a fidelidade das mulheres representava o principal capital simbólico." (SCHWANITZ, 2009, p. 347).

O papel da mulher no judaísmo é definido em relação ao homem. Ao ser sexualmente possuída por um homem, a *ishah* passa a ficar sob sua autoridade, pois ele detém, em função de seu domínio sexual, direitos e privilégios sobre a mulher (BROYDE; AUSUBEL, 2006). De acordo com Broyde & Ausubel (2006, p. 38),

a palavra *ishah* significa "mulher", e, na lei bíblica, as mulheres carregam certas responsabilidades como mulheres e como pessoas. O status social de uma mulher, porém, foi definido em termos de seu relacionamento com a autoridade de um homem: seu pai (às vezes, seus irmãos ou tios), depois seu marido, e finalmente seu filho mais velho. Mesmo uma mulher divorciada, viúva ou simplesmente madura e solteira foi definida em relação com os homens ao seu redor.

Dentro dessa hierarquia de gênero, a mulher judia que não cumprir suas obrigações no casamento recebe punições, ao passo que o homem só é punido em caso de adultério (BROYDE; AUSUBEL, 2006). Essa hierarquia acaba gerando a ideia de que as mulheres "são perigosas, ou seja, mulheres que não estão abaixo da autoridade de um homem são uma ameaça potencial à estabilidade do sistema." (BROYDE; AUSUBEL, 2006, p. 39). Uma

⁴³ "Quando o sol se encontra por sobre a copa das árvores (vinte minutos antes do crepúsculo) na sexta-feira, acendem-se as velas de Shabat. Estabeleceu-se que quem acende as velas (ao menos duas) é a mãe do lar. Depois de acendê-las, ela fecha os olhos ou cobre-os com as palmas de suas mãos, recita a bênção (nº 1) e depois torna a olhar as velas." (FRIDLIN, 1997, p. 244). Durante o Shabat, não é permitido realizar trabalhos que envolvam criação, tais como acender o fogo. As velas do Shabat, logo, devem ser acesas antes da finalização da cerimônia de abertura do Shabat, da seguinte forma: durante os vinte minutos antes do crepúsculo, quando o Shabat ainda está sendo preparado, acendem-se as velas com os olhos abertos, fechando-os imediatamente após. Depois, recita-se a bênção e só então a mulher pode abrir os olhos e apreciar a luz, completando o início do Shabat, durante o qual não mais será aceso o fogo. Disponível em: <http://www.chabad.org.br/interativo/faq/velas_shabat.html>. Acesso em: 03 jan. 2014.

família formada pela mulher, dona de casa, e pelo homem, responsável pelo sustento da prole, representa a realização prática do que é previsto pela Bíblia, um dos textos mais sagrados e difundidos da civilização ocidental⁴⁴ (BROYDE; AUSUBEL, 2006). De acordo com Feldman (2006, p. 253), assim se definem as funções masculinas e femininas nos preceitos judaicos tradicionais:

o homem deveria ser o provedor do sustento e preservador ativo da Torá e dos valores religiosos; a mulher seria a preservadora do lar, cuidando dos filhos e de sua educação, dos alimentos e das roupas. Livre dos deveres árduos dos preceitos positivos, as mulheres cuidariam das árduas e sagradas tarefas do lar e da educação.

A família de Clara representa e segue, em muitos momentos, esse modelo patriarcal, durante as décadas de 1960 a 1980, no Brasil. Apesar de não haver indícios, na narrativa, de que se trate de uma família judia ortodoxa, há marcas que permitem identificar a autoridade paterna presente no lar. O trecho a seguir revela a posição do homem judeu na família, responsável pelos negócios, e o papel da mulher judia, no seu reduto doméstico:

cumprir que dois fatos primordiais regem a vida judaica: o *guisheft* – o negócio, geralmente uma pequena casa comercial, que, ao longo dos séculos, tem garantido a subsistência familiar –, e os filhos, alegria na juventude e amparo na velhice. Dessa maneira, o primeiro impulso de um judeu é o de lutar pela posse de seu nariz: ou bem estuda, torna-se um profissional liberal, abre um consultório ou escritório – e dá uma passada nos finais de tarde no negócio dos pais para saber como foi o movimento do dia –, ou bem herda o *guisheft* que pertence, e sempre pertencerá, à família. Meu pai, cuja herança ficara bem para trás, em terras da Bessarábia, não teve outra alternativa senão a de começar ele mesmo um legado inverso, aquele que ajudaria a sustentar meus avós, o folgazão do meu tio, e os filhos que ele, meu pai, tanto queria ter. [...] Exitosa a empreitada do filho mais velho, meu avô abandonou a mala de couro gordurenta e os lamentáveis panos coloridos, gastando as tardes a praticar em iídiche com outros velhos no Bom Fim; minha avó, na ampla cozinha em que vivi parte da infância e que dava de frente para a Fernandes Vieira, preparava os caldos e knishes para a janta da família. (MOSCOVICH, 2004, p. 103-104).

A descrição inicial que Clara faz do pai, logo no começo da narrativa, corrobora a presença da hierarquia de gênero dentro de sua casa:

o pai tinha primazia no jornal. De resto, em tudo na nossa vida. [...] O pai era assim, emitia a opinião e, quando tudo parecia estar resolvido (porque, para nossa tranquilidade, descobri só muitos anos mais tarde, o pai resolvia o mundo), propunha questões complementares, retomando o assunto que nós sempre supúnhamos esgotado, iniciando com o famoso "por outro lado". (MOSCOVICH, 2004, p. 20-21).

Clara vivencia uma forte relação afetiva com o pai. Na maioria das vezes em que necessita de aconselhamento, é ao pai que ela recorre: "decididamente, meu pai era uma pessoa difícil. Eu o adorava e o temia" (MOSCOVICH, 2004, p. 21). Em função de ser uma

⁴⁴ De acordo com Broyde & Ausubel (2006), não só o Judaísmo, mas também o Cristianismo e o Islamismo possuem suas raízes no sistema patriarcal e rural, há muito difundido em Israel. O domínio patriarcal era visto como algo natural da criação divina. (BROYDE; AUSUBEL, 2006).

figura marcante na família e na vida de Clara, em grande parte da narrativa, a protagonista estabelece diálogo com o pai, mesmo após a sua morte: "por que, pai, depois de tua morte, perguntas e respostas não mais encontraram correspondência?" (MOSCOVICH, 2004, p. 130). Fora o pai quem escolhera seu nome e quem, desde o seu nascimento, decretara o papel que deveria assumir na família e, também, na sociedade:

ele, pasmo que a Providência lhe houvesse negado um varão, não se deu por achado: chamou a filha de Clara, homenageando uma misteriosa tia falecida. E decretou que a primogênita iria sucedê-lo na construtora. Melhor: casando-se a menina Clara, podia destinar ao genro uma participação na empresa. Por que não? (MOSCOVICH, 2004, p. 105).

De acordo com Bourdieu (2007), o ponto de vista do pai, na família, é dominante e legítimo e define a figura que ele deve possuir dentro da esfera familiar: a figura de homem ideal. Na família de Clara, tudo acontece a partir das decisões paternas. Embora o ponto de vista do pai seja, na família de Clara, marcante e decisivo, nem sempre isso ocorre em todas as famílias. Os estudos de gênero atuais já não pensam mais em um homem no sentido abstrato, como opressor apenas, mas acreditam que há posições diversificadas assumidas por homens e mulheres. Nem sempre os homens são os opressores e nem sempre as mulheres são oprimidas (ADELMAN, 2002). Isso se observa, principalmente, a partir dos anos 1960 e 1970, no Brasil, quando as famílias, antes constituídas hierarquicamente, passaram a ser mais democráticas:

um conjunto de mudanças ocorridas no Brasil a partir das décadas de 1960 e 1970 permitiu às mulheres colocar em causa estes valores e ideais: o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e a luta das mulheres por crescimento e reconhecimento profissional; o maior acesso à educação formal; a conquista feminina do poder de decidir *se* e *quando* ser mãe (com a disponibilização de métodos contraceptivos mais eficientes); a instituição do divórcio (por lei, em dezembro de 1977) e a possibilidade de estabelecer outros relacionamentos afetivos socialmente reconhecidos. Diante de tantas transformações relevantes, houve quem localizasse no início da década de 1980 o fenômeno da "reinvenção da mulher" e, conseqüentemente, de seus papéis na família e na sociedade. (SCOTT, 2012, p. 24).

Conforme afirma Scott (2012), entretanto, mesmo com os avanços alcançados pelas mulheres, a subalternidade em relação ao pai ou ao marido não foi totalmente eliminada. Em muitas famílias, a mulher continuou dependente das vontades alheias. No caso do pai de Clara, apesar de possuir um papel patriarcal legítimo, em muitos momentos se mostra também compreensivo e mais democrático em relação à filha. A opção profissional de Clara pelo jornalismo, porém, é um dos desapontamentos que o perturbam: "Jornalismo? – perguntou-me o ser mais atônito e decepcionado sobre a face do globo." (MOSCOVICH, 2004, p. 105). Entretanto, apesar da resistência do pai quanto a essa escolha, a protagonista exhibe sinais de emancipação insistindo e defendendo a sua opção: "algumas vezes, poucas, eu discordara de

uma que outra decisão, enfrentando, orgulhosa e no mesmo tom, o ar de supremacia." (MOSCOVICH, 2004, p. 106). Diante da insistência da filha, o pai acaba cedendo, porém, não abre mão de sua autoridade: "e, vestindo de novo a autoridade que eu quase lhe roubava, impôs: -Muito bem, jornalista, que seja. Mas a melhor que houver. A melhor. Estamos entendidos?" (MOSCOVICH, 2004, p. 107).

A jovem judia passa grande parte de sua infância e adolescência agindo de forma a fazer com que seu pai se orgulhe dela: "eu era a melhor e ele se orgulhava muito de mim" (MOSCOVICH, 2004, p. 108). De acordo com Kusnetzoff (1988, p. 20-21), as meninas "são claramente recompensadas pelos pais ou pelos amigos quando cumprem o que se espera delas, como meninas". Clara, ao descobrir-se apaixonada pela amiga da escola, pela qual o pai nutria profunda antipatia, na tentativa de não desapontá-lo, esconde e, finalmente, abre mão de seu amor. Casa-se, mesmo contra sua vontade, com um homem, judeu, neto de rabino, futuro sócio dos negócios da sua família, como seu pai havia desejado:

fiquei ali estacada, pensando na conversa e na frustração de meu pai. Bem sabia que ele ainda esperava que eu mudasse de ideia. E esperava mais: que eu esquecesse meus afetos passados, que eu arranjasse um marido, que meu marido trabalhasse na construtora, que tivéssemos filhos, que os filhos herdassem o negócio, e assim por diante, séculos afora. (MOSCOVICH, 2004, p. 107).

A não aprovação, por parte do pai de Clara, da relação homoafetiva entre a filha e Ana, desencadeou um comportamento agressivo dele em relação à filha: "meu pai se tornou agressivo. Dizia que eu andava em más companhias." (MOSCOVICH, 2004, p. 42). No intuito de afastar a filha dessa má companhia, solicita à escola que separe as meninas em turmas diferentes. A atitude do pai gera ódio por parte de Clara:

naquele dia, entrei em casa batendo todas as portas, com ganas de destruir os móveis, com disposição de enfrentar meu pai. Mas, quando entrei na sala, a voz sumiu, a minha bravata murchou. Não cheguei sequer a perguntar por que ele fizera aquilo sem me consultar, sem me avisar. O feijão do almoço tinha sal demais. Odiei meu pai e odiei com culpa. Por que todos os ódios sempre trazem a culpa? Meu pai havia me separado de Aninha [...] (MOSCOVICH, 2004, p. 44-45).

O domínio da figura paterna na família, segundo Bourdieu (2007), acaba gerando a revolta dos filhos: "as revoltas mais radicais da infância e da adolescência são, talvez, menos voltadas contra o pai que contra a submissão espontaneamente prestada ao pai que submete, contra o movimento imediato para lhe obedecer e render-se a suas razões." (BOURDIEU, 2007, p. 89). É em virtude desse domínio patriarcal que Clara, inicialmente, desobedece ao pai, iniciando sua faculdade de jornalismo, mesmo quando ele preferia que ela assumisse os negócios da família. Porém, é em função desse mesmo domínio patriarcal em sua família e na sociedade em que vive, que Clara abre mão de seu amor homossexual: "não poderia mais ser.

Nos manteríamos afastadas até, pelo menos, começarmos a faculdade." (MOSCOVICH, 2004, p. 48). Diante da impossibilidade de realização da relação homoafetiva, Ana, a fim de continuar os estudos, vai viver na França. Clara casa-se, para contento da família, com Vítor, neto de rabino, funcionário da construtora do pai e, agora, após o casamento, também sócio da construtora.

Barth (1998, p. 198) explica que "a identidade étnica domina e define que personalidades sociais um indivíduo com aquela identidade pode assumir." Clara aceita casar-se com um homem e não realizar sua vontade, pois, enquanto pertencente àquele grupo, essa é a atitude ideal a ser tomada. Percebe-se que a (não) tomada de decisões e as vivências da personagem durante a narrativa decorrem do modelo cultural patriarcal em que está inserida.

Desde o seu nascimento, Clara é influenciada pelos pais e pela comunidade a assumir o seu papel na sociedade: casar-se, ter filhos e educá-los a partir dos preceitos judaicos, assumir os negócios herdados do pai ao lado do marido, enfim, cumprir a sua "função feminina", como haviam feito sua mãe, sua avó, sua bisavó e todas as suas ancestrais. Inicialmente, optando por uma carreira jornalística e trabalhando longe dos negócios da família, Clara exhibe indícios de emancipação e coloca-se contra a autoridade patriarcal. Finalmente, porém, abre mão do amor de sua vida, diante do preconceito e da recusa da família, para casar-se e continuar reproduzindo, mesmo que inconscientemente, o sistema patriarcal em que vive.

3 REPRESENTAÇÕES DO SUJEITO FEMININO

Neste capítulo, verificar-se-á como os elementos presentes no contexto sócio-histórico-cultural se relacionam com a subjetividade da personagem Clara e de que forma influenciam a construção e a afirmação identitária, ou não, do sujeito feminino, discutindo-se aspectos como sexualidade, homossexualidade, preconceito, amor e a influência desses na constituição da personagem como sujeito social.

3.1 (Homo)sexualidade e preconceito

*[...] a falta de escolha permanece a grande realidade não reconhecida, e na ausência de escolha, as mulheres permanecerão dependentes do acaso ou da sorte de relações particulares e não terão nenhum poder coletivo para determinar o significado e o lugar da sexualidade em suas vidas.*⁴⁵

Adrienne Rich.

Foi na idade moderna, com o aparecimento das sociedades burguesas, que as práticas sexuais, ao contrário de épocas anteriores, passaram à necessidade de restrição ao âmbito privado, sendo vistas, muitas vezes, como sinônimo de reprodução e de prática secreta, devendo seguir certos modelos disciplinares (FOUCAULT, 2005). O intuito dessa restrição era controlar a sexualidade feminina, a infantil e a que não objetivasse a reprodução (FOUCAULT, 2005). Ao mesmo tempo em que a sexualidade passou a significar intimidade, os discursos e os estudos sobre o sexo proliferaram-se. Inicialmente, esses estudos eram baseados no critério da normalidade e da anormalidade de comportamentos (SOHN, 2009), enquanto que os discursos definiam o sexo como uma espécie de prática pecaminosa que deveria ser detalhadamente confessada, conforme pressupunham as instituições cristãs (FOUCAULT, 2005). A prática da confissão, para Foucault (2005, p. 26), embora parecesse censurar, apenas, "constituiu-se como uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia". Em uma sociedade na qual nunca se falou tanto sobre a sexualidade, os discursos sobre o sexo "não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e

⁴⁵ Do original: "the absence of choice remains the great unacknowledged reality, and in the absence of choice, women will remain dependent upon the chance or luck of particular relationships and will have no collective power to determine the meaning and place of sexuality in their lives" (RICH, 1980, p. 659).

como meio para seu exercício" (FOUCAULT, 2005, p. 34). Sexo, para Foucault (1996), nesse sentido, está relacionado a poder, esse último visto como um feixe aberto de relações, que podem tanto ocorrer de cima para baixo, como de baixo para cima. Foucault (1996, p. 244) encara a sexualidade como um dispositivo, "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas". Em meio a esse aparato histórico de regulação social de comportamentos, "cada sexo vê, portanto, que lhe atribuem um papel exato e expressões autorizadas da sexualidade" (SOHN, 2009, p. 119).

Nessa atribuição de papéis sexuais, as maiores prejudicadas foram as mulheres, uma vez que, por muito tempo, histórica e cientificamente, atribuiu-se a elas uma sexualidade atrelada unicamente à função reprodutiva. Giddens (1993) afirma que a sexualidade feminina ora foi colocada na esfera histórica e patológica, ora na esfera privada da reprodução, aliada aos ideais da família, do lar, dos laços matrimoniais.

O rompimento com essa analogia entre sexualidade feminina e função materna ocorreu, embora lentamente, a partir do início do século XX. A publicação da obra freudiana *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905), cujas afirmações são, hoje, em grande parte, questionadas, contribuiu para esse rompimento, uma vez que Freud (1970) instituiu o prazer como parte integrante da sexualidade. No entanto, apesar da sexologia ter se desenvolvido, mais enfaticamente, no período entre guerras e, apesar de ter promovido avanços durante o decorrer do século passado, ainda se manteve bastante presa ao modelo de dois gêneros, modelo que tomava o sexo masculino em detrimento do feminino (SOHN, 2009). Na década de 1960, por exemplo, "66% dos jovens na faixa de 16-24 anos julgam que as relações pré-nupciais são 'normais' ou mesmo 'úteis' para os rapazes, mas 83% as consideram 'perigosas' ou 'censuráveis' para as moças" (SOHN, 2009, p. 143). Dados como esses confirmam que o campo da sexualidade era, ainda em meados do século XX, negado às mulheres.

Butler (2008), nesse sentido, afirma que, ao longo da história da sexualidade, construiu-se uma noção compulsória de heterossexualidade atrelada ao binarismo masculino/feminino. A origem da expressão heterossexualidade compulsória é atribuída a Adrienne Rich (1980), para a qual a dominação masculina reforça a heterossexualidade compulsória, principalmente para as mulheres, procurando convencê-las, através da força física (uso do cinto de castidade, por exemplo) ou através de um controle da consciência (idealização do casamento heterossexual na arte, na literatura e no cinema, por exemplo), de que a compulsoriedade heterossexual é inevitável para elas (RICH, 1980).

Tudo isso contribuiu para a formação cultural e histórica de um sistema sexo/gênero, uma "constituição simbólica sócio-histórica, modo essencial, através do qual uma realidade social se organiza, divide-se e é vivenciada simbolicamente, a partir da interpretação das diferenças entre os sexos, prisma através do qual se lê uma identidade incorporada, *modo de ser no e de vivenciar o corpo*" (CAMPOS, 1992, p. 111). Para a autora, os sistemas sexo/gênero produziram, culturalmente – mas com o pretexto da diferença biológica –, uma diferença hierarquizada entre os sexos.

De acordo com Bourdieu (2007), a sexualidade é uma invenção histórica, indissociável dos campos religioso, jurídico e burocrático. O par binário masculino/feminino é uma estrutura histórica que mantém relação homóloga com outros pares derivados desse: dominante/dominado, acima/abaixo, ativo/passivo (BOURDIEU, 2007). De acordo com Sohn (2009, p. 121), mesmo com o avanço da sexologia, muitos estudiosos "raciocinam através do binômio feminino/masculino e seus complementos implícitos: passiva/ativo, iniciada/iniciador, conquistada/conquistador. A sexualidade feminina é a principal vítima dessa leitura distorcida". Surgem, a partir desses pares binários, relações estruturais de dominação sexual, atrelando, novamente, sexo a poder.

A proliferação de discursos sobre o sexo nos séculos XIX e XX, de que fala Foucault (2005), foi intensa e gerou, além de práticas discursivas que priorizavam o matrimônio heterossexual, discursos sobre as perversões sexuais, nos quais a irregularidade sexual foi anexada à categoria de desvio e de doença mental (FOUCAULT, 2005). De acordo com Foucault (2005), antes do século XIX, o foco dos discursos sobre sexualidade era a relação matrimonial, negligenciando-se, por exemplo, práticas de sodomia e de sexualidade infantil, elementos condenáveis por serem *contra natura*. A partir do século XIX e XX, porém, tomam a palavra as heterogeneidades sexuais, não menos condenadas do que antes, todavia: "no decorrer do século eles carregaram sucessivamente o estigma da 'loucura moral', da 'neurose genital', da 'aberração do sentido genésico', da 'degenerescência' ou do 'desequilíbrio psíquico'." (FOUCAULT, 2005, p. 41). Os discursos sobre as sexualidades periféricas, no entanto, não se constituíram apenas de condenações ou de proibições, e, de acordo com Foucault (2005), esses discursos não tornaram as sociedades modernas mais repressivas e proibitivas do que as anteriores, pelo contrário, contribuíram para que, cada vez mais, se falasse sobre sexo.

Dentro das sexualidades periféricas que começaram a vir à tona nos discursos, a homossexualidade recebeu ênfase. *Homossexualidade* ou *homoerotismo*, de acordo com Costa (1992), refere-se à atração entre sujeitos do mesmo sexo e constitui-se de uma experiência

geralmente desvalorizada. Essa desvalorização deve-se, principalmente, às representações sociais sobre a sexualidade que, historicamente, têm exigido uma correspondência exata entre sexo e gênero, fazendo com que não só mulheres, mas também homens e homossexuais sejam prisioneiros dos sistemas sexo/gênero (CAMPOS, 1992; LAURETIS, 1994). De acordo com Wittig (1992, p. 29),

a sociedade heterossexual é a sociedade que não oprime somente lésbicas e homossexuais, ela oprime muitos diferentes/outros; oprime todas as mulheres e muitas categorias de homens, todas e todos que estão na posição de serem dominados. Constituir a diferença e controlá-la é um ato de poder, já que, essencialmente, este é um ato normativo.

Sobre a história da homossexualidade, Sohn (2009, p. 146) afirma não ser linear, "pois alterna avanços e recuos, da mesma forma que a repressão continua na ordem do dia ao longo de todo o século XX." Em Portugal, muito do que se sabe sobre a história das práticas homossexuais se deve à Inquisição portuguesa que, desde o século XVI, "passou a julgar determinados delitos morais, certos desvios de conduta familiar ou sexual que, por vários meios e modos, foram considerados heresias" (VAINFAS, 2008, p. 117). Dentre essas heresias, a prática da sodomia – entendida ora como a relação de cópula entre homens ou entre homens e mulheres, ora como homoerotismo tanto entre homens quanto entre mulheres – era a mais perseguida, considerada "abominável pecado nefando" (VAINFAS, 2008, p. 117). Durante o século XVI, a maioria dos inquisidores acreditava ser a sodomia praticável somente entre homens, poucos a consideravam pecado cometido também por mulheres⁴⁶. A partir do século XVII, os inquisidores portugueses, mais por desprezo e misoginia do que por solidariedade às mulheres, passaram a investigar somente casos de sodomia entre homens, pois esses eram os casos que realmente importavam e mereciam atenção.

No Brasil, as relações homoeróticas entre mulheres, embora existentes, eram menos visíveis – "elas construía verdadeiros romances secretos que envolviam mulheres das mais variadas posições sociais" (VAINFAS, 2008, p. 133) – e, conseqüentemente, sofreram menos processos do que as mesmas relações entre os homens. Durante a primeira visitaçao do Santo Ofício ao nordeste brasileiro, no século XVI, de vinte e nove mulheres acusadas, sete mulheres responderam a processo inquisitório por sodomia e apenas três foram punidas (VAINFAS, 2008). Graças às confissões realizadas por elas aos inquisidores é que se têm registros da existência da homossexualidade feminina em terras brasileiras, já no início da colonização, muito embora essas práticas tenham sido vistas de forma discriminatória pelos

⁴⁶ As dúvidas quanto à classificação da sodomia deviam-se, principalmente, ao fato de não existir, entre os inquisidores, um acordo quanto à necessidade, ou não, de haver a penetração fálica para que o ato fosse considerado sodomita (VAINFAS, 2008).

inquisidores, desdenhosos em relação à sexualidade feminina (VAINFAS, 2008). Além disso, a opacidade das narrativas dessas mulheres não permite ir muito além da confirmação da existência das relações homoeróticas, sendo necessário recorrer a outros documentos para que se tenha uma percepção maior de como essas relações ocorriam:

seja como for, o certo é que relações homoeróticas entre as mulheres quase não são perceptíveis nos papéis da Visitação quinhentista. E não é improvável que elas mesmas tenham contribuído para este *obscurecimento* da própria sexualidade. Consternadas, instadas a falar diante de homens estranhos e poderosos sobre intimidades secretíssimas e delituosas, foram possivelmente reticentes e evasivas em seus relatos. (VAINFAS, 2008, p. 136).

Uma maior tolerância às práticas homossexuais, tanto masculinas quanto femininas, só começaria a ocorrer séculos depois, no século XX, embora a homofobia ainda fosse bastante visível nesse período, estendendo-se durante as guerras mundiais, quando os homossexuais enfrentaram forte perseguição, até a década de 1970, ainda considerados doentes pelas ciências médicas (SOHN, 2009). Somente após essa década⁴⁷ é que se proliferaram os movimentos gays reivindicando direitos e mudanças na legislação.

Alfred Kinsey (1955), em meados do século XX, ao promover estudos sobre a sexualidade masculina, a feminina e a homossexualidade, contribuiu para tirá-las do status de desvio, pecado ou anormalidade. Ao contrário de Freud (1970), que acreditava ser a libido uma característica masculina, Kinsey (1955) afirmou que a sexualidade feminina era bastante semelhante à masculina, inclusive no que diz respeito às sensações de prazer.

Assim como Foucault (2005) afirma ser necessário questionar-se acerca das postulações estabelecidas como verdades absolutas, Fry e Macrae (1991, p. 10) acreditam que não se pode falar em verdades absolutas quando se trata da homossexualidade, pois se trata de um fato social: "partiremos do pressuposto de que não há nenhuma verdade sobre o que é a homossexualidade e que as ideias e práticas a ele [sic] associadas são produzidas historicamente no interior das sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com o todo destas sociedades". Para os autores, há tantas maneiras de representar e praticar a homossexualidade quanto há relações sociais, históricas e culturais (FRY; MACRAE, 1991). Bourdieu (2007) compartilha da ideia de que heterossexualidade e homossexualidade são construtos sociais e acredita que, a fim de questionar essas verdades absolutas culturalmente estabelecidas, a história deveria

empenhar-se particularmente em descrever e analisar a reconstrução social, sempre recomeçada, dos princípios de visão e de divisão geradores dos 'gêneros' e, mais

⁴⁷ No Brasil, na década de 1970, houve a primeira publicação de uma coluna gay no jornal *Última Hora*, de grande circulação, à época (MOTT, 1987). Em 1978, iniciou-se a primeira organização pelos direitos dos homossexuais, o grupo "Somos: grupo de afirmação homossexual" (GREEN, 2000).

amplamente, das diferentes categorias de práticas sexuais (sobretudo heterossexuais e homossexuais), sendo a própria heterossexualidade construída socialmente e socialmente constituída como padrão universal de toda prática sexual 'normal', isto é, distanciada da ignomínia da 'contranatureza'. (BOURDIEU, 2007, p. 102).

Há, portanto, diversas maneiras tanto de vivenciar como de repreender as manifestações homossexuais, e, atualmente, não se pode mais pensar o mundo apenas como uma oposição entre homossexuais e opressores (FRY; MACRAE, 1991); porém, não se pode negar a existência histórica do preconceito e da violência simbólica contra os homossexuais. Segundo Souza (2004), a violência articulada simbólica não se dirige a qualquer ser social, mas contra categorias sociais específicas construídas historicamente, como, por exemplo, os negros, os judeus, os homossexuais. Estes últimos sofrem, de acordo com Bourdieu (2007, p. 143), uma forma particular de dominação simbólica:

a forma particular de dominação simbólica de que são vítimas os homossexuais, marcados por um estigma que, à diferença da cor da pele ou da feminilidade, pode ser ocultado (ou exibido), impõe-se através de atos coletivos de categorização que dão margem a diferenças significativas, negativamente marcadas, e com isso a grupos ou categorias sociais estigmatizadas. Como em certos tipos de racismo, ela assume, no caso, a forma de uma negação da sua existência pública, visível.

Para Mott (2000), os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias. Segundo o autor, a maior parte dos homossexuais, em função da discriminação, não assume sua orientação sexual, tampouco o sentimento de amor, motivo de orgulho e de expressão para os casais heterossexuais (MOTT, 2000). Os avanços para a contenção da homofobia – uma forma de preconceito (percepções mentais negativas) que pode, ou não, gerar discriminação (materialização, nas relações sociais, das percepções mentais) (RIOS, 2007) –, embora tenham se beneficiado dos movimentos promovidos por grupos homossexuais, feministas⁴⁸ e até mesmo de esquerda, ainda enfrentam retrocessos.

Dentre esses retrocessos, encontra-se o fato de que a homossexualidade feminina, historicamente, foi mais rejeitada, reprimida e ocultada do que o homoerotismo masculino. De acordo com Rich (1980), a experiência lésbica, na literatura e na ciência, foi, por muito tempo, vista como desvio e aberração, e, às vezes, tratada com invisibilidade e negligência pelos próprios discursos feministas. A heterossexualidade compulsória, assim, deve ser analisada como uma instituição política, a fim de que se possam promover novas relações entre os sexos (RICH, 1980).

⁴⁸ De acordo com Fry e Macrae (1991), inicialmente, não só no Brasil, mas também em outros países, os grupos de lésbicas enfrentaram repressão por parte de grupos feministas. Hoje, pelo contrário, as causas feministas contemplam também as reivindicações homossexuais.

Como uma maneira de garantir a dominação física, econômica e emocional masculina, a heterossexualidade compulsória feminina é reforçada quando se marginaliza ou se procura tornar invisível a mulher homossexual (RICH, 1980). Questionar o discurso que coloca a heterossexualidade feminina como preferência ou escolha subjetiva das mulheres é uma maneira de desfazer silêncios e explorar novos caminhos no que tange à sexualidade feminina (RICH, 1980).

A homossexualidade feminina, de acordo com Rich (1980, p. 650), é diferente da masculina: "percebo a experiência lésbica como sendo, assim como a maternidade, uma profunda experiência feminina, com opressões particulares, significados e potencialidades que não podemos compreender enquanto simplesmente a agruparmos a outras sexualidades existentes estigmatizadas"⁴⁹. Dentro das opressões particulares de que fala Rich (1980) está a imposição da heterossexualidade feminina. Diante dessa imposição, muitas mulheres casam-se com homens, ou mantêm uma "vida dupla" (RICH, 1980, p. 654), a fim de parecerem "normais", mesmo quando apaixonadas por outras mulheres.

É o caso da protagonista de *Duas iguais* (2004). Clara vive uma relação homoafetiva com sua amiga de escola, Ana, porém, é incapaz de assumir publicamente seu desejo e acaba optando por um casamento heterossexual com Vítor. Inicialmente, procurando encontrarem-se às escondidas, logo as duas amigas descobrem que a forte amizade entre elas não está sendo bem vista pelos pais, principalmente os de Clara, e pelos colegas da escola. Decidem, então, continuar relacionando-se, mas não em locais públicos. Clara percebe que o pai, apesar de não fazer perguntas – "ele não perguntava o que já sabia e também sabia que duas meninas não suportariam uma situação clandestina por muito tempo" –, é contra a crescente amizade entre elas: "meu pai se tornara agressivo. Dizia que eu andava em más companhias" (MOSCOVICH, 2004, p. 42). Mesmo diante da desaprovação do pai, que solicitou à diretora da escola que as meninas não ficassem na mesma classe, Clara continua, ainda por um tempo, o relacionamento com Ana.

O motivo que leva Clara e Ana à decisão de afastarem-se, contudo, não é decorrente das relações familiares. A grande decepção ocorre diante da repressão social, especialmente, no dia em que Beatriz, colega de escola, demonstra todo seu preconceito, quando indaga: "Qual de vocês é o homem?" (MOSCOVICH, 2004, p. 45). Cabe, aqui, investigar, nessa pergunta, além do visível teor discriminatório, a razão que faz com que, na relação

⁴⁹ Do original: "I perceive the lesbian experience as being, like motherhood, a profoundly *female* experience, with particular oppressions, meanings, and potentialities we cannot comprehend as long as we simply bracket it with other sexually stigmatized existences" (RICH, 1980, p. 650).

homossexual entre mulheres ou entre homens, um dos parceiros precise assumir o papel de macho/ativo e o outro de fêmea/passivo. Novamente, aqui, atuam os sistemas sexo/gênero, que pressupõem uma heterossexualidade compulsória, mesmo nas relações homossexuais. A pergunta de Beatriz revela a necessidade da existência de uma dominação masculina entre as duas mulheres, já que, socialmente, a relação sexual também é vista como dominação do masculino sobre o feminino, sendo a igualdade considerada impossível. Segundo Bourdieu (2007, p. 31),

se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação.

Dessa forma, mesmo que no entendimento de Clara e de Ana não houvesse dominação e, para elas, ambas fossem dotadas de uma sexualidade feminina – "nenhuma de nós era homem, nenhuma de nós, ela estava escutando direito?" (MOSCOVICH, 2004, p. 45) –, para a sociedade eram "duas meninas lésbicas [...] era isso a que estávamos reduzidas" (MOSCOVICH, 2004, p. 41), sendo que uma das duas deveria assumir o papel de macho/ativo da relação⁵⁰. O preconceito dos colegas, a partir de então, aumenta: "uma nova fase se instalara. Tínhamos sido delatadas. Os colegas, percebendo o que não podíamos esconder, começaram a falar. A falar, a observar e a rir. Por que riam de nós?" (MOSCOVICH, 2004, p. 46).

Diante do preconceito, Clara e Ana optam pelo afastamento até começarem a faculdade. Entretanto, Ana decide cursar a faculdade na França, pois já não consegue ficar perto de Clara sem poder assumir seu amor por ela. Clara permanece em sua comunidade, em Porto Alegre, vivendo com a família. Diante da morte do pai, ficara incumbida de cuidar dos irmãos. Recebe, após o enterro do pai, uma ligação telefônica de Paris. A breve conversa com Ana reacende o amor e a saudade que ambas sentem uma pela outra, mas é interrompida com um "adeus, como uma pedra" (MOSCOVICH, 2004, p. 93).

Clara forma-se jornalista e recebe um convite do paraninfo de formatura para trabalhar em um jornal. Após momentos de indecisão, aceita a proposta e começa a trabalhar. Faz amizade com os colegas de trabalho, em especial, com Natália. Apesar do visível interesse

⁵⁰ Para Parker (1992, p. 88), na relação sexual entre duas mulheres, uma é o sapatão e outra é a sapatilha: "a sapatilha mantém sua identidade feminina pelo desempenho do papel propriamente passivo, o sapatão sacrifica sua feminilidade pela dominância ativa. [...] Assim, as oposições que estruturam o relacionamento entre homens e mulheres funcionam também dentro das distinções mais elaboradas dos domínios masculino e feminino".

homoafetivo de Clara por Natália, é com Vítor que se desenrola o segundo relacionamento afetivo da vida da protagonista. Vítor era arquiteto e conhecera Clara em um dos lançamentos da construtora da família. O rapaz logo mostrou interesse por ela, e a família de Clara demonstrou bastante simpatia pelo fato de ele ser judeu. Embora demonstrasse afeto pelo rapaz, Clara questionava-se se aquilo era paixão: "bons sentimentos, todos inocentes, é o máximo que ele me desperta, creio. Mas paixão? *Paixão?*" (MOSCOVICH, 2004, p. 118). Mesmo assim, em meio a noites sem sono em que se lembrava de Ana, Clara aceita o pedido de casamento de Vítor, talvez devido a "uma vontade de, enfim, destinar-me a alguém e, portanto, de caber naquela proposta" (MOSCOVICH, 2004, p. 129). Em nenhum momento, porém, Clara confirma amar Vítor: "eu o amava? E como eu poderia saber? Naquela hora, somente ele tinha certezas e, portanto, era o único de nós que podia dormir" (MOSCOVICH, 2004, p. 131).

Vítor e Clara casam-se e, após alguns anos morando juntos, Clara recebe, novamente, um telefonema de Ana. Dessa vez, ela está no Brasil, e as duas combinam encontrar-se. Clara mente para o marido e esconde a decisão de rever a amiga. Nas páginas que seguem, a protagonista-narradora descreve o encontro, marcado por sensualidade, amor e erotismo. Nesse momento, as duas amigas cedem aos seus desejos homoeróticos, deixam aflorar suas sexualidades e entregam-se uma a outra, em igualdade, confessando que se amavam:

não pude ver além, eu me desesperava, a divindade de carne e de formas redondas, e tu não me dizias nada, me enlaçavas no duro e possante abraço, me afogando na pedra dos teus seios, a pedra da memória, que nunca mais vou esquecer, a pele pedra pintalgada de tom rosa, cortada no fundo de azuis. E, como ansiasse por te sentir, me despiste, me descobriste, o desejo flutuando ali, à flor. O desmaio de ver teu seio no meu seio, a turgidez dos bicos, tua rosa rasgando a minha pele, vergões sulcos. E tua mão de unhas curtas espalmada no meu ventre, o toque de teus ossos, tuas cartilagens afundando em mim, o frio contra o calor, os dedos me penetrando aquosos, deslizando no desejo que me emanava, e sorriste porque a vida inteira sorriste ao constatar o efeito que tinhas em mim. (MOSCOVICH, 2004, p. 153).

A intensidade da relação homoafetiva entre as duas iguais, entretanto, é mais uma vez interrompida, visto que Clara, abdicando de sua subjetividade, opta por afastar-se, novamente, de Ana: "não pude te dizer, Ana, não pude te dizer, mas eu tinha de ir embora, minha vida nunca pôde ser contigo e me esperava longe de ti" (MOSCOVICH, 2004, p. 155). Clara volta a sua relação heterossexual, com a sensação perturbadora de que traíra Vítor.

Por mais algum tempo, Clara conseguiu esconder seu passado do marido, até que Beatriz, agora colega de trabalho de Vítor, contou a ele sobre a amizade íntima de Clara e Ana, nos tempos de escola. Apesar de incomodado, Vítor procurou manter o relacionamento como se nada tivesse acontecido. Porém, no momento em que Ana, possuindo uma doença

grave, liga para Clara e pede a ela que a encontre, Clara admite, ao conversar com o marido, que sempre fora apaixonada pela amiga e que estava disposta a reencontrá-la. Finalmente, assumindo-se enquanto sujeito e realizando uma escolha por si mesma, os últimos capítulos de *Duas iguais* destinam-se a revelar a intensidade do amor homoerótico de Clara por Ana, um amor recíproco que, ambas percebem, demanda expressão.

3.2 Amor e expressão

O fogo original e primordial, a sexualidade, levanta a chama vermelha do erotismo e esta, por sua vez, sustenta outra chama, azul e trêmula: a do amor. Erotismo e amor: a dupla chama da vida.

Octavio Paz.

Uma das primeiras aparições literárias do amor, no ocidente⁵¹, é proveniente da mitologia grega. Trata-se do conto de Eros e Psiquê, de Apuleio (PAZ, 1994). Eros, filho de Afrodite⁵², também conhecido por Cupido ou Amor, era um jovem belo, dotado de qualidades e, por ser o deus do amor, "aqueles que eram feridos pelas setas de Eros ficavam à mercê da ventura e da desventura, da boa e da má sorte, da fortuna e do infortúnio" (FERREIRA, 2004, p. 7). A ideia de amor, assim, estava associada ao sofrimento, à dor e à promessa do encontro da complementação do ser a partir de outrem: "a Antiguidade greco-romana conheceu o amor quase sempre como uma paixão dolorosa e, apesar disso, digna de ser vivida e em si mesma desejável" (PAZ, 1994, p. 69).

O banquete, diálogo de Platão, de 416 a.C., é um dos textos clássicos destinados a estudar a questão do amor. Nele, alguns filósofos reunidos, comendo e bebendo, emitem suas opiniões sobre Eros. Fedro acredita que "às ações vis e desonestas se liga a desonra e às ações boas está ligado o amor". Para Fedro, o amor torna o homem feliz durante a vida e a morte (PLATÃO, 1999, p. 103). Para Ágaton, submetemo-nos ao amor voluntariamente (PLATÃO, 1999). Em seu pronunciamento durante *O banquete*, Ágaton assim descreve o amor:

onde ele está há doçura, desaparece a rudeza. É pródigo de bondade e avaro de ódio. Propício aos bons, admirado pelos sábios, agradável aos deuses. Objeto do desejo dos que ainda não o possuem; tesouro precioso para aqueles que o possuem; a ele cabe a paternidade das riquezas, das delícias, dos doces encantos e dos ternos

⁵¹ O amor no Ocidente e no Oriente tem concepções diferentes. De acordo com Paz (1994), enquanto no Oriente o amor é geralmente visto como um carma de vidas passadas, pensado dentro das tradições religiosas, no Ocidente o amor é visto como uma escolha, pensada fora da religião oficial.

⁵² Há diferentes versões sobre a filiação de Eros. Diotima, durante *O Banquete*, afirma ser Eros filho de Penia (a pobreza) e Poros (a riqueza). Eros foi concebido no dia do nascimento de Afrodite, por isso, tornou-se seu companheiro e servidor (PLATÃO, 1999). Grande parte das fontes sobre mitologia grega, no entanto, considera-o filho de Afrodite.

desejos, das paixões. Vigia os bons e esquece os maus. Nos nossos trabalhos, nos nossos temores, nas nossas tristezas é ele o nosso conselheiro e nosso salvador. (PLATÃO, 1999, p. 131).

Sobre o conceito do sentimento amoroso, Malinowski (1929, p. 69) afirma que é uma paixão que "atormenta a mente e o corpo em maior ou menor extensão; conduz muitos a um impasse, um escândalo ou uma tragédia; mais raramente, ilumina a vida e faz com que o coração se expanda e transborde de alegria". Na definição de Bourdieu (2007, p. 130-131), o amor é um

mundo fechado e totalmente autárquico em que se dá toda uma série contínua de milagres: o milagre da não-violência, que torna possível a instauração de relações baseadas em total reciprocidade e autorizando o abandono e a retomada de si mesmo; o milagre do reconhecimento mútuo, que permite, como diz Sartre, sentir "justificado o próprio existir", assumindo, até em suas particularidades mais contingentes ou mais negativas, na e por uma espécie de absolutização arbitrária da arbitrariedade de um encontro ("porque era ele, porque era eu"); o milagre do desinteresse, que torna possíveis relações desinstrumentalizadas, geradas pela felicidade de fazer feliz, de encontrar no encantamento do outro, e sobretudo no encantamento que ele suscita, razões inesgotáveis de maravilhar-se.

Apesar de as manifestações e definições sobre o amor serem inúmeras e acompanharem a história do homem – há registros de 1750 a.c (DEL PRIORE, 2005) –, de acordo com Paz (1994), o amor foi o grande tema ausente nas reflexões sobre a sexualidade. Giddens (1993) critica o fato de Foucault não ter privilegiado, em sua análise sobre a sexualidade, discussões acerca da natureza do amor.

Segundo Giddens (1993), há dois tipos de amor: o apaixonado e o romântico. O primeiro, também chamado "amor-paixão", seria uma ligação entre o amor e o sexo e, portanto, perturbador, fervoroso e, do ponto de vista social, perigoso. O segundo, histórica e culturalmente associado à ideia de casamento, trata-se de um amor que não é, necessariamente, acompanhado de desejo sexual e que tem sido visto como feminizado, ligado à criação do lar, às relações entre pais e filhos e à maternidade. Assim, o amor romântico é "um amor de companheiros, ligado à responsabilidade mútua de maridos e esposas pelo cuidado da família ou da propriedade" (GIDDENS, 1993, p. 54).

Enquanto Giddens (1993) diferencia o amor romântico do apaixonado, Octavio Paz (1994) distingue sexualidade de erotismo. Em uma comparação metafórica com a poesia, o autor afirma que, assim como o fim da sexualidade é a reprodução, o fim da linguagem é a comunicação. Por sua vez, o fim do erotismo é o prazer em si mesmo, e o fim do poema foge do objetivo único da comunicação: "na sexualidade o prazer serve para a procriação; nos rituais eróticos o prazer é um fim em si mesmo ou tem finalidades diferentes da reprodução"

(PAZ, 1994, p. 13). Paz (1994) afirma que não há amor sem erotismo, mas que o amor é algo que vai além das relações eróticas, uma vez que busca, no corpo desejado, a alma.

Paz (1994) ainda faz uma distinção importante entre o amor como sentimento em si – algo universal – e o amor como uma ideia – algo que é histórico e social e que, portanto, varia nas diferentes culturas. Del Priore (2005) reitera que o amor é cultural: "cada cultura reserva-lhe um espaço privilegiado em seu sistema, representando-o à sua maneira" (DEL PRIORE, 2005, p. 12). Para Paz (1994, p. 35),

é preciso distinguir entre o sentimento amoroso e a ideia do amor adotada por uma sociedade e uma época. O primeiro pertence a todos os tempos e lugares: em sua forma mais simples e imediata não é senão a atração passional que sentimos por uma pessoa entre muitas. A existência de uma imensa literatura cujo tema central é o amor é uma prova final da universalidade do sentimento amoroso. Ênfase: o sentimento, não a ideia. [...] Às vezes, contudo, a reflexão sobre o amor se converte na ideologia de uma sociedade; então estamos diante de um modo de vida, uma arte de viver e morrer.

O amor como sentimento em si possui cinco características essenciais, segundo Paz (1994): (1) *exclusividade*: "o amor é individual ou, mais exatamente, interpessoal: queremos unicamente uma pessoa e pedimos a ela que nos queira com o mesmo afeto exclusivo" (PAZ, 1994, p. 106-107); (2) *obstáculo e transgressão*: o amor enfrenta e transgredir obstáculos dos mais variados tipos, como "barreiras sociais por motivos de classe ou raça", para citar um exemplo (PAZ, 1994, p. 110); (3) *domínio e submissão*: "a busca do reconhecimento da pessoa querida. Reconhecimento no sentido de confessar, como diz no dicionário, a dependência, subordinação ou vassalagem em que se está em relação ao outro. O paradoxo reside em que esse reconhecimento é voluntário, é um ato livre" (PAZ, 1994, p. 113); (4) *fatalidade e liberdade*: "a fatalidade se manifesta só com e por meio da cumplicidade de nossa liberdade. O elo entre liberdade e destino [...] é o eixo em torno do qual giram todos os apaixonados da história" (PAZ, 1994, p. 114); (5) *corpo e alma indissolúveis*: "o amor exige como condição prévia a noção de pessoa e esta de uma alma encarnada em um corpo" (PAZ, 1994, p. 115). Del Priore (2005, p. 12) também afirma ser a exclusividade um dos elementos do amor: "amar é antes selecionar o eleito do coração. É notar, é colocar a parte, é singularizar. Um, ou uma, entre todos. Um rosto, um nome. Isso implica a seleção que entroniza o objeto como excepcional".

Já o amor como forma de vida, ou a ideia de amor, Paz (1994) afirma ter surgido na Idade Média, juntamente com o nascimento da Europa, no século XII. Surge, nesse mesmo século, durante o Concílio de Latrão, a legislação do matrimônio que, embora possuísse diferenças regionais, proporcionava "sempre uma aliança que atendia, antes de tudo, a interesses ligados à transmissão do patrimônio, à distribuição de poder, à conservação de

linhagens e ao reforço de solidariedades de grupos" (DEL PRIORE, 2005, p. 72). O amor estava, assim, aliado, principalmente, às ideias de matrimônio e de reprodução.

Na Idade Moderna, muitas mudanças ocorrem nas sociedades europeias, e as consequências atingem diversos campos, inclusive o amoroso. Del Priore (2005) elenca três mudanças fundamentais. A primeira foi uma maior interferência do Estado na vida privada, o que acarretou, entre outras coisas, o reforço para a oficialização dos casamentos, em que o marido dispunha de autoridade, e à mulher cabia a obediência. A segunda mudança diz respeito a um maior controle, por parte da Igreja, das consideradas heresias, como a homossexualidade e as posições sexuais pecaminosas. A terceira mudança foi o desenvolvimento da literatura – em que amor e paixão foram os temas mais recorrentes, já que no matrimônio previsto pela moral cristã não havia lugar para o amor-paixão – e sua crescente, embora lenta, divulgação pela imprensa. Apesar de significativas, as mudanças da modernidade não foram tão inovadoras assim e não se distanciaram muito do que já se observava na Idade Média, conforme explica Del Priore (2005, p. 81):

um fosso era então cavado: de um lado, os sentimentos, do outro, a sexualidade. Mulheres jovens de elite eram vendidas, como qualquer animal, nos mercados matrimoniais. Excluía-se o amor dessas transações. Proíbiam-se as relações sexuais antes do casamento. Instituíram-se camisolas de dormir para ambos os sexos. O ascetismo tornava-se o valor supremo. Idolatrava-se a pureza feminina na figura da Virgem Maria. Retomam-se os princípios tristes de Santo Agostinho. Para as igrejas cristãs, toda a relação sexual que não tivesse por fim imediato à procriação se confundia com prostituição. Em toda a Europa, as autoridades religiosas têm sucesso em transformar o ato sexual e qualquer atrativo feminino em tentação diabólica.

Del Priore (2005) distingue, ainda, Portugal dos demais países europeus no que concerne à maneira de ver o amor. Em terras lusas, a Igreja e a medicina foram as grandes responsáveis por reprimir o erotismo e neutralizar o amor: para a boa saúde física e mental, os excessos deveriam ser controlados, pois eram considerados patologias. Nessa época, duas formas de amor coexistiam: o amor conjugal – destinado à procriação – e o amor extraconjugal – destinado ao prazer. Amor e erotismo, assim, eram elementos, geralmente, excludentes. Essa visão começa a ser lentamente diluída a partir do século XVIII, quando a literatura⁵³ passa a incentivar a busca por sentimentos novos e pela felicidade conjugal que,

⁵³ "Uma das funções da literatura é a representação das paixões; a preponderância do tema amoroso em nossas obras literárias mostra que o amor tem sido o tema central dos homens e mulheres do Ocidente" (PAZ, 1994, p. 93). No Brasil, o marco oficial de estreia do amor romântico na literatura foi a publicação de *A moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, em 1844 (DEL PRIORE, 2005). Já Veríssimo (1999) aponta que o primeiro romance brasileiro publicado foi *O filho do pescador*, de Antonio Gonçalves Teixeira de Sousa, em 1843. Convencionou-se adotar, no entanto, o romance *A moreninha* como marco inicial do romantismo brasileiro, pois, na opinião de alguns estudiosos, a trama confusa de *O filho do pescador* não definia satisfatoriamente o que vinha a ser o romance romântico.

baseada na escolha, poderia sim ser sinônimo de prazer e não apenas de procriação. Além disso, aos poucos, "o casamento começou a ser visto como um assunto que não deveria ser resolvido unicamente entre os chefes de família, mas sim como um acordo no qual era essencial a participação dos noivos" (PAZ, 1994, p. 66) Essa possibilidade de escolha dos noivos veiculada pela literatura, no entanto, ainda era, muitas vezes, na prática, tolhida pela imposição familiar (DEL PRIORE, 2005). Mesmo assim, as mudanças em relação à maneira de se enxergar o amor foram substanciais. Para Ariès e Béjin (1987, p. 160),

as coisas mudaram a partir do século XVIII. A sociedade tendeu desde então a aproximar as duas formas de amor tradicionalmente opostas. Constituiu-se pouco a pouco no Ocidente um ideal do casamento que impõe aos esposos que se amem, ou que façam de conta que se amam, como dois amantes. O erotismo entrou no casamento, expulsando a reserva tradicional em proveito do patético, pondo a prova à duração.

Sobre a história do amor no Brasil, Del Priore (2005, p. 22) remonta à chegada dos portugueses, no século XVI, que trouxeram consigo sua maneira de vivenciar o amor. Por meio da colonização portuguesa, o que chegou ao Brasil foram "práticas patriarcais e machistas que, ao transplantarem-se para a colônia, trazem em seu bojo a mentalidade de uma desigualdade profunda entre os sexos." (DEL PRIORE, 2005, p. 107). Essa mentalidade incluía "regulamentar o cotidiano das pessoas pela orientação ética, pela catequese e pela orientação espiritual, além de exercer severa vigilância doutrinal e de costumes pela confissão, pelo sermão dominical e pelas devassas da Santa Inquisição". A Igreja contribuiu para intensificar, nas relações amorosas, o que já ocorria no escravismo: uma relação hierárquica entre dominadores e dominados, em que ao marido ficava designado o poder. Apesar de incentivar o matrimônio – com pessoas da mesma classe social – e o aumento da população, a religião procurava controlar, no casamento, os desejos, as práticas luxuriosas, a fidelidade: "na visão da Igreja, não era por amor que os cônjuges deviam se unir, mas sim por dever; para pagar o débito conjugal, procriar e, finalmente, lutar contra a tentação do adultério" (DEL PRIORE, 2005, p. 28).

As relações amorosas brasileiras constituíam-se, assim, de amores domesticados, para usar a expressão de Del Priore (2005). No século XVIII, esse é o conceito de amor, marcado pelo recato, obediência da mulher e pela exclusão do erotismo nas relações, pelo menos para os casais que seguiam as normas da Igreja com devoção. Nem tudo, no entanto, ocorria conforme o previsto pelas instituições religiosas. Nesse mesmo século, o amor recebe maior visibilidade por parte da poesia, integrante das estratégias de sedução que, apesar de consideradas pecaminosas e indesejáveis, ocorriam em grande número. Além da sedução, adultério, ciúme e violência constam nos relatos sobre os casamentos da época, provenientes

não só dos maridos, mas também de algumas esposas que chegavam a assassiná-los ao descobrirem-se traídas (DEL PRIORE, 2005). A vingança à prática do adultério, no entanto, não era vista com os mesmos olhos em se tratando de homens e de mulheres: "enquanto para as mulheres não se colocava sequer a possibilidade de serem desculpadas por matar maridos adúlteros, para os homens a defesa da honra perante o adultério feminino comprovado encontrava apoio nas leis" (DEL PRIORE, 2005, p. 58).

No Brasil do século XX, aos poucos, a sociedade vai se libertando do que postulava a Igreja, e o amor, agora baseado na reciprocidade, passa a ser fundamental em uma relação. O desenvolvimento tecnológico e a urbanização provenientes do capitalismo tiveram consequências no cotidiano e nos relacionamentos entre homens e mulheres. A moda vinda da Europa anunciava corpos femininos mais desnudos e, portanto, mais atraentes para os homens. Quanto à sexualidade, no início do século XX, continuava sendo vista de forma muito semelhante a dos séculos anteriores: "os mais diversos discursos sobre a família e o casal – literários, médicos, religiosos e jurídicos – decretam que é no lar, no seio da família que se estabeleciam as relações sexuais desejadas e legítimas, classificadas como decentes e higiênicas" (DEL PRIORE, 2005, p. 253). Após a Primeira Guerra Mundial, porém, mais mudanças ocorrem. O rádio e o cinema, por exemplo, passam a veicular outras possibilidades de comportamento amoroso. A partir da metade do século XX, a classe média ascendeu e teve maior acesso à informação, ao consumo e ao lazer. A boa moral, porém, continuava a dominar as relações entre os sexos, e a exímia mãe e dona-de-casa era a imagem da mulher ideal. Predominavam, na década de 1950, revistas que ditavam comportamentos femininos: as mulheres deveriam obedecer aos maridos, não incomodá-los. Entretanto, muitas mulheres fugiam desse padrão estabelecido: "essas transgrediam fumando, lendo coisas proibidas, explorando sua sexualidade nos bancos dos carros, discordando dos pais e, abrindo mão da virgindade e, por vezes, do casamento, para viver um grande amor" (DEL PRIORE, 2005, p. 288).

Com a revolução sexual dos anos 1970 e 1980, finalmente, inicia-se uma maior flexibilização em relação aos assuntos amorosos. De acordo com Del Priore (2005), os movimentos ocorridos a partir da década de 1970, entre eles, os feministas, mudaram a maneira de ver o amor, principalmente, em função da nova visão que se teve do corpo. Prazer e amor podiam andar juntos, e as mulheres começam a busca por uma posição mais igualitária nas relações que protagonizam. Del Priore (2005, p. 312) resume a história do amor:

em toda a história do amor, o casamento e a sexualidade estiveram sob controle; controle da Igreja, da família, da comunidade. Só o sentimento, apesar de todos os constrangimentos, continuava livre. Podia-se obrigar indivíduos a viver com alguém,

a deitar com alguém, mas não a amar alguém. Apesar dos riscos da AIDS – descoberta popularizada nos anos 80 –, a sexualidade foi desembaraçada da mão da Igreja, separada da procriação graças aos progressos médicos e, mais, foi desculpabilizada pela psicanálise e mesmo exaltada. De forma oposta, a ausência de desejo é que passa a ser perseguida. O casamento, fundado sobre o amor, não é mais obrigatório e ele escapa às estratégias religiosas ou familiares; o divórcio não é mais vergonhoso e os cônjuges têm o mesmo tratamento perante a lei. A realização pessoal coloca-se acima de tudo: recusamos a frustração e a culpa. Mas tudo isso são conquistas ou armadilhas? Os historiadores de amanhã o dirão.

Mesmo diante de tantos avanços em relação às questões amorosas, Bourdieu (2007) questiona-se se seria o amor a única exceção à dominação masculina ou se seria a forma mais sutil e invisível de violência simbólica contra as mulheres. Se pensarmos o amor como elemento aliado ao matrimônio, apenas, parece ser exatamente ali onde se encontra a reiteração da dominação masculina, já que "o casamento continua sendo, para as mulheres, o meio privilegiado de obter uma posição social; [...]. O que tende a confirmar que, contrariamente à representação romântica, a inclinação amorosa não está isenta de uma forma de racionalidade que é muitas vezes, de certo modo, *amor fati*, amor ao destino social" (BOURDIEU, 2007, p. 49). Por muito tempo, a busca por um "bom casamento" para as filhas moças, geralmente feita pelos pais de classes mais abastadas, não só excluiu o amor dos relacionamentos, como também fez das mulheres mercadorias.

Atualmente, porém, mesmo que haja algumas famílias ou religiões que insistam no casamento arranjado, o amor já é visto como o sentimento da reciprocidade, da cumplicidade, não necessariamente vinculado ao matrimônio, sendo possível pensarmos em igualdade entre os participantes da relação amorosa, e não em dominação:

baseado na suspensão da luta pelo poder simbólico que a busca de reconhecimento e a tentação correlativa de dominar suscitam, o reconhecimento mútuo pelo qual cada um se reconhece no outro e o reconhece também como tal pode levar, em sua perfeita reflexividade, para além da alternativa do egoísmo e do altruísmo ou até da distinção do sujeito e do objeto, a um estado de fusão e de comunhão, muitas vezes evocado em metáforas próximas às do místico, em que dois seres podem "perder-se um no outro" sem se perder. (BOURDIEU, 2007, p. 132).

Para Giddens (1993), a intimidade proporcionada pelos laços afetivos é capaz de, ao invés de oprimir, igualar posições nas relações interpessoais:

alguns têm declarado que a intimidade pode ser opressiva, e isso pode realmente ocorrer se ela for encarada como uma exigência de relação emocional constante. No entanto, se considerada como uma negociação transacional de vínculos pessoais, estabelecida por iguais, ela surge sob uma luz completamente diferente. A intimidade implica uma total democratização do domínio interpessoal, de uma maneira plenamente compatível com a democracia na esfera pública (GIDDENS, 1993, p. 11).

A presença do amor na vida de Clara, protagonista de *Dois iguais* (2004), é importante, à medida que significa tanto a construção da sua subjetividade quanto da sua

identidade. Clara parece vivenciar ambos os tipos de amor propostos por Giddens (1993): o amor romântico, ou seja, a idealização que a sociedade faz do amor, e o amor-paixão. O primeiro coincide com a experiência matrimonial heterossexual que ela vive com Vítor. A família da jovem judia enxerga no casamento com o rapaz uma possibilidade de constituição de família, de ascensão social (pois Vítor daria continuidade aos negócios do pai de Clara) e de cumprimento da tradição religiosa judaica, em que moças judias se casam com moços judeus, preferencialmente. Influenciada pela família, mas também numa tentativa de fuga do verdadeiro amor e na busca de esquecê-lo, Clara encontra no casamento heterossexual o amor romântico, o mesmo amor que uniu seu pai e sua mãe, um casal que constituiu família, cuidou da propriedade e perpetuou os preceitos judaicos.

Não é o casamento com Vítor, no entanto, que constitui a principal vivência amorosa da vida da protagonista. Clara vivencia o amor-paixão, o amor enquanto sentimento em si, com Ana, colega da escola. Inicialmente, a relação entre as amigas não é percebida – pelo menos por parte de Clara – como uma relação homossexual:

- Aninha, o que está acontecendo? Existe alguma coisa errada com a gente?

- Ou talvez muito certa, quem sabe? Você ainda não se deu conta?

Eu odiava aquelas respostas-perguntas que ela pronunciava com ar superior. Me dar conta do quê? O que ela sabia e que não me revelava? Qual era o grande mistério que a mente superior dela já havia desvendado? (MOSCOVICH, 2004, p. 34-35).

Na verdade, Clara acredita sentir por Ana uma forte amizade. Essa dedução da protagonista pode ser explicada pela crença de que, muitas vezes, amizade e amor são tidos como sentimentos muito parecidos. Paz (1994) afirma que a semelhança está no fato de que ambos estão baseados na escolha e na exclusividade. A distinção ocorre no momento em que a relação sexual, o elemento carnal, passa a integrar a relação entre amigos (PAZ, 1994). No início, Clara não entende o que está acontecendo entre elas, porque ainda não houve a relação carnal, portanto, não sabe se o que sente é amizade ou paixão. O mistério de que Clara fala, porém, já está solucionado para a subjetividade de Ana desde o início da amizade das duas. Clara somente percebe que se trata de uma relação homoafetiva a partir do momento em que os colegas as expõem na frente de toda a escola, perguntando qual das duas é o homem do relacionamento. Essa é a visão da sociedade diante das amigas, mas o que elas sentem é a experiência de um grande amor: "o pensamento de que beijaria alguém com verdade me preencheu. Ela era *o meu primeiro amor*. Eu intuía. Eu queria" (MOSCOVICH, 2004, p. 37, grifo nosso).

Clara, atingida pela flecha de Eros, passa a descobrir, ao lado da amada, os prazeres do amor-paixão. De acordo com Conche (1998, p. 13-14),

a relação sensorial e sensível dos que se amam pretende ser uma linguagem. Os gestos do desejo não visam despertar o desejo do outro e seu prazer, senão para convidá-lo a explorar juntos um país e uma paisagem desconhecidos, como se se tratasse de descobrir juntos os mistérios de uma floresta profunda. O que assim descobrimos, numa espécie de percepção e de emoção compartilhadas, é um mundo de sensações inéditas, indefinidas e surpreendentes. Está-se fora da cotidianidade da vida, numa espécie de jubilação e de êxtase sensorial.

Segundo Beauvoir (1980, p. 156), é possível falarmos em igualdade nos relacionamentos homoeróticos entre mulheres:

entre mulheres, o amor é contemplação: as carícias são menos destinadas a se apropriar do outro do que a recriar-se lentamente através dele; a separação está abolida, não há nem luta, nem vitória, nem derrota; dentro de uma exata reciprocidade cada qual é ao mesmo tempo sujeito e objeto, a soberana e a escrava; a dualidade é cumplicidade.

Os momentos ao lado de Aninha são únicos e prazerosos, capazes de unir amor e erotismo, baseados na doação recíproca e na igualdade:

também aprendi que o grande segredo era ter prazer em proporcionar prazer. O prazer passou a ser uma dádiva de vida. Eu a amava, eu lhe disse isto, e Aninha me silenciou com um novo beijo, enquanto seguia o movimento ritmado. Me olhou, apoiada nas palmas das mãos, e pediu que eu me desse conta de que, naquela hora, *éramos duas mulheres se amando e que nunca duas pessoas poderiam ser tão iguais*. [...] Ela me fazia feliz. Balbuciu que me amava. (MOSCOVICH, 2004, p. 40, grifo nosso).

No entanto, a mesma flecha de Eros que atingiu Clara e Ana trouxe não só ventura, mas também desventura para as duas amigas: "não sabíamos o que fazer conosco, como lidar com a marcha de amor e desejo" (MOSCOVICH, 2004, p. 41). As relações amorosas, na maioria das vezes, engendram conflitos e sofrimento, são inúmeras as obras literárias⁵⁴ em que os amores estão fadados à dor. Para Paz (1994), o principal motivo do sofrimento amoroso é o tempo, ou seja, a certeza da morte humana, que impossibilita a eternidade. Quando Clara, finalmente, decide enfrentar o preconceito, separar-se do marido e assumir o seu amor por Ana, a morte é o elemento que impossibilita a realização amorosa. De acordo com Conche (1998), a morte é a única inimiga do amor. Para Bauman (2004, p. 23), amor e morte são experiências únicas, dois acontecimentos incompreensíveis que não podem ser previstos: "o amor pode ser, e frequentemente é, tão atemorizante quanto a morte". Clara, durante toda sua juventude, teme entregar-se a um relacionamento com Ana. Talvez o sofrimento, a certeza do erro cometido e o temor da possibilidade de nunca mais rever Ana tenham contribuído para que Clara, por fim, assumisse seu sentimento e recomeçasse sua relação amorosa:

há sempre a possibilidade de pôr a culpa numa escolha, considerando-a equivocada, e não na incapacidade de aproveitar as oportunidades por ela oferecidas, pelo fato de

⁵⁴ Lembremos *Os sofrimentos do jovem Werther*, de Goethe, de 1774.

a bem-aventurança prevista não ter conseguido se materializar. Há sempre uma chance de abandonar a estrada pela qual se chegaria à realização e recomeçar – mesmo que a partir do zero, se as perspectivas parecerem atraentes. (BAUMAN, 2004, p. 74)

Ana volta de Paris para o Brasil, pois necessita de tratamento para uma grave doença envolvendo uma má-formação cerebral. Na véspera da delicada cirurgia no cérebro, telefona para Clara e pede para vê-la. Ao desligar o telefone, Vítor questiona a esposa sobre o porquê de tamanha preocupação. A conversa entre o casal é um dos únicos momentos em que Clara deixa transparecer seu verdadeiro desejo:

- E você vai vê-la?

Sim, afirmei com toda a convicção que me faltara durante a vida. Ele adivinhou:

- Você nunca deixou de querer esta moça, não é assim?

Por misericórdia, por lealdade, por sei eu que espécie de sentimentos, concordei, ele tinha razão, eu a queria. E logo depois, como quem corrige uma grande falta, emendei: eu a queria muito. [...] As palavras, ainda que breves, aliviaram-me, tornaram-se transparentes, a luz passava através delas; não mais o anteparo opaco, não mais as virtudes nebulosas da fantasia. (MOSCOVICH, 2004, p. 205).

Nos momentos que se seguem, a narrativa apresenta o amor-paixão vivenciado por elas nos últimos dias de vida de Ana. Trata-se de um amor que a protagonista jamais sentira ao lado do marido. Um amor que, além de erótico, possui características que o fazem parecer sublime, divino: "teus olhos e teu rosto, Aninha, teu rosto irmão do divino, o ato criativo em tuas feições; anjo meu, mensageira redentora, rainha dulcíssima" (MOSCOVICH, 2004, p. 220). Clara arrepende-se de não ter insistido na relação das duas durante a adolescência: "ao vê-la ali tive noção exata do engodo a que me submetera: o tempo sem ela fora um tempo errado" (MOSCOVICH, 2004, p. 212). O desespero diante da iminente morte alheia faz com que Clara assuma para si mesma e para Ana que sempre a amara. O sofrimento e o arrependimento de não ter aproveitado os anos anteriores ao lado da amada deixam em Clara a sensação de uma vida não vivida plenamente:

relembrei os dias de meu exílio sem ti, reverti fim e início, manhã e noite, as horas para trás; dias tortos, incompletos, sem arremates, dias que não foram meus, a lembrança tornando-me visitante ocasional de minha própria história; eu feito uma assombração minha. Não me servia um só dia do passado e descartei-os porque não eram meus, porque não estavas; pensava que, tampouco adiante, não me serviriam as horas da vida sem o sacramento de tua existência. (MOSCOVICH, 2004, p. 219-220).

Clara acompanha Ana durante os momentos finais de sua existência, as duas se relacionam sexualmente ainda uma vez e trocam as três palavras tão difíceis, na opinião da narradora, de serem pronunciadas: "eu te amo". Nos anos posteriores à morte de Ana, Clara permaneceu com as lembranças ainda na memória, embora houvesse "uma parte dessa

história que se esquivava de meu conhecimento" (MOSCOVICH, 2004, p. 251). Diante de uma vida repleta de escolhas em que nem sempre fora protagonista, diante de uma existência vivida mais através do olhar do outro do que do seu, Clara finalmente aprendera que esse amor não pode ser inexpressivo.

O momento em que assume o seu amor por Ana, sentimento que nunca a abandonara por tantos anos, é o momento de maior transparência de subjetividade na vida de Clara. Esse fora um dos únicos episódios, desde que conheceu Aninha, em que a protagonista decidiu algo por si mesma, sem recorrer ao auxílio paterno, sem pensar no que os outros achariam disso: estava, finalmente, assumindo-se enquanto sujeito e afirmando sua própria identidade. De acordo com Giddens (1993), o amor está diretamente ligado às questões de identidade. Do mesmo modo, para Zinani (2013, p. 126),

o amor pode ser entendido como um fenômeno que, respeitando a autonomia dos seres, tende a reforçar a realidade individual, através do cuidado recíproco, em que cada um procura o bem do outro como seu próprio. Assim, pode-se afirmar que a existência do amor está condicionada a sua reciprocidade, podendo ser considerado como união de intentos, de interesses, de propósitos. Como fenômeno humano, é objetivamente constatável e muito significativo para o equilíbrio da personalidade e a conservação da identidade.

Logo, sendo o amor uma das principais bases da subjetividade humana, sua expressão faz-se imprescindível para que a relação afetiva obtenha sucesso. Se verdadeira a afirmação de Fedro de que o amor torna o homem feliz (PLATÃO, 1999), a busca pela realização amorosa e pela felicidade deve ser protagonizada pelos sujeitos humanos, de maneira a equilibrar a personalidade e conservar a identidade, conforme propõe Zinani (2013). Subjetividade e identidade, assim, não podem ser vistas como elementos opostos em um binarismo; devem ser, pelo contrário, tomadas como as duas faces de uma mesma moeda: a existência humana.

3.3 Subjetividade e identidade: em busca da afirmação do "eu"

Hoje o sujeito está fragmentado, e a identidade perdeu seu caráter de singularidade para se estruturar em formas múltiplas, de acordo com deslocamentos psíquicos e sociais. Essas posições, se não amplamente determinadas pelo grupo social, também não constituem livre-opção do sujeito, uma vez que dependem da possibilidade de realizar escolhas ou de assumir determinadas posições. A multiplicidade de papéis – desempenhados ou virtuais – é um fator decisivo na constituição da identidade.

Cecil Albert Zinani.

Definir o que vem a ser identidade tem sido uma preocupação dos estudos em diversas áreas, desde a psicologia, passando pela antropologia, até a literatura. Segundo Barth (1998, p.

196), "a identidade é tão difícil de se delimitar e de se definir, precisamente em razão de seu caráter multidimensional e dinâmico." Além disso, a complexidade de se definir o que seja identidade também se deve ao fato de não ser algo estabelecido *a priori*, mas uma construção social (OLIVEN, 2006) que, constantemente em movimento, se constrói, se desconstrói e se reconstrói, dependendo das situações: mudanças na situação social, econômica ou política, bem como momentos ou fases diferentes da vida, podem gerar variações na identidade. (BARTH, 1998). Além de social, a construção identitária é também simbólica: "o social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades" (WOODWARD, 2000, p. 14).

Há os que sugerem que o termo *identidade*, na verdade, deveria ser substituído por *identificação*, pois se trata de um processo em contínuo devir (HALL, 2005): "existe, assim, um contínuo processo de identificação, no qual buscamos criar alguma compreensão sobre nós próprios por meio de sistemas simbólicos e nos identificar com as formas pelas quais somos vistos por outros" (WOODWARD, 2000, p. 64).

É possível falarmos em dois tipos de identidade: a identidade individual ou pessoal e a identidade cultural ou coletiva. Ambas funcionam a partir de representações simbólicas produtoras de significados que procuram responder às dúvidas relativas quanto ao que somos ou ao que gostaríamos de ser, a que grupos pertencemos ou a que grupos gostaríamos de pertencer (WOODWARD, 2000). Para Silva (2000, p. 96-97),

primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

Realizando uma breve retomada histórica, Hall (2005) identifica três diferentes concepções de sujeito que fundamentaram e têm fundamentado as definições de identidade desde o Iluminismo até a pós-modernidade. O primeiro, *o sujeito do Iluminismo*, possuía uma identidade que era vista, do nascimento à morte, como fixa e estável, centrada, basicamente, na razão. O segundo, *o sujeito sociológico*, possuía uma identidade considerada a partir da interação do eu com a sociedade, sendo que as ações do sujeito eram previsíveis de acordo com as relações sociais por ele vivenciadas. O terceiro, *o sujeito pós-moderno*, é visto como possuidor de identidades móveis e múltiplas, formadas cultural e historicamente. Atualmente, já não se pode mais falar em um sujeito cuja identidade é totalmente centrada, nem em um

sujeito cuja formação é totalmente prevista pelas interações sociais, por isso, a terceira concepção de sujeito é a que mais se aproxima da definição atual de identidade. Segundo Weedon (2003) e Hall (2005), seguindo uma linha pós-estruturalista, os avanços feministas contribuíram para essa nova concepção de sujeito, diferente daquela que privilegiava a razão do sujeito e excluía fatores externos como as relações de poder, por exemplo. Foucault, Derrida, Irigaray e Kristeva são alguns dos teóricos pós-estruturalistas que passaram a enxergar o sujeito como culturalmente produzido, através de relações de poder e de práticas discursivas (WEEDON, 2003, p. 126):

o pós-estruturalismo discorda do sujeito Cartesiano, teorizando a subjetividade (definida como nosso senso de consciência e inconsciência de nós mesmos, nossas emoções e desejos) como um efeito da linguagem. A consciência racional é somente uma dimensão da subjetividade. É no processo de uso da linguagem – como pensamento ou discurso – que nós adotamos posições como sujeitos da fala e do pensamento.⁵⁵

Identificar-se é estabelecer limites simbólicos⁵⁶, através de sinais diacríticos, com a finalidade de distinguir-se do outro, pela expressão, num processo dialético de identidade/alteridade. Assim, não se pode falar em identidade, sem falar em diferença, pois são processos inseparáveis que se criam cultural, social e simbolicamente (SILVA, 2000). De acordo com Kehl (1996), quando falamos em diferença estamos falando de produção de identidades. Identidade e diferença também não são fenômenos isolados; pelo contrário, convivem em campos de poder e de hierarquia: "a identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora" (SILVA, 2000, p. 82). Como consequência dos processos de pertencer e de não pertencer, de incluir e de excluir, organizam-se as identidades culturais em oposições binárias, as quais devem ser problematizadas e não aceitas como verdades absolutas (SILVA, 2000). Um dos questionamentos importantes a serem feitos a fim de problematizar questões de identificação e diferenciação dentro das relações de poder diz respeito à normalização de algumas identidades e à discriminação e exclusão de outras. Atribuem-se características positivas a determinadas identidades, que passam a ser vistas como normais e naturais: é normal ser branco e heterossexual, por exemplo. O que foge a essa norma é visto como o outro, o

⁵⁵ Do original: "post-structuralism takes issue with the Cartesian subject, theorizing subjectivity (defined as our conscious and unconscious sense of self, our emotions and desires) as an effect of language. Rational consciousness is only one dimension of subjectivity. It is in the process of using language – whether as thought or speech – that we take up positions as speaking and thinking subjects" (WEEDON, 2003, p. 126).

⁵⁶ Para Barth (1998), fronteiras simbólicas.

diferente: "o outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente" (SILVA, 2000, p. 97). Uma perspectiva pós-moderna questiona, assim, não apenas a concepção de sujeito "centrado", ou sujeito iluminista, como também questiona as identidades consideradas naturais e normais que se originam em função desse sujeito que se considera fixo, estável e uniforme:

a essa contestação do indivíduo unificado e coerente se vincula um questionamento mais geral em relação a qualquer sistema totalizante ou homogeneizante. [...] O centro já não é totalmente válido. E, a partir da perspectiva descentralizada, o "marginal" e aquilo que vou chamar de "ex-cêntrico" (seja em termos de classe, raça, gênero, orientação sexual ou etnia) assumem importância à luz do reconhecimento implícito de que na verdade nossa cultura não é um monólito homogêneo (isto é, masculina, classe média, heterossexual, branca e ocidental) que podemos ter presumido. O conceito de não-identidade alienada (que se baseia nas oposições binárias que camuflam hierarquias) dá lugar, [...], ao conceito de diferenças, ou seja, à afirmação não da uniformidade centralizada, mas da comunidade descentralizada" (HUTCHEON, 1991, p. 29).

Essa descentralização, decorrente das mudanças da pós-modernidade, tem tornado cada vez mais complexa a tarefa de definir a identidade (HALL, 2005). Essas mudanças, além de fragmentarem o que anteriormente era considerado sólido – como noções de pertencimento a uma classe, a um gênero, a uma sexualidade, a uma etnia, a uma raça ou a uma nacionalidade –, têm fragmentado as identidades culturais e pessoais dos sujeitos:

estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo descentramento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo. (HALL, 2005, p. 9).

A identidade é um fenômeno sociocultural (OLIVEIRA, 2006) e múltiplo, visto que está relacionada a múltiplas interações sociais (NASCIMENTO et al., 2007). Hall (2005) argumenta que, com a pós-modernidade, as identidades não só se tornaram fragmentadas como também, algumas vezes, contraditórias, devido às múltiplas interações sociais. O sujeito pós-moderno não possui uma única identidade fixa: "à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente" (HALL, 2005, p. 13). Segundo Arendt (2012, p. 89), "a identidade do indivíduo resulta dessas identificações construídas no tempo e no espaço, na interação com diferentes pessoas e objetos. As identificações podem ser, em razão disso, temporárias, flutuantes e flexíveis, e não monolíticas, rígidas e eternas". De acordo com Hall (2000), a identidade não é um núcleo estável que existe independentemente da história. Se

não existe independentemente da história, tampouco existe totalmente dependente dela. Na constituição da identidade, estão em jogo não só as relações de poder, os aspectos sociais, simbólicos e históricos, mas também a individualidade de cada um, a agência do eu, a que chamamos subjetividade: "a produção dos sujeitos é um processo plural e também permanente. Esse não é, no entanto, um processo do qual os sujeitos participem como meros receptores, atingidos por instâncias alheias. Ao invés disso, os sujeitos estão implicados e são participantes ativos na construção de suas identidades" (LOURO, 2001, p. 25).

Dentre as identidades possíveis de serem construídas na vida de um ser humano, está a identidade de gênero, "entendida como uma relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo" (BUTLER, 2008, p. 39). De acordo com Butler (2008, p. 37), "seria errado supor que a discussão sobre a 'identidade' deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as 'pessoas' só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero". Seria errado, ainda, supor que o gênero é apenas culturalmente imposto ao sujeito (BUTLER, 2008). A identidade de gênero é tanto pessoal/individual quanto coletiva/cultural, é tanto autorrepresentação quanto representação (LAURETIS, 1994). Segundo Adelman (2002, p. 57), "a identidade de gênero tem, portanto, sua importância cultural, mas não fixa atitudes, escolhas nem posturas frente à vida, que se entendem só através da sua fusão com a individualidade". A subjetividade, logo, é fundamental para a constituição da identidade de gênero, juntamente com os aspectos culturais aos quais o gênero está relacionado. Muitas vezes, a percepção que o indivíduo possui da sua identidade sexual não está em conformidade com a percepção que a sociedade tem de seu gênero. Isso ocorre, principalmente, em função da exigência que, historicamente, procurou aliar sexo biológico a posições sócio-histórico-culturais pré-determinadas. Surgem, assim, não só crises de identidade, mas também crises de identidade de gênero: o que o sujeito entende quanto à sua sexualidade nem sempre vai ao encontro do que a sociedade – inserida em sistemas dominantes de representação – acredita que o sujeito deveria entender.

Assim, identidade e subjetividade precisam ser analisadas de forma conjunta para uma percepção mais ampla das relações protagonizadas pelos sujeitos, incluindo as relações de gênero. De acordo com Woodward (2000, p. 18-19), "a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade". A autora (2000, p. 55-56) defende que identidade e subjetividade são fenômenos sobrepostos, porém, diferentes entre si:

"subjetividade" sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre "quem nós somos". A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. A subjetividade inclui as dimensões inconscientes do eu, o que implica a existência de contradições [...]. A subjetividade pode ser tanto racional quanto irracional. Podemos ser – ou gostaríamos de ser – pessoas de cabeça fria, agentes racionais, mas estamos sujeitos a forças que estão além de nosso controle. O conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições específicas de identidade. Ele nos permite explicar as razões pelas quais nós nos apegamos a identidades particulares.

Bordini (2006, p. 149) também observa relações entre a subjetividade e a identidade, à medida que estabelece:

o sujeito, para constituir-se como indivíduo, necessita ter a sua identidade reconhecida, mas esse próprio movimento que o leva a identificar-se com esse ou aquele, ao longo da vida, para ser aceito e sentir a si mesmo como uno, indica que carece de reconhecimento e de unidade. Assim, a identidade, vista culturalmente, é um processo de subjetivação marcado por contradições, por identificações provisórias, movidas por contextos nacionais, culturais, econômicos, de gênero, de classe social, de raça, de etnia, de idade, de posição política e religiosa.

Segundo Kehl (1996), embora a subjetividade e identidade humana sejam complementares, há que se fazer uma distinção entre elas. A marca identitária – formada pelas esferas cultural, social, histórica e simbólica – por si só não é capaz de definir completamente a agência do sujeito. Cada indivíduo é dotado de personalidade e vontades próprias. A identidade é incapaz de definir totalmente a subjetividade humana: "esperar que a marca identitária dê conta da subjetividade, que a pertinência a um grupo defina, por exemplo, para os indivíduos, os caminhos a serem percorridos pelo desejo e o objeto de sua satisfação, é a meu ver um dos modos contemporâneos de alienação" (KEHL, 1996, p. 12).

As crises de identidade de que falam Woodward (2000) e Hall (2005) surgem, principalmente, quando as identidades que assumimos, em função da vida moderna, entram em conflito, em contradição. Para Zinani (2013, p. 58),

a identidade não é um elemento colocado *a priori*. Ela se estrutura através da interação do sujeito com a sociedade, evidenciando-se essa interação por meio das práticas sociais, as quais lhe conferem um caráter polifônico. Como produto de interações, a identidade se organiza através de um sistema de representações, daí sua relação com o simbólico, pois, tal como a realidade, a identidade é uma construção simbólica. Com a evolução da sociedade e do pensamento filosófico, o conceito de sujeito sofreu transformações significativas desde a concepção antiga, que postulava a imanência entre sujeito e identidade, até a fragmentação do sujeito pós-moderno, devido a mudanças estruturais que estão transformando as sociedades modernas, com a consequente multiplicidade dos papéis sociais e o abalo das identidades pessoais.

Crise de identidade, identidades em conflito e abaladas e subjetividade estão representadas desde as primeiras páginas de *Duas iguais* (2004). No intuito de analisar a questão identitária e subjetiva da personagem feminina Clara, faz-se necessário analisar tanto os aspectos culturais, sociais e históricos que compõem a(s) identidade(s) coletiva(s) da protagonista, quanto as experiências subjetivas por ela vivenciadas, componentes de sua identidade pessoal.

Analisando a identidade pessoal de Clara, mediada pela subjetividade, em relação às identidades coletivas com as quais ela se identifica, é preciso retomar as discussões sobre sexualidade, visto que, de acordo com Lauretis (1994, p. 228) "a subjetividade e a experiência femininas residem necessariamente numa relação específica com a sexualidade". Assim como a identidade, a sexualidade "não é uma condição, muito menos uma condição permanente e imutável, mas um processo, cheio de tentativas e erros, viagens exploratórias arriscadas e descobertas ocasionais, intercaladas por numerosos tropeços, arrependimentos por oportunidades perdidas e alegrias por prazeres ilusórios" (BAUMAN, 2004, p. 75). Entendendo a sexualidade, a subjetividade e a identidade como processos, é possível compreender e analisar a constituição do sujeito feminino em *Duas iguais* (2004).

Clara ama e deseja uma mulher, o que constitui, assim, sua homossexualidade. A experiência do corpo, nesse sentido, é responsável por aliar a subjetividade individual à identidade sexual. É o corpo desejante da protagonista por uma pessoa do mesmo sexo que vai definir sua sexualidade: "o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para a identidade sexual" (WOODWARD, 2000, p. 15). Isso não implica, porém, que, diante de um corpo que protagoniza relações homoeróticas, se assuma, automaticamente, uma identidade pessoal e coletiva que também protagonize, socialmente, relações homossexuais. Clara poderia, diante da compreensão e da percepção da sua homossexualidade, assumir uma identidade homossexual. No entanto, não é o que ocorre, porque, conforme visto anteriormente, pode haver contradições entre o desejo do indivíduo enquanto sujeito e a imagem que esse mesmo indivíduo quer assumir ou necessita assumir em função da exigência de suas outras identidades coletivas: "o sujeito é construído nas práticas sociais, a partir de uma perspectiva dialética entre exterior e interior. O sujeito se constitui pela imagem que os outros fazem do indivíduo, aliada à representação que o indivíduo faz de si mesmo" (ZINANI, 2012, p. 88). A imagem que Clara faz de si mesma – uma adolescente que deseja e ama outra menina – não coincide com a imagem que gostaria que a família – representada pela figura do pai – e a sociedade – representada pelos colegas da escola e de

trabalho e pela comunidade judaica – tivessem dela. Surge, assim, a crise identitária, pois a identidade é a "imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros." (POLLAK, 1992, p. 5). Diante de um período de ditadura, pertencente a uma comunidade e a uma família tradicional judaica, a imagem que Clara quer veicular não coincide com a sua subjetividade.

O fato de Clara não assumir sua identidade sexual também está ligado à dificuldade que demonstrou, durante a vida, em tomar decisões e fazer escolhas por si própria. Desde a infância, a jovem recorria ao pai quando necessitava de respostas e, após a morte dele, em todos os momentos de dúvida, Clara sente a falta do pai: "desejava as respostas – ele o dono de todas as respostas, todas, mesmo aquelas não reveladas" (MOSCOVICH, 2004, p. 60); "com que direito meu pai me faltava justo numa hora daquelas?" (MOSCOVICH, 2004, p. 111). Quando lhe é oferecido, na noite de sua formatura, um emprego em um jornal, embora se tratando de uma ótima oferta e algo que almejasse, Clara não aceita prontamente o convite. Somente no dia seguinte, à mesa, com a mãe e os irmãos, toma a decisão de aceitar a oferta, mesmo sabendo que o correto seria tê-la aceito ainda na noite anterior. Conclui-se que o motivo de não tê-lo feito de imediato está relacionado à sua insegurança e à falta da presença do pai para dizer-lhe como agir: "precisei que ele estivesse ali para me perguntar por que eu não concordara de pronto com o oferecimento do professor [...] O que me detivera até aquele momento?" (MOSCOVICH, 2004, p. 114). A resposta a essa pergunta encontra-se no fato de que, diante das importantes decisões e escolhas que deveria fazer, Clara não consegue agir de forma autônoma, porque sempre buscara na figura paterna as respostas e a aprovação às suas atitudes:

Clara faz escolhas a partir de uma identificação com a figura paterna, entendendo que, talvez, seu prazer maior esteja mais envolto do desejo de poder agradar e ser aprovada por esse pai, do que olhar efetivamente para seus próprios desejos. [...] isso reforça o quanto suas atitudes estão determinadas pela necessidade de aceitar e priorizar os desejos paternos. (WAGNER, 2010, p. 250).

Além de não saber se deveria aceitar o emprego ou não, Clara também não sabia se deveria aceitar o pedido de casamento de Vítor e, principalmente, não sabia se deveria assumir sua subjetividade e sua identidade sexual, investindo, ou não, no relacionamento com Ana. A incerteza parece dominar os pensamentos e os sentimentos da protagonista durante a narrativa. De acordo com Bauman (2004, p. 29), "'estar num relacionamento' significa muita dor de cabeça, mas sobretudo uma incerteza permanente. Você nunca poderá estar plena e

verdadeiramente seguro daquilo que faz – ou de ter feito a coisa certa ou no momento preciso". Mesmo sabendo que desejava Ana, Clara opta por aceitar afastar-se dela; opta, além disso, por aceitar o pedido de casamento sem estar apaixonada por Vítor: "isso reforça que ela não consegue olhar para si própria primeiramente, ficando presa ao olhar do *outro* para se constituir como sujeito" (WAGNER, 2010, p. 251). *O outro*, nesse sentido, pode ser representado pelo pai de Clara que, desde a infância da filha, fora o ponto de referência para ela. *O outro* pode ser representado também pela sociedade em que Clara vive, uma comunidade regional judaica, que preconiza determinados preceitos judaicos, entre os quais está a formação de uma família que dê conta dos negócios, dos costumes e das tradições. *O outro* pode, ainda, referir-se à época histórica da ditadura militar em que Clara vive, período de repressão a quaisquer formas de expressão, período de cerceamento de direitos. De acordo com Woodward (2000, p. 30), mesmo sendo sujeitos possuidores de vontade própria, "somos posicionados – e também posicionamos a nós mesmos – de acordo com os 'campos sociais' nos quais estamos atuando". Clara posiciona-se, a partir do olhar do outro e não do seu próprio desejo, o que acaba pesando sobre sua subjetividade. Para Bauman (2005, p. 44), há indivíduos que constituem e assumem suas identidades à vontade, porém, há as identidades pessoais abaladas provenientes daqueles indivíduos que

tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar suas preferências e que, no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam.

Clara não manifesta sua preferência sexual, provavelmente, porque assumir a homossexualidade, em um contexto de ditadura militar, em uma comunidade judaica, em uma família tradicional, significa assumir fazer parte de um grupo estigmatizado e estereotipado. Wagner (2010, p. 258), aponta que "muitas mulheres podem reprimir seus desejos sexuais ou deles fugir, em função do lugar ainda relacionado à anormalidade que a homossexualidade ocupa no contexto social". A personagem prefere, assim, abrir mão de sua verdadeira sexualidade, viver seu amor em silêncio e em segredo e casar-se com Vítor. Essa escolha implica, no entanto, uma vida infeliz: "minha sina parecia ser a eterna perplexidade diante da força dos erros repetidos" (MOSCOVICH, 2004, p. 202).

Ainda assim, a protagonista é capaz de olhar para si mesma e assumir sua subjetividade, seus sentimentos e emoções, no momento em que está diante da possível perda da pessoa amada. As emoções vivenciadas pelo ser humano são fundamentais na constituição da subjetividade, uma vez que,

além de prerrogativas do ser humano, são reações de cunho afetivo que provêm das camadas mais profundas do ser, sendo, também, muitas vezes, responsáveis pela realização de atos que independem da racionalidade. No entanto, a integração da personalidade pressupõe a administração adequada das emoções, a fim de reduzir os conflitos e tornar possível a existência com maior produtividade. As emoções não podem nem devem ser negadas, mas, vividas equilibradamente, de maneira a não comprometer as estruturas psíquicas envolvidas e possibilitar a constituição da identidade. (ZINANI, 2013, p. 134).

No momento em que Clara deixa de negar suas emoções, ela arrepende-se dos erros, e, diante do sofrimento, decide assumir seus sentimentos por Ana e separar-se do marido, visto que finalmente entende "que o futuro muda, sim, o passado" (MOSCOVICH, 2004, p. 199). Após o reencontro, as duas conseguem viver ainda alguns poucos momentos de amor e desejo antes da morte de Ana: "e nos abraçamos as duas, desesperadas, tremendo de medo, as duas com medo igual, as duas com pavor igual. Nós que sempre fôramos tão iguais" (MOSCOVICH, 2004, p. 232). Porém, a morte não só põe fim à possibilidade de uma futura – anteriormente adiada – realização amorosa, como também causa ainda maior sofrimento e arrependimento nos próximos anos da vida de Clara. De acordo com Bauman (2004, p. 66),

não importam o horror e a repulsa com que recordamos ou evocamos os preços pagos e as perdas sofridas no passado – as perdas suportadas hoje e os preços a serem pagos amanhã são os que mais incomodam e magoam. Não há sentido em comparar os sofrimentos do passado e do presente, tentando descobrir qual deles é menos suportável. Cada angústia fere e atormenta no seu próprio tempo.

Atormentada diante da perda de seu único e grande amor, Clara narra, repetidamente, a sua própria história: "nunca mais, nos muitos anos que se seguiram, deixei de contar a mim mesma o ocorrido, narrativas reflexivas cheias de imprecisões e de fantasias impacientes" (MOSCOVICH, 2004, p. 251). Segundo Sarlo (2007, p.19), a pessoa narra a sua vida "para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada". A narração das memórias, assim, contribui para a constituição de Clara enquanto sujeito e permite que assuma, para si mesma, sua identidade. Embora a narrativa termine logo após a morte de Ana, é possível perceber que esse acontecimento resultou em um aprendizado para Clara, expresso através de uma citação (contida também na epígrafe de *Duas iguais*), retirada do livro *Inscrito no corpo*, de Jeanette Winterson (1996)⁵⁷:

mas algo eu soube desde então, a certeza perplexa e insofismável que sempre sucede os equívocos. Passei a reverenciar isso, minha única certeza, e a repeti-la e repeti-la para que nunca mais a força dos erros sucessivos se abatesse sobre mim. Eu soube: *o amor exige expressão*. Ele não pode permanecer quieto, não pode permanecer calado, ser bom e modesto; não pode, jamais, ser visto sem ser ouvido. O amor deve

⁵⁷ Além da intertextualidade com as palavras da epígrafe, há outros elementos que aproximam o romance *Duas iguais* e *Inscrito no corpo*, de Jeanette Winterson. No romance britânico, também há a questão da doença da pessoa amada e das metáforas associadas ao corpo, além do fato de o narrador não conseguir dizer as três palavras - eu te amo -, como acontece com Clara, em *Duas iguais*.

ecoar em bocas de prece, deve ser a nota mais alta, aquela que estilhaça o cristal e que entorna todos os líquidos. (MOSCOVICH, 2004, p. 252, grifo nosso).

O amor, na vida de Clara, é sinônimo de subjetividade e identidade. Logo, se a personagem compreendera que o amor exige expressão, é porque compreendera que a identidade exige expressão, tomada de decisões e, acima de tudo, coragem para enfrentar as consequências dessas decisões, principalmente, quando as escolhas contradizem o que é socialmente esperado do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É por isso mesmo que torna-se [sic] cada vez mais urgente encarar as "diferenças" de gênero geradas pelas práticas de poder e exclusão que ainda operam na nossa sociedade e que impedem que cada um(a) de nós tenha plenas chances de "trabalhar e amar", de se aproximar um pouco mais da grande utopia da felicidade.

Miriam Adelman.

No intuito de desconstruir discursos hegemônicos tomados por naturalizações e legitimações que colocam diferentes culturas em posições hierárquicas distintas, privilegiando umas sobre outras, os estudos culturais têm, desde o final do século passado, contribuído para a busca por sociedades mais justas e igualitárias. Nessa busca, a luta pela igualdade de gênero foi – e ainda é – de fundamental importância, uma vez que a diferença de gênero tem sido, historicamente, responsável por gerar outras diferenças em uma série de esferas, todas relacionadas ao binarismo masculino/feminino. Atribuindo poderes – materiais, mas, sobretudo, simbólicos (BOURDIEU, 2003) – desiguais aos elementos desse binarismo, homens e mulheres ocuparam de maneira diferente as esferas sociais, culturais e históricas.

Na literatura, a diferença de gênero foi o principal elemento que propiciou a inclusão majoritária de nomes de escritores homens no cânone literário, como se fossem os únicos mercedores de prestígio. Mais do que isso, a desigualdade de gênero desvalorizou e até mesmo desconsiderou a escrita feminina e, conseqüentemente, a identidade feminina, por muito tempo. Os estudos culturais e os estudos culturais de gênero, porém, contribuíram de forma ímpar para que essa desvalorização, gradativamente, fosse diminuída. Graças a esses estudos que, desde o seu surgimento, têm discutido e reivindicado, no mundo todo, maior igualdade entre homens e mulheres, escritores e escritoras podem, hoje, ser valorizados literária e esteticamente pelo que produzem, sem que o seu gênero seja motivo de julgamentos e estigmatizações *a priori*.

Dialogando com os estudos culturais, o surgimento da crítica literária feminista contribuiu para o alargamento da participação da mulher na literatura. Foi através desses estudos que obras de escritoras mulheres, antes pouco consideradas pela crítica, passaram a ser analisadas, discutidas e, conseqüentemente, difundidas mais amplamente no meio literário e cultural. Juntamente com essas análises, a questão da *identidade feminina*, historicamente marcada por uma atribuição de inferioridade, recebeu maior visibilidade. Essa maior visibilidade da mulher e de sua identidade contribuiu muito e ainda tem muito a contribuir na busca da igualdade de gênero. Nota-se, logo, a correspondência da agenda dos estudos

culturais de gênero e da crítica literária feminista: ambos possuem o objetivo de ampliar o espaço que outrora fora negado às mulheres.

As discussões em torno do tema *identidade* são de profunda importância, ainda, porque é o sentimento de identidade que faz com que os indivíduos se sintam pertencentes a determinadas culturas (HALL, 2005), grupos, comunidades. Esse sentimento de pertença, embora também se manifeste de forma material, é, em grande parte, um processo simbólico que, por meio de representações do imaginário e, portanto, subjetivas, estabelece relações de identificação e pertencimento a uma esfera coletiva. O gênero, logo, é elemento fundamental da subjetividade e da identidade – pessoal e coletiva – de cada ser humano.

As representações de sujeitos femininos presentes em obras escritas por mulheres, na contemporaneidade, têm trazido à tona a questão da identidade e da subjetividade não só de mulheres, mas também de homens, que não mais se incluem na categoria de portadores de identidades fixas e imutáveis (HALL, 2005). São sujeitos com experiências plurais, vivenciadas em esferas plurais. A análise desses sujeitos, representados literariamente, contribuiu para que se pensem os sujeitos reais das sociedades contemporâneas. Contribui, em última análise, para que essas sociedades sejam mais compreensivas e tolerantes às diferenças – de gênero, de etnia, de classe social, de religião, de escolaridade, de orientação sexual.

Cíntia Moscovich tem se destacado, na literatura sul-rio-grandense e nas letras do país, não só devido ao valor estético das suas produções, que já receberam vários prêmios, mas, principalmente, por dar voz, nas suas narrativas, a diferentes representações de sujeitos. Sem o objetivo de construir um discurso engajado, esses sujeitos, na maioria das vezes, representam grupos minoritários (como judeus e homossexuais), que vivenciam experiências de autoconhecimento, de amadurecimento e de compreensão de si e do outro. Eles deixam transparecer, nas páginas escritas por Cíntia, sua subjetividade, proporcionando ao leitor, muitas vezes, a possibilidade de identificação e reconhecimento de si nas narrativas.

O processo de autoconhecimento, amadurecimento e compreensão de si e do outro é o eixo de construção de *Dois iguais*, romance que retrata os dilemas vividos por Clara, da adolescência à vida adulta. Apaixonada pela melhor amiga, Ana, Clara é mulher e judia, características que influenciam a construção de sua identidade frente aos obstáculos que precisa enfrentar, todos consequentes dos binarismos presentes no contexto em que está inserida: masculino/feminino, heterossexual/homossexual, judeu/não-judeu, conservadorismo/liberalidade, preconceito/aceitação.

Esses obstáculos na vida de Clara são enfatizados, no texto, através de algumas situações marcantes, como a descoberta do amor por uma pessoa do mesmo sexo, a percepção

do preconceito dos outros em relação a esse amor, a morte do pai e a consequente perda da segurança garantida por ele. A protagonista, em tom confessional, conversa, ora com o leitor, ora com Ana, ora consigo mesma, tentando organizar seus sentimentos frente aos dilemas pelos quais passa. Percebe, ao longo dos acontecimentos e de seu processo de autoconhecimento, que não há amor sem medo, que não há mudança sem as dúvidas causadas pela insegurança.

O mundo adulto de Clara e Ana atenua o sofrimento consequente do amor vivenciado na adolescência. O peso das tradições, marcadas pelo conservadorismo, provenientes do universo onde a protagonista está inserida – uma comunidade regional tradicional judaica, em Porto Alegre –, leva a protagonista a tomar certas atitudes que não condizem com aceitação da sua identidade e da sua subjetividade.

É, principalmente, na vida adulta, que Clara se percebe como sujeito diante do mundo, precisando agir sobre ele e sobre si mesma, ainda que isso implique dor. No entanto, em muitos momentos, a influência do preconceito e das tradições acaba impossibilitando a manifestação da subjetividade, através do amor homoafetivo, visto que esse foge aos padrões preestabelecidos naquele contexto. As relações sociais protagonizadas por Clara – na família, na escola, na comunidade judaica, no trabalho – são cerceadoras, mas não impedem que a personagem busque o alcance do autoconhecimento e do amadurecimento pessoal.

Nesse sentido, uma vez que a análise da identidade feminina, uma construção social, exige também a análise do contexto de construção dessa identidade (HOLLANDA, 1994), este estudo procurou analisar o contexto de inserção da personagem feminina na obra *Duas iguais*. Retomando a questão que originou esta pesquisa – "o sistema patriarcal, representado no contexto sócio-histórico-cultural da obra *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich, influencia a construção de identidade e subjetividade da personagem feminina?" –, é possível concluir que, apesar da visível influência do contexto, marcado pela supremacia paterna, pelos preceitos judaicos e pela ditadura militar brasileira, a personagem Clara atinge, ao final do romance, o amadurecimento subjetivo e a consequente construção de sua identidade. O processo de autoconhecimento ocorre, justamente, na relação que Clara estabelece entre si e o mundo que a cerca, mundo este marcado por uma série de preconceitos e tradições que, embora façam com que a personagem se omita, muitas vezes, na busca do amor e da felicidade, contribuem, ao mesmo tempo, para que ela cresça e perceba a necessidade da expressão, em todos os sentidos, mas, principalmente, no que tange à subjetividade e ao amor.

Para a análise do processo de constituição identitária de Clara, foi necessário explorar as diferentes temáticas da narrativa, todas, em maior ou menor escala, participantes desse

processo. Entre elas, analisou-se a questão histórica da ditadura militar, responsável pelo clima de medo que imperava na escola onde Clara e Ana estudavam quando adolescentes. A falta de apoio do pai da protagonista quando essa decidira tornar-se jornalista também pode ser atrelada ao momento histórico vivido, marcado pela censura à imprensa.

Analisou-se, ainda, a importância da memória nos relatos de Clara, uma memória marcada pelos resquícios do Holocausto e pelas perseguições e diásporas vividas por seus antepassados. A memória tem papel fundamental na narrativa, ainda, porque é ela que garante a manutenção das tradições judaicas no âmbito familiar de Clara: o preparo das refeições, os ritos do funeral, o cumprimento do levirato, a continuação dos negócios pelos filhos, a preferência por um casamento entre noivos judeus. Todos esses costumes são praticados graças à memória coletiva que une os membros da comunidade judaica. Observou-se, também, a relação nação/região que define o espaço em que a personagem se encontra, uma comunidade regional judaica que ressignifica a nação, mantendo, mesmo com o surgimento de novos costumes e o abandono de outros, a marca cultural da judeidade.

A partir de uma retomada histórica do conceito de patriarcalismo, não só no contexto judaico, mas em grande parte das sociedades ocidentais, apontou-se a presença da figura paterna na vida de Clara, presença que influencia a (não) tomada de decisões da protagonista. A figura do pai é, em muitos momentos, ambígua, no entendimento de Clara: ao mesmo tempo em que o admira e necessita da sua opinião, percebe que seu posicionamento dominador a impede de agir em busca da realização amorosa.

Retomando-se, brevemente, a história da sexualidade, cujas dimensões são diferentes para homens e mulheres, mostrou-se como a homossexualidade foi e é motivo de preconceito nas diferentes sociedades, bem como o fato de o casamento heterossexual ainda ser visto como a única opção condizente com os padrões da normalidade. Devido a esse preconceito e, talvez, à necessidade de ser aceita, socialmente, Clara chega a realizar um matrimônio heterossexual, cujo sucesso, obviamente, não se confirma, pois nunca conseguiu superar os sentimentos que nutria pela melhor amiga, desde a adolescência.

Numa retomada do conceito de *amor*, procurou-se mostrar a dimensão desse sentimento na vida da protagonista e sua influência no processo de afirmação da identidade e da subjetividade de Clara. Somente no momento em que a protagonista percebe que o amor demanda expressão e reverência coletiva, há a aceitação de si mesma e a decisão de assumir o amor que sente por Ana. Trata-se do momento em que o processo de autoconhecimento, autoaceitação e amadurecimento é concluído e, como consequência, ocorre a constituição da

subjetividade e da identidade de Clara, posto que grande parte dos elementos a elas relacionados se devem à presença do sentimento amoroso na trajetória da protagonista.

A não realização do amor é o fio condutor da narrativa, aliado à dificuldade que o ser humano possui de vivenciar os seus desejos plenamente. A partir dessa temática, protagonizada por um sujeito feminino, a obra *Duas iguais* leva o leitor a refletir até que ponto é válido abrir mão dos anseios em função das normas sociais e culturais preestabelecidas nos contextos em que vivemos. O preconceito em relação à homossexualidade, a necessidade de agir em conformidade com o que se espera da protagonista são, sem dúvida, motivos que impedem o alcance de sua felicidade. Embora seja uma representação ficcional, a trajetória de Clara, em *Duas iguais*, revela o que, muitas vezes, se observa na realidade: seres humanos abrindo mão da conquista que mais almejam – a felicidade – em função das relações de gênero, que ainda cerceiam direitos, estigmatizam e naturalizam preconceitos em relação a homens e mulheres, e suas respectivas orientações sexuais.

Objetivou-se analisar e interpretar *Duas iguais*, nesta dissertação, a fim de contribuir para os estudos que discutem as representações femininas, na literatura. Sabe-se que, de acordo com Pozenato (2003), toda interpretação é limitada e transitória, jamais definitiva, e, em função disso, essa pesquisa não teve a intenção de encontrar todas as respostas, tampouco de postular conclusões definitivas, ou, como traz a epígrafe desta dissertação, de dizer a verdade. Pelo contrário, o processo de pesquisa e os resultados baseiam-se, sobretudo, na reflexão acerca da representação da identidade do sujeito feminino e sua relação com o contexto que o cerca. Acredita-se que, através da discussão e da maior reflexão acerca das relações de gênero, poder-se-á, um dia, alcançar a tão almejada felicidade humana, sem que o gênero seja motivo de impedimento.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. O gênero na construção da subjetividade: entendendo a "diferença" em tempos pós-modernos... In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. (Org.). *Gênero plural coletânea: um debate interdisciplinar*. Curitiba: UFPR, 2002. p. 49-60.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDETT, João Claudio. Contribuições alemãs para o estudo das literaturas regionais. *Pandaemonium Germanicum*, n. 17, São Paulo, 2011. p. 217-238. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pg/n17/a12n17>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

_____. Do outro lado do muro: regionalidades e regiões culturais. RUA [online]. 2012, n. 18, v. 2, p. 82-99. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=136>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

_____. *Notas sobre literatura regional: perspectivas conceituais*. Berlim, 2013. (Manuscrito)

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Trad. de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. (Org.). *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

AUSUBEL, Nathan. *Conhecimento judaico*. Rio de Janeiro: A. Koogan, 1989. 2 v.

BARCIA, Pedro Luis. Hacia um concepto de la literatura regional. In: CASTELLINO, Marta Elena; RIVERO, Gloria Videla de. (Org.). *Literatura de las regiones argentinas*. Mendoza: Universidad Nacional Del Cuyo, 2004, p. 25-45.

BARROS, Edgard Luiz de. *Os governos militares*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998. p. 187-228.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 607-639.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 2.

BERUMEN, Humberto Félix. *La frontera en el centro: ensayos de literatura*. Mexicali, Baja California: Universidad Autónoma, 2005.

BORDINI, Maria da Glória. A personagem na perspectiva dos estudos culturais. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 135-142, set. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/ojs/index.php/fale/article/view/622/453>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. 6. ed. Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 107-132.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 7. ed. Trad. de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 2005.

_____. *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDOLT, Marlene Rodrigues. *O eu em O rio do meio de Lya Luft num discurso representativo da condição feminina*. 2005, 77 f. Dissertação (Mestrado em História da Literatura). Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2005.

BROYDE, Michael J.; AUSUBEL, Michael. *Marriage, sex and family in Judaism*. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2006.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAMPELLO, Eliane T. A. A escrita-mulher em: *Novela negra com argentinos*, de Luisa Valenzuela. In: NAVARRO, Márcia Hoppe. (Org.) *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. p. 97-114.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gênero. In: JOBIM, José Luiz. (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos da teoria e história literária*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2008.

CARLAN, Letícia Amaral. O sujeito comum nas crônicas de Martha Medeiros. 2012, 119 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4355>. Acesso em: 19 abr. 2014.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo nas Américas: memória e história*. São Paulo: EDUSP, 2007.

CASTAN, Nicole. O público e o particular. In: CHARTIER, Roger; ARIÈS, Philippe. *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 413-453.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Literatura e estudos culturais. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (Org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009. p. 319-325.

CIXOUS, Hélène. The laugh of the medusa. *Signs*, v. 1, n. 4, summer 1976, p. 875-893. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3173239?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21103561314187>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*. Pelotas, v. 10, 2004, 169-178.

CONCHE, Marcel. *A análise do amor e outros temas*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Bauru, SP: Edusc, 2002.

CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do Holocausto. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 123-138.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

DIAS, Selene de Souza. *As representações do corpo feminino na literatura e nas artes visuais judaicas da América Latina*. Arizona: University of Arizona, 2012. 233 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Disponível em: <<http://arizona.openrepository.com/arizona/handle/10150/247256>>. Acesso em: 8 jun. 2013.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 223-240.

DOR-SHAV, Ethan. Ecclesiastes, fleeting and timeless: part I. *Jewish Bible Quarterly*, Israel, v. 36, n. 4, out./dez. 2008, p. 211-222. Disponível em: <http://jbq.jewishbible.org/assets/Uploads/364/364_dorshav1.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2013.

DOUGLAS, Mary. *Purity and danger: an analysis of pollution and taboo*. Londres: Routledge, 2002. Disponível em: <http://www.bc.edu/bc_org/avp/cas/his/schloesser/HS041-042/fall/w04/resources/DOUGLAS_Purity-Danger.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2014.

DUARTE, Constância Lima. O cânone e a autoria feminina. In: SCHMIDT, Rita Terezinha. (Org.). *Mulheres e literatura: (trans) formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997.

_____. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

DUARTE, Eduardo de Assis. Feminismo e desconstrução: anotações para um possível percurso. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé L. *Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003, p. 427-450.

EFÉSIOS. Português. In: *Bíblia sagrada*. Trad. de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balanchin. 10. ed. São Paulo: Paulus, 1999. p. 1506.

FELDMAN, Sérgio Alberto. A mulher na religião judaica: período bíblico, primeiro e segundo Templos. *Métis: história e cultura*. Caxias do Sul, v. 5, n. 10, p. 251-272, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/810>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

FELSKY, Rita. *The gender of modernity*. Cambridge, UK: Harvard University Press, 1995.

FERREIRA, Nádia P. *A teoria do amor na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005. v. 1.

_____. *Microfísica do poder*. 12. ed. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FRAISSE, Geneviève. Da destinação ao destino: história filosófica da diferença entre os sexos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Org.). *História das mulheres no ocidente*. Portugal: Afrontamento, 1993-1995. v. 4. p. 58-95.

FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FRIDLIN, Jairo. *Sidur completo*. São Paulo: Sêfer, 1997.

FRIEDMAN, Norman. Point of view in fiction, the development of a critical concept. In: STEVICK, Philip. *The theory of the novel*. New York: The Free Press, 1967.

- FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *O outono do patriarca*. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 1975.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GEERTZ, Clifford. Por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 13-41.
- GERHARDSSON, Birger. *Memory and manuscript: oral tradition and written transmission in rabbinic judaism and early christianity*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Co., 1998.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GILBERT, Sandra M. What do feminist critics want? or a postcard from the volcano. *ADE Bulletin*, n. 66, 1980, p. 16-24.
- GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- GOTLIB, Nádia Battella. A literatura feita por mulheres no Brasil. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé L. *Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003, p. 19-72.
- GREEN, Nancy L. A formação da mulher judia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Org.). *História das mulheres no ocidente*. Portugal: Afrontamento, 1993-1995. v. 4, p. 256-275.
- GREEN, James N. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 15, p. 271-295, 2000. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=51350>>. Acesso em: 6 jan. 2014.
- GUAZELLI, César Augusto Barcellos. *História contemporânea da América Latina: 1960-1990*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GUTFREIND, Ieda. *A imigração judaica no Rio Grande do Sul: da memória para a história*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Notas sobre a cultura popular. In: _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 247-263.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Feminismo em tempos pós-modernos. In: _____. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 7-19

HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUTCHEON, Linda. *A poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

IMMANUEL, Jacob. *Quem é judeu?* Canadá: Shofas Association of América, 1987.

JAFFE, Noemi. Contos marcados por lirismo e humor. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/2939952/contos-marcados-porlirismo-e-humor#ixzz2F2F5ZqcNKn>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

KEHL, Maria Rita. *Mínima diferença: masculino e feminino na cultura*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KELLEY, Page. *Hebraico bíblico: uma gramática introdutória*. 7. ed. Trad. de Marie Ann Wangen Krahn. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1998.

KELLY, Joan. The doubled vision of feminist theory: a postscript to the "Women and Power" conference. *Feminist studies*, v. 5, n. 1, p. 216-227, Spring 1979. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3177556?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=2110453156287>>. Acesso em: 07 set. 2013.

KINSEY, Alfred C. *Conduta sexual da mulher*. Rio de Janeiro: Atheneu, 1955.

KOHEM, Fábio Lubianca; GAYER, Artur Stortti. (Org.). Contadora de histórias. In: _____. *Personalidades judaicas gaúchas: 73 histórias de vida*. Porto Alegre: Impresul, 2002. p. 112-113.

KRISTEVA, Julia. *La révolution du langage poétique*. Paris: Seuil, 1974.

KUSNETZOFF, J. C. *A mulher sexualmente feliz*. Trad. de Talita Macedo Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 286-312.

LANDMANN, Jayme. *Sexo e judaísmo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

LAUERHASS JR., Ludwig. Um cânone de quatro partes para a análise da identidade nacional brasileira. In: LAUERHASS JR., Ludwig; NOVA, Carmen. *Brasil, uma identidade em construção*. São Paulo: Ática, 2007. p. 11-24.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. *As escritoras contemporâneas e o campo literário brasileiro: uma relação de gênero*. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. 243 f. Tese (Doutorado em Literatura e Práticas Sociais). Disponível em: <http://www.gelbc.com.br/pdf_teses/Virginia_Leal.pdf>. Acesso em: 2 set. 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: _____. *O olhar distanciado*. Trad. de Carmen de Carvalho. Lisboa: Edições 70, 1986. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/6303659/O-Olhar-Distanciado-Claude-Levi-Strauss>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: _____. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 9-34.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto história*, São Paulo, n. 17, nov. 1998, p. 63-201. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria17.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa. (Org.). *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Afrontamento, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. *The sexual life os savages*. London: Routledge, 1929.

MARCHI, Diana Maria. *A literatura infantil gaúcha: uma história possível*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução de Hilda Pareto Macial e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, Maria Izilda S. de. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. (Org.). *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997. p. 83-114.

MENTLIK, Célia Szniter. As migrações e seus reflexos na cultura: alguns fatos e perspectivas sobre a imigração e a história da presença judaica no Brasil. *Métis: história e cultura*. Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p. 61-76, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/1182>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

MILLET, Kate. *Sexual politics*. Illinois: University of Illinois Press, 2000.

MOSCOVICH, Cíntia. *Duas iguais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Por que sou gorda, mamãe?* Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. *Essa coisa brilhante que é a chuva.* Rio de Janeiro: Record, 2012.

MOTT, Luiz. *O lesbianismo no Brasil.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? *Cadernos Pagu*, Campinas, p. 143-155, 2000. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/colenc.01.a09.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). *Mulheres e literatura: (trans)formando identidades.* Porto Alegre: Palloti, 1997. p. 79-89.

_____. Ana Eurídice Eufrosina Barandas. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia.* v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. p. 162-167.

NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. *Interamerican Journal of Psychology*, 2007, v. 41, n. 3, p. 359-370. Disponível em: <<http://www.psicorip.org/Resumos/PerP/RIP/RIP041a5/RIP04138.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

NAVARRO, Márcia Hoppe. Por uma voz autônoma: o papel da mulher na história e na ficção latino-americana contemporânea. In: _____. (Org.) *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995. p. 11-55.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Caminhos de identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo.* São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

OLIVEIRA, Cleidiane da Silva Vieira. A representação da alteridade na ficção luftiana. *Fórum Identidades*, a. 5, v. 9, jan-jun. 2011, p. 181-188. Disponível em: <http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_9/FORUM_V9_15.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2014.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação.* Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo.* Trad. de Maria Calvallari. São Paulo: Best Seller, 1992.

PATRICK, Julian. (Org.). *501 grandes escritores.* Trad. de Livia Almeida e Pedro Jorgensen Junior. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

PAZ, Octavio. *A dupla chama: amor e erotismo.* Trad. de Wladir Dupont. São Paulo: Siciliano, 1994.

PEREIRA, Verbena Larajeira. Gênero: dilemas de um conceito. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues. *Gênero e cultura: questões contemporâneas.* Porto Alegre: EDUPUCRS, 2004. p. 173-198.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*: Banquete. São Paulo: Martin Claret, 1999.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1-15, 1992. Disponível em: <http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2013.

POZENATO, José Clemente. *Processos culturais*: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: Educs, 2003.

QUEIROZ, V. A atividade crítica feminina: alguns pressupostos. In: SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA, 5, 1995, Natal. *Anais...* Natal: UFRN: Universitária, 1995, p. 150-155.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, v. 5, n. 4, p. 631-660, Summer 1980. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3173834?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21104573156287>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Socia*, São Paulo, v.1, 1990, p. 1-8. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v022/AS_MULHERES.pdf> Acesso em: 23 fev. 2013.

RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: _____. *Em defesa dos direitos sexuais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007. p. 111-137.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. Trad. de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. *Duas mulheres de letras*: representações da condição feminina. Caxias do Sul: Educs, 2010.

SANTOS, Rafael José dos. Relatos de regionalidade: tessituras da cultura. *Antares*: letras e humanidades, Caxias do Sul, n. 2, p. 5-26, 2009. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/viewArticle/399>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

SANTOS, Maria Medianeira dos; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Reflexões sobre identidade judaica e gênero no seu processo de (re)territorialização no Rio Grande do Sul. *Revista latinoamericana de geografia e gênero*, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 106-115, ago/dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/viewArticle/3328>>.

SANTOS, Wanessa Oliveira dos. *Memória e palavra em Cíntia Moscovich*. Rio de Janeiro: URRJ/FL, 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/SantosWO.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2014.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. Los estudios culturales y la crítica literaria en la encrucijada valorativa. *Revista de Crítica Cultural*, Santiago, n. 15, p. 32-38, 1997. Disponível em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/sarl.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 31-48, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>>. Acesso em 13 dez. 2013.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Da ginolatria à genologia: sobre a função teórica e a prática feminista. In: FUNCK, Susana Bornéo. (Org.). *Trocando ideias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. p. 23-32.

_____. Delfina Benigna da Cunha. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000, p. 119-144.

_____. Clarice Lispector e Margaret Atwood: nomear o não-dito. In: _____. (Org.). *A ficção de Clarice: nas fronteiras do (im)possível*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2003, p. 178-203.

SCHWANITZ, Dietrich. *Cultura geral: tudo o que se deve saber*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

SCHWANTES, Cíntia. Em nome da igualdade. In: PIRES, Maria Isabel Edom. (Org.). *Formas e dilemas da representação da mulher na literatura contemporânea*. Universidade de Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2008, p. 11-18.

SCLIAR, Moacyr. *Abc do mundo judaico*. São Paulo: Edições SM, 2007.

SCOTT, Joan W. Gender: a useful category of historical analyses. In: _____. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1993.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 15-42.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: _____. (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 45-58.

SELTZER, Robert M. *Povo judeu, pensamento judaico: a experiência judaica na história*. Rio de Janeiro: A. Koogan, 1990. 2 v.

SENNET, Richard. *Carne e pedra*. Trad. de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.

- SCHÜLER, Donaldo. *A poesia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.
- SILVA, Vera Maria Tietzmann (Org.). *Nas malhas da rede narrativa: estudos sobre Lygia Bojunga Nunes*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2002.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Three women's texts and critique of imperialism. *Critical Inquiry*, v. 12, n. 1, 1985. p. 243-261. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1343469?uid=2&uid=4&sid=21104336363393>>. Acesso em 3 mar. 2014.
- SOARES, Pedro Maia. Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835-1945). In: BRUSCHINI, Maria C.; ROSEMBERG, Fúlvia. (Org.). *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jena-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do corpo: as mutações do olhar: o século XX*. 3. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alvez. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 109-154.
- SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto: 2012. p. 218-237.
- SOUZA, L. Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In: TRINDADE, Z. A.; SOUZA, L. (Org.). *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 57-74.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 401-442.
- THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Org.). *História das mulheres no ocidente*. Portugal: Afrontamento, 1993-1995. v. 5. p. 7-23.
- THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, p. 7-23. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6609/3932>>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- TIMÓTEO. Português. In: *Bíblia sagrada*. Trad. de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balanchin. 10. ed. São Paulo: Paulus, 1999. p. 1531.
- TOPEL, Marta F. As leis dietéticas judaicas: um prato cheio para a antropologia. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, a. 9, n. 19, jul 2003, p. 203-222. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n19/v9n19a08.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 115-140.

VARGAS LLOSA, Mario. *A Festa do Bode*. São Paulo: Mandarim, 2000.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Erechim/RS: Edelbra, 1999.

WAGNER, Tânia Maria Cemin. A personagem feminina e a sexualidade. In: ZINANI, Jeanine Cecil Albert; SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. (Org.). *Mulher e literatura: história, gênero, sexualidade*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010. p. 245-259.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2009. 2 v.

WEEDON, Chris. Subjects. In: EAGLETON, Mary. (Org.). *A concise companion to feminist theory*. London: Blackwell publishing, 2003.

WEINHARDT, Marilena. O lugar da ficção histórica na literatura brasileira contemporânea. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA LITERATURA, 7., 2008. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 2008.

WINTERSON, Jeanette. *Inscrito no corpo*. Trad. de Júlio Banderia. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

WITTIG, M. *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon, 1992.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ZILBERMAN, Regina. A mulher: escritora e personagem. In: _____. *Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 74-93.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *História da literatura: questões contemporâneas*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.

_____. *Literatura e gênero: a construção da identidade feminina*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2013.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert; SILVA, Gisela Cardoso da. *Dois iguais*, de Cíntia Moscovich: um feminino particular. In: ZINANI, Cecil Jeanine Albert; SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. (Org.). *Da tessitura ao texto: percursos de crítica feminista*. Caxias do Sul: Educs, 2012. p. 165-181.